

UFRRJ

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM AGROPECUÁRIA**

TESE

**Desenvolvimento Territorial Endógeno em Ambientes de
Montanha: estudos de caso em Nova Friburgo (RJ) e no
Alto Camaquã (RS)**

Viviane Cristina Silva Lima

2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
INOVAÇÃO EM AGROPECUÁRIA**

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ENDÓGENO EM
AMBIENTES DE MONTANHA: ESTUDOS DE CASO EM NOVA
FRIBURGO (RJ) E NO ALTO CAMAQUÃ (RS)**

VIVIANE CRISTINA SILVA LIMA

Sob a orientação do professor

Renato Linhares de Assis

e co-orientação dos professores

Adriana Maria de Aquino e

Marcos Flávio Silva Borba

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutora** no Programa de Pós-Graduação Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária, Área de Concentração em Políticas Públicas Comparadas.

Seropédica, RJ
Dezembro de 2016

732d

Lima, Viviane Cristina Silva, 23/07/1981-
Desenvolvimento Territorial Endógeno em
Ambientes de Montanha: estudos de caso em Nova
Friburgo (RJ) e no Alto Camaquã (RS) / Viviane
Cristina Silva Lima – 2016.

104 f.

Orientador: Renato Linhares de Assis.
Coorientadora: Adriana Maria de Aquino.
Coorientador: Marcos Flávio Silva Borba.

Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Ciência,
Tecnologia e Inovação em Agropecuária.

Bibliografia: f. 95-104.

1. Agricultura de montanha. 2. Agroecologia. 3.
Capital territorial. I. Assis, Renato Linhares de,
1963-, orient. II. Aquino, Adriana Maria de, 1963-
coorient. III. Borba, Marcos Flávio Silva IV.
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia
e Inovação em Agropecuária. IV. Título.

É permitida a cópia parcial ou total desta Tese, desde que seja citada a fonte.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
EM AGROPECUÁRIA**

VIVIANE CRISTINA SILVA LIMA

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutora** no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária, Área de Concentração em Políticas Públicas.

TESE APROVADA EM 29/11/2016

Renato Linhares de Assis. Dr. Embrapa Agrobiologia
(Orientador)

Cezar Augusto Miranda Guedes. Ph.D. UFRRJ

Márcio Zamboni Neske. Dr. UERGS

Mauro Sérgio Vianello Pinto. Dr. Embrapa Agroindústria de Alimentos

Robson Dias da Silva. Dr. UFRRJ

DEDICATÓRIA

*A minha querida mãe
Lucimar Silva Lima
e ao sol da minha vida,
meu irmão, Luiz Antônio Silva.*

AGRADECIMENTOS

A Deus pelos momentos de calma em meio as tempestades.

A pessoa mais importante da minha vida: minha mãe que está sempre ao meu lado nos momentos mais difíceis. Sem ela eu não chegaria até aqui.

A meu marido Ledson Abadias de Oliveira pela paciência, carinho, dedicação, apoio e, principalmente pelos abraços nos momentos difíceis desta jornada. E, principalmente, por acreditar quando eu perdia a fé em mim mesma! Aos meus filhotes Sammer, Cristal, Akilis, Romeu, Apolo e Belinha pelo carinho e distração nas angústias.

Aos meus orientadores professores Renato Linhares de Assis, Adriana Maria de Aquino e Marcos Flávio Silva Borba pelos ensinamentos e parceria na construção de novos conhecimentos e no resgate dos antigos.

Ao professor Leonardo Medici que ensinou a caminhar pelas trilhas da pesquisa e, que, verdadeiramente, é uma fonte de inspiração para meu aprimoramento profissional.

Ao meu irmão Luiz Antônio e meu cunhado Felipe Ferreira pelo incentivo, pelas longas conversas, pelos conselhos e pelas “orelhas” sempre disponíveis.

Aos meus amigos de curso Vagner Rangel e Márcio Vianna pelas caronas, conversas, debates, companheirismo, amizade e compreensão. Sem eles o caminho até aqui teria sido menos alegre.

Aos amigos-amores Vagner Silva e Elisabete Castro pela compreensão da ausência, pelos palpites e pela amizade cativante e verdadeira. A minha irmã Adriana Silva.

A minha melhor amiga Eliane Moratelli pelo incentivo e amizade. Sem ela meu mundo seria menos colorido. E a Marilene Moratelli pela fé que deposita em mim e infinita disponibilidade em me ajudar, diminuindo a saudade do colo materno.

Aos agricultores e agricultoras que disponibilizaram seu tempo e compartilharam seus saberes comigo. Sem eles nada disso seria possível!

Aos companheiros de pesquisa Alessandra Matte e Anderson Lucas, que me ajudaram na pesquisa de campo em Alto Camaquã, pelos momentos de partilha, pelas trocas de conhecimentos, pela acolhida e por me apresentarem um lugar mágico.

A Margarete Satsumi pela ajuda nas atividades de campo em Nova Friburgo.

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e ao Programa de Pós- Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária (PPGCTIA) pela oportunidade.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa.

A todos e todas que contribuíram para viabilização deste trabalho.

BIOGRAFIA

Licenciada em Ciências Agrícolas, em 2007, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Nos quatro anos de graduação trabalhou em projetos de extensão rural, pesquisou a rotina do assentado Filhos do Sol, em Seropédica; foi presidente do diretório acadêmico Raimundo Ferreira (DARF); organizou uma capacitação para professores da Baixada Fluminense; estagiou e depois foi contratada pela *Comunità Impegno Servizio Volontariato di Torino/Itália/* Programa de Desenvolvimento Agrícola Sustentável em Áreas de Reforma Agrária da Baixada Fluminense CISV/DASARA, no município de Magé, e atuou como monitora da Disciplina Didática de Ciências Agrícolas.

Em 2007, lecionou na Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira (AM), onde orientou a estudante Carolina Nascimento (PIBIC-Jr) no trabalho intitulado Estudo de Impactos Causados pelas Queimadas de Lixo em Quintais na Sede do Município de São Gabriel da Cachoeira.

Em 2008, lecionou na Escola Família Agrícola (EFA) de Belo Monte, em Mimoso do Sul (ES), respondendo pelas disciplinas: Química, Gestão Ambiental, Criações, Introdução à Zootecnia e Agricultura. Ainda em 2008 ministrou aulas de Turismo Rural e Comercialização na E.E.E.F.M. Monsenhor Elias Tomasi para o curso Técnico em Agronegócio. No período de 2008-2009 cursou especialização em Docência do Ensino Superior, pela Universidade Castelo Branco e desenvolveu a monografia intitulada O PLANO DE FORMAÇÃO DAS ESCOLAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS DO MEPES: uma proposta de formação integral.

No ano de 2009 foi contratada pela Escola Família Agrícola (EFA) de Jacaré, Itinga (MG), para lecionar as disciplinas Zootecnia e Agroecologia para o ensino fundamental e Sociologia Rural, Agricultura e Química para o ensino médio e técnico em agropecuária.

Em 2011, ingressei no Programa de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica (UFRRJ), produzindo a dissertação intitulada Avaliação de processo de transferência de tecnologia de automação de baixo custo para irrigação: estudo de caso na Escola Família Agrícola de Jacaré – Itinga (MG). A mesma foi publicada como livro em 2015 pela Novas Edições Acadêmicas (ISBN: 978-3-639-14627-3). No ano de 2012 promoveu capacitações do Programa Um Milhão de Cisternas, organizadas pela Articulação Semiárido Brasileiro (ASA).

No período de 2011 a 2013 atuou como escritora e professora parecerista na Profissionet Ltda. Desde 2014 participa das capacitações promovidas pelo Programa Projovem Campo Saberes da Terra, primeiro na edição estadual, realizada na Universidade do Norte Fluminense, e, posteriormente, na edição municipal em Campos dos Goytacazes.

Em 2015 concluiu a licenciatura em Química pela Universidade Metropolitana de Santos. Atualmente, finaliza o Doutorado no Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária e; realiza pós-graduação Lato Sensu em Ensino de Química, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

“A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação exige permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem. Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, as pessoas se libertam em comunhão.”

Paulo Freire

RESUMO GERAL

LIMA, Viviane Cristina Silva Lima. **Desenvolvimento territorial endógeno em ambientes de montanha: estudos de caso em Nova Friburgo (RJ) e no Alto Camaquã (RS)**. 104 f. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária). Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ. 2016.

A tese parte do princípio que a cultura, o saber fazer, o *modus vivendi*, e o capital territorial, são aspectos fundamentais na diferenciação de produtos e serviços oferecidos por agricultores e pecuaristas que vivem e se (re)produzem em ambientes montanhosos. Assim, no sentido de fomentar a sustentabilidade nesses ambientes, sugere-se que para o manejo adequado dos agroecossistemas nessas áreas, práticas agroecológicas deve ser a base tecnológica, metodológica, sociológica e epistemológica. Sendo assim, considera-se de suma importância que os agricultores montanheseiros se apropriem da noção de território e dos conhecimentos e processos agroecológicos, de forma a que estes tenham autonomia na busca de caminhos que viabilizem melhores condições de permanência e prática da agricultura nas montanhas. Nesse sentido, a proposta é que o desenvolvimento local esteja alicerçado na endogenia, no protagonismo, na participação, na conservação dos recursos naturais e do patrimônio sociocultural, bem como na vitalidade das relações político-institucionais e econômicas. Assim, é importante destacar que a correta manutenção do território implica em ambientes mais equilibrados, na diferenciação de produtos e valorização da cultura local. Por tudo isto, a tese buscará responder o seguinte problema de pesquisa: De que forma aspectos territoriais endógenos, relacionados à produção agroecológica familiar, podem potencializar processos de desenvolvimento rural sustentáveis em ambientes de montanha? O objetivo da mesma é avaliar de que forma aspectos territoriais, relacionados à produção agrícola familiar, podem ser valorizados na constituição de processos de desenvolvimento rural sustentáveis em ambientes de montanha, utilizando para isto a agroecologia. Para tanto foram realizados estudos de caso na comunidade da Fazenda Rio Grande, em Nova Friburgo (RJ), e na região do Alto Camaquã (RS), para avaliar a percepção dos agricultores familiares acerca dos aspectos territoriais. Os resultados demonstraram que alguns aspectos culturais dos agricultores da Fazenda Rio Grande, Nova Friburgo tem se perdido com o tempo, como a produção da broa de fubá de milho branco, por exemplo, mas, por outro lado, a comunidade tem se organizado para o acesso a políticas públicas e adoção de práticas conservacionistas do solo, como a adubação verde e o plantio direto. No que se refere às pesquisas realizadas no território do Alto Camaquã, a análise dos dados revela uma pecuária familiar de base camponesa, onde os atores e sujeitos envolvidos no Projeto Alto Camaquã – que visa à valorização do local e de seus recursos como estratégias para acesso a mercados diferenciados – manejam os agroecossistemas de forma a manter viva as tradições locais. Outro aspecto que deve ser considerado na manutenção desse *modus operandi* e na conservação dos recursos naturais, se dá em virtude do isolamento dos pecuaristas dessa região, dado as grandes distâncias que separam as propriedades e o território em relação a área urbana, associado a não adoção de “pacotes tecnológicos” utilizados em uma agricultura de base industrial.

Palavras-chaves: Agricultura de Montanha. Agroecologia. Capital Territorial.

GENERAL ABSTRACT

LIMA, Viviane Cristina Silva. **Territorial endogenous development in mountain environments: case studies in Nova Friburgo (RJ) and Alto Camaquã (RS)**. 104 p. Thesis (Doctorate in Science, Technology and Innovation in Agriculture). Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2016.

The thesis assumes that culture, know-how, the *modus vivendi*, and the territorial capital, are crucial in differentiating products and services offered by farmers and ranchers who live and (re) produce in mountainous environments. Thus, in order to foster sustainability in these environments, it is suggested that for the proper management of agro-ecosystems in these areas, agroecological practices should be the technological basis, methodological, sociological and epistemological. Thus, it is considered of paramount importance to the highlander farmers to appropriate the notion of territory and knowledge and agro-ecological processes, so that they have autonomy in the search paths that enable better conditions of stay and practice of agriculture in the mountains. In this sense, the proposal is that local development is rooted in inbreeding in leadership, participation, conservation of natural resources and the socio-cultural heritage and the vitality of the political-institutional and economic relations. Thus, it is important to point out that the proper maintenance of the territory implies more balanced environments in product differentiation and appreciation of local culture. For all this, the thesis will seek to answer the following research problem: How endogenous territorial aspects related to family agroecological production, may enhance sustainable rural development processes in mountain environments? The purpose of it is to assess how spatial aspects related to family farming, can be valued in the creation of sustainable rural development processes in mountain environments, using this agroecology. Therefore, we conducted case studies in the *Fazenda Rio Grande* community in the municipality of Nova Friburgo (RJ), and the region of *Alto Camaquã* (RS) to assess the perception of farmers about the territorial aspects. The results showed that some cultural aspects of farmers in *Fazenda Rio Grande*, Nova Friburgo has been lost over time, as the production of bread white corn meal, for example, but on the other hand, the community has organized for access to public policies and adoption of conservation tillage practices such as green manure and tillage. With regard to research carried out in the territory of the *Alto Camaquã*, data analysis reveals a family livestock peasant-based, where the actors and subjects involved in Project *Alto Camaquã* - aimed at enhancement of the site and its resources as strategies for access the different markets - handle the agricultural ecosystems in order to keep alive local traditions. Another aspect that should be considered in maintaining this *modus operandi* and conservation of natural resources, is given due to the isolation of farmers in this region, given the great distances that separate the properties and the territory in relation to urban areas, associated with not adopting of "technological packages" used in an industrial base of agriculture.

Keywords: Agriculture of mountains. Agroecology. Territorial capital

RESUMEN EXTENDIDO

LIMA, Viviane Cristina Silva Lima. **Territorial desarrollo endógeno en entornos de montaña: estudios de caso en Nova Friburgo (RJ) y Alto Camaquã (RS)**. 104 h. Tesis (Doctorado en Ciencia, Tecnología e Innovación en la Agricultura). Decano de Investigación y Estudios de Posgrado de la Universidad Federal Rural de Río de Janeiro. Seropédica, RJ. 2016

1. Introducción

Los ambientes de montaña son ricos en el suelo y las variaciones climáticas y tienen alta diversidad ecológica. Sin embargo, la dificultad de acceso y la susceptibilidad a los procesos de erosión son factores que merecen atención, sobre todo cuando hay una producción agrícola en estos ambientes. Por lo tanto, es esencial que la base de la tecnología utilizada en la gestión de los montañeros agroecosistemas se asienta en los principios de la ciencia agroecología, para mitigar las debilidades de estos entornos y en base a los procesos de participación y emancipadora en la construcción de redes entre los agricultores con el fin de aumentar el desarrollo territorial endógeno.

Se entiende por éste de desarrollo que consolida un concepto de territorio como lugar de la (re) producción de territorialidad y relaciones de poder. Donde el conocimiento local, las relaciones de reciprocidad y participación, es decir, la endogamia es esencial para fomentar el territorio. En este sentido, el conocimiento tradicional y la capital territorial de montañeros agricultores que históricamente habitan y producen estos ambientes representan los procesos sociales fundamentales se entienden para dar subvenciones al desarrollo sostenible, que se construye a partir de los actores locales y tienen aspectos territoriales como referencia.

A partir de este contexto, la tesis tiene el objetivo de evaluar cómo los aspectos relacionados con la agricultura familiar espacial, puede ser valorado en la creación de procesos de desarrollo rural sostenible en ambientes de montaña basados en la agroecología. Y los siguientes objetivos: (i) analizar cómo el conocimiento tradicional relacionado con la agricultura familiar en los ambientes de montaña, contribuye a reforzar el sentido de pertenencia al territorio cerca de las familias de agricultores y potenciar la endógeno y; (ii) analizar cómo las diferentes intervenciones de investigación y extensión agrícola influyen en la organización territorial y la articulación de la agricultura familiar en entornos de montaña en Nova Friburgo (RJ) y de alta Camaquã (RS).

2. Procedimientos Metodológicos

La base metodológica utilizada fue el enfoque cualitativo en el que la acción de investigación proporcionó una oportunidad y una relación más íntima y la zona sistémicos y los sujetos estudiados. En línea con este enfoque, la comisión aprobó el estudio de caso, que es. Se llevaron a cabo dos estudios de casos, uno en la comunidad Fazenda Rio Grande, ubicado en la región montañosa del estado de Río de Janeiro. Y el otro en el territorio de la Alto Camaquã, que se encuentra en la mitad sur de Rio Grande do Sul.

Inicialmente se realizó el análisis de datos secundarios de documento y la literatura. La investigación documental se llevó a cabo a partir de: artículos, informes, proyectos y documentos de las asociaciones de agricultores. Posteriormente se celebró colección de datos primarios de visitas a las unidades locales de producción agrícola y las entrevistas con los

agricultores, los miembros del equipo de gestión de las asociaciones, técnicos EMATER-Río y Embrapa, y miembros de la familia Mendes, en virtud de pionero en el mismo en la región. La participación en actividades de transferencia de tecnología (reuniones técnicas y días de campo), la aplicación de la metodología para identificar fortalezas, oportunidades, debilidades y amenazas (FODA) de una situación; diario de campo también compuso la metodología.

Los temas tratados en las entrevistas fueron: (1) los factores externos positivos y negativos inherentes a los territorios; (2) si los principios educativos que se ofrecen en las localidades fueron guiados por el campo de la educación o la educación rural; (3) al igual que las gestiones utilizados en los ecosistemas agrícolas; (4) al igual que las relaciones de poder; (5) al igual que la mano de obra empleada en las actividades agrícolas; (6) como las relaciones de género establecidas; (7) al igual que los rasgos y la identidad de las comunidades culturales; (8) el tamaño de las unidades de producción agrícola; (9) los activos locales presentes; (10) las cuestiones relacionadas con la generación y la sucesión familiar y laboral; (11) el capital territorial.

3. Resultados e Discusión

Algunos aspectos culturales de los agricultores de Fazenda Rio Grande, Nueva Friburgo se ha perdido con el tiempo, como la producción de "pan de la planta", por ejemplo, pero, por otro lado, la comunidad ha organizado para el acceso políticas públicas y la adopción de prácticas de labranza de conservación, tales como abono verde y la labranza. Con respecto a la investigación llevada a cabo en el territorio de la Alto Camaquã, el análisis de los datos revela una ganadería familiar, basada en los campesinos, donde los actores y sujetos involucrados en el proyecto de Alto Camaquã - como fin mejorar el sitio y sus recursos como estrategias para el acceso los diferentes mercados - manejan los ecosistemas agrícolas con el fin de mantener vivas las tradiciones locales. Otro aspecto que se debe considerar en el mantenimiento de este modus operandi y la conservación de los recursos naturales, se da debido al aislamiento de los agricultores en esta región, dadas las grandes distancias que separan las propiedades y el territorio en relación a las zonas urbanas, asociado con la no adopción de "paquetes tecnológicos" que se utiliza en una base industrial de la agricultura.

Las intervenciones de investigación y extensión agrícola en ambientes de montaña deben ser basar en los supuestos teóricos y metodológicos de la Agroecología, Economía Solidaria, los procesos dialógicos y de organización que caminan en la dirección opuesta a la racionalidad capitalista, que excluye y descalifica la socioterritorial de capital los campesinos. Sólo de esta manera será posible promover un desarrollo territorial endógeno que cumpla con las características específicas de los agroecosistemas montañoses

Por lo tanto, se sugiere que las políticas públicas para la agricultura familiar se construyen colectivamente con la participación de los agricultores, teniendo un carácter de abajo hacia arriba, y ser promovidos a fomentar la adopción de la agroecología como base técnica y metodológica para la gestión de los ecosistemas agrícolas y el fomento de la redención de la base de la producción campesina, donde la relación hombre-naturaleza va más allá de la materialidad productivista.

Se propone que las acciones llevadas a cabo en la promoción del desarrollo regional endógeno no se encuentran en etapas, como paso a paso a seguir, porque en la vida cotidiana de las comunidades y en las relaciones entre los actores son preguntas transdisciplinario, que involucra aspectos de la gestión, cultura, los recursos locales, campos de energía, entre otros. Otra propuesta es que el "modelo" de desarrollo sigue las necesidades e intereses de los territorios y sus actores. Debido a la forma en que se están desarrollando, estos procesos están integrados verticalmente y satisfacer la demanda de los institutos de investigación y extensión

rural, que tienden a crear estrategias para desarrollar un territorio sin tener en cuenta los deseos y los deseos de los actores locales reales.

Palabras clave: Agricultura de montaña. Agroecología. Capital Territorial

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO GERAL	1
2	CAPÍTULO I DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ENDÓGENO EM AMBIENTES DE MONTANHA.....	3
2.1	RESUMO.....	4
2.2	ABSTRACT	5
2.3	INTRODUÇÃO.....	6
2.4	QUESTÕES HISTÓRICAS E CONCEITUAIS DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO	7
2.5	TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE	10
2.6	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ENDÓGENO	15
2.7	AMBIENTES DE MONTANHA.....	17
2.7.1	Agricultura de montanha e agroecologia.....	18
2.8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
3	CAPÍTULO II A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA COMO ESTRATÉGIA PARA O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO DA COMUNIDADE FAZENDA RIO GRANDE EM NOVA FRIBURGO (RJ).....	24
3.1	RESUMO.....	25
3.2	ABSTRACT	26
3.3	INTRODUÇÃO.....	27
3.4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	28
3.5	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	30
3.5.1	Contextualizando a região de estudo	30
3.5.2	Caracterização histórica do território da comunidade da Fazenda Rio Grande..	33
3.5.3	Aspectos produtivos do território da comunidade Fazenda Rio Grande	37
3.5.4	As redes, os vínculos e o capital territorial da comunidade Fazenda Rio Grande	40
3.6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
4	CAPÍTULO III AS ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO: ESTUDO DE CASO EM ALTO CAMAQUÃ (RS).....	52
4.1	RESUMO.....	53
4.2	ABSTRACT	54
4.3	INTRODUÇÃO.....	55

4.4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	56
4.5	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	58
4.5.1	Contextualizando o território do Alto Camaquã.....	58
4.5.2	Os projetos desenvolvidos no território do Alto Camaquã.....	60
4.5.3	As estratégias de desenvolvimento endógeno do território Alto Camaquã.....	62
4.5.4	O campesinato, as dinâmicas territoriais e o Alto Camaquã	69
4.6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
5	CAPÍTULO IV POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ENDÓGENO EM AMBIENTES DE MONTANHA.....	74
5.1	RESUMO.....	75
5.2	ABSTRACT	76
5.3	INTRODUÇÃO.....	77
5.4	POLÍTICAS PÚBLICAS	78
5.4.1	Agricultura familiar, políticas públicas e desenvolvimento rural.....	78
5.4.2	Políticas públicas em agroecologia.....	85
5.4.3	Discutindo as realidades da comunidade Fazenda Rio Grande e do Alto Camaquã.....	87
5.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
6	CONCLUSÕES GERAIS	93
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95

1 INTRODUÇÃO GERAL

As montanhas apresentam variações de relevo e altitude que determinam ambientes distintos com pequenas variações de distâncias entre eles, fazendo com que apresentem elevada biodiversidade. Isso, porém ocorre associado à dificuldade de acesso e suscetibilidade a erosão, dificultando a ocupação humana nesses espaços, em virtude da demanda de cuidados específicos. Nesse sentido, os saberes tradicionais e o capital territorial dos agricultores montanheses, que historicamente habitam e produzem nesses ambientes, representam processos sociais fundamentais de serem entendidos para dar subsídios para processos de desenvolvimento sustentável, os quais se constroem a partir dos atores locais e tenham os aspectos territoriais como base. Os saberes tradicionais são as práticas, as crenças, os costumes, os conhecimentos empíricos e outros traços culturais, que são passados de geração para geração. Esses saberes se transformam em capital territorial quando caminham no sentido do desenvolvimento dos territórios.

Entende-se por tal desenvolvimento aquele que tem suas bases assentadas num conceito de território como *locus* de (re)produção das territorialidades e das relações de poder. Isso articulado numa estrutura de redes entre diversos atores e sujeitos, onde a endogenia permeia todas as ações. Assim, a presente tese busca responder o seguinte problema de pesquisa: de que forma a inserção de bases agroecológicas na produção familiar, pode potencializar *vis a vis* processos de desenvolvimento territorial endógeno em ambientes de montanha?

Estabelecendo a partir deste a seguinte hipótese de pesquisa: O estabelecimento da cultura territorial junto a agricultores familiares em ambientes de montanha, fortalece o processo desenvolvimento rural sustentável com base na agroecologia como decorrência do protagonismo destes no processo. Entende-se por desenvolvimento rural sustentável aquele que busca promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem e se (re)produzem em áreas rurais, sem comprometer os recursos para que as gerações vindouras possam usufruir.

A partir deste contexto a tese tem por objetivo geral avaliar de que forma aspectos territoriais, relacionados à produção agrícola familiar, podem ser valorizados na constituição de processos de desenvolvimento rural sustentável em ambientes de montanha com base na agroecologia. E, como objetivos específicos: (i) analisar como saberes tradicionais relacionados à produção agrícola familiar em ambientes de montanha, contribui para o fortalecimento da percepção de pertencimento ao território junto às famílias agricultoras e potencializam a endogenia; e (ii) analisar como diferentes intervenções da pesquisa e extensão agropecuária influenciam na organização e articulação territorial dos agricultores familiares em ambientes de montanha em Nova Friburgo (RJ) e no Alto Camaquã (RS).

A metodologia empregada para construção da tese foi: análise de dados secundários, a partir de pesquisas bibliográfica e documental; participação em reuniões, dias de campo e encontros com agricultores; aplicação de metodologia para identificar Forças, Oportunidades, Fragilidades e Ameaças (FOFA) de uma determinada situação; diário de campo e entrevistas com agricultores, presidentes de associações de agricultores, extensionistas e demais técnicos envolvidos em atividades de ensino, pesquisa e extensão nas comunidades pesquisadas. Nas entrevistas foram abordados os temas ilustrados na figura 1.

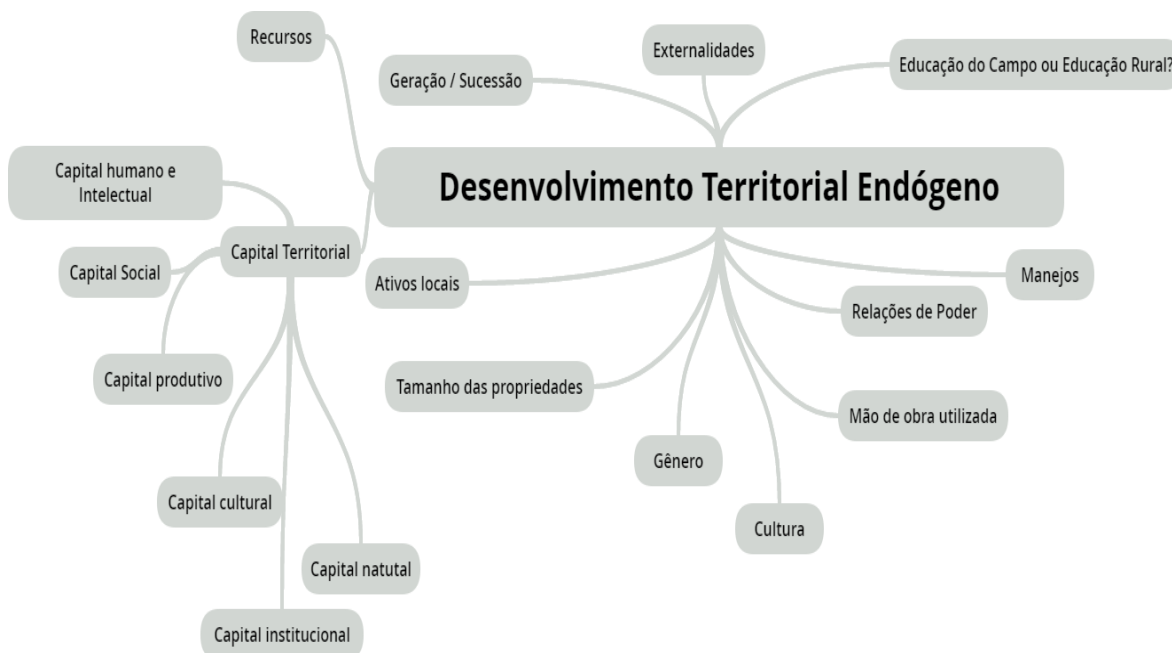


Figura 1: Tópicos abordados nas entrevistas com os agricultores.

Fonte: Elaborado pela autora.

Além desta parte introdutória e das considerações finais a tese está organizada em quatro capítulos. No primeiro é apresentada a discussão inicial com base no estado da arte das principais temáticas discutidas ao longo dos demais capítulos, servindo de arcabouço teórico apresentado nos seguintes tópicos: questões históricas e conceituais do processo de desenvolvimento; território e territorialidades; e ambientes de montanha que, nesse caso, apresenta o subitem agricultura de montanha e Agroecologia.

O segundo capítulo trata do estudo de caso realizado na comunidade Fazenda Rio Grande, localizada em Nova Friburgo, na região serrana fluminense. Onde são apresentados aspectos referentes à história agroambiental; aspectos produtivos; redes, vínculos e capital territorial da comunidade.

O capítulo seguinte se refere a estudo de caso realizado no território Alto Camaquã, localizado na metade sul da região sul do estado do Rio Grande do Sul. Os aspectos tratados são: contextualização do território; projetos desenvolvidos no Alto Camaquã; estratégias de estímulo ao desenvolvimento territorial endógeno; e campesinato e suas dinâmicas territoriais.

No quarto capítulo é apresentada a discussão sobre os aspectos das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar no Brasil, e qual a relação delas com o desenvolvimento territorial endógeno em ambientes de montanha. Isso apoiado em discussão acerca das realidades analisadas da comunidade Fazenda Rio Grande e do território Alto Camaquã. Esse capítulo está dividido nos seguintes tópicos: introdução; Políticas Públicas e Agroecologia; Agricultura Familiar, Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural; e Considerações Finais.

2 CAPÍTULO I

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ENDÓGENO EM AMBIENTES DE MONTANHA

2.1 RESUMO

Nos últimos anos as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do meio rural tem apresentado uma abordagem mais sistêmica, apoiadas no enfoque territorial. E nesse sentido, contribuído para o fortalecimento, reconhecimento e empoderamento dos agricultores. Na perspectiva da promoção da sustentabilidade socioambiental, econômica e cultural a agroecologia tem sido utilizada como base metodológica, sociológica, epistemológica e tecnológica no manejo dos agroecossistemas. Nesse sentido, este artigo tem por objetivo contextualizar o tema do desenvolvimento territorial endógeno com foco nos ambientes de montanhas, utilizando como arcabouço a agroecologia. Conclui-se que o desenvolvimento territorial endógeno ocorre quando está alicerçado no protagonismo dos atores e sujeitos do local, quando o capital social dos mesmos for o norteador das estratégias de dinamização do território. É importante destacar a interface entre os ativos locais na promoção do desenvolvimento territorial em ambientes de montanha, uma vez que, este expressa suas fragilidades quando manejado inadequadamente.

Palavras-chaves: Agricultura Familiar. Agroecologia. Território. Agricultura de montanha.

2.2 ABSTRACT

In recent years the public policies for the development of rural areas has shown a more systemic approach, supported the territorial approach. And in that sense, contributed to strengthening, recognition and empowerment of farmers. A view to promoting the environmental, economic and cultural sustainability agroecology has been used as a methodological basis, sociological, epistemological and technology in the management of agro-ecosystems. In this sense, this article aims to contextualize the issue of endogenous territorial development with a focus on mountain environments using as a framework agroecology. It is concluded that the endogenous territorial development occurs when it is rooted in the role of actors and subjects of the site, where the capital of the same for the guiding of the promotion strategies of the territory. It is important to highlight the interface between local active in promoting territorial development 'in mountain environments, since it expresses its weaknesses when handled improperly.

Keywords: Family farming. Agroecology. Territory.

2.3 INTRODUÇÃO

Este texto apresenta o arcabouço teórico que alicerçará os demais capítulos da tese. Para tanto se procedeu à revisão da literatura referente aos principais temas que dialogam com o desenvolvimento territorial endógeno em ambientes de montanha, para aprofundar a base teórico-conceitual e subsidiar melhor compreensão das dinâmicas territoriais observadas nas localidades dos estudos de caso, a saber: Fazenda Rio Grande, na Região Serrana do estado do Rio de Janeiro e o território do Alto Camaquã, no estado do Rio Grande do Sul.

A relevância do texto se consolida na necessidade de aprofundamento dos estudos referentes à construção, implantação e consolidação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento das áreas rurais e empoderamento dos atores locais. E que ao mesmo tempo tenha como princípio norteador a ciência agroecológica.

As políticas públicas brasileiras têm incorporado à abordagem territorial na promoção do desenvolvimento no meio rural, contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar e para a adoção da agroecologia como base tecnológica, metodológica e epistemológica para esse processo. O desenvolvimento que se propõe nesse caso é o endógeno, pois este está alicerçado no capital social dos atores e sujeitos que vivem e se (re)produzem no território.

O objetivo deste capítulo é contextualizar o tema do desenvolvimento territorial endógeno com foco nos ambientes de montanhas. Nesse sentido o texto foi organizado nas seguintes seções: Questões históricas e conceituais do processo de desenvolvimento; território e territorialidade; desenvolvimento territorial endógeno; ambientes de montanha e agricultura de montanha e agroecologia e; as considerações finais.

No que se refere às questões históricas e conceituais do processo de desenvolvimento foi construída uma linha do tempo, apresentando a evolução do conceito a partir do século XIX até o que se definiu como desenvolvimento no Relatório de Brundtland, na década de 1980. E as novas roupagens e interpretações que as questões desenvolvimentistas ganharam, nas décadas subsequentes, com a incorporação de aspectos ambientais.

Em relação à discussão do conceito de território e territorialidade foi realizado um diálogo com vários autores, tais como: Cazella et al (2009) que discutem os aspectos simbólicos, coletivos e antropológicos presentes na construção e (re)significação do território e, ainda, explicam as diferenças entre o “território dado” e o “território construído”; Haesbaert (2004; 2012) e Saquet e Sposito (2008) que tratam das relações de poder, das multiterritorialidades e das identidades territoriais. Saquet (2011) contribui na correlação entre a administração do território e seu grau de desenvolvimento e Abramovay (2007) explica que a abordagem territorial contribui para os estudos e a compreensão das áreas rurais. Já Bonnal e Maluf (2007) relacionam a multifuncionalidade da agricultura familiar ao processo de desenvolvimento territorial. Raffestin (2003) discute processos culturais, sociais e identitários que formam o território, além de outros autores que contribuem no diálogo sobre a formação do território e das territorialidades.

No que concerne ao item desenvolvimento territorial endógeno buscou-se discutir a importância dos ativos locais¹, do saber tradicional e do capital social dos atores e sujeitos locais no processo de desenvolvimento. O que subsidiou o item seguinte, “Ambientes de montanha”, à medida que se discutiu a contribuição do capital territorial e as particularidades inerentes a esse ambientes, que contribuem na produção de bens e serviços diferenciados.

¹ Ativos locais se referem aos bens materiais e imateriais e aos direitos dos atores sociais que estão nos territórios estudados

A fim de que esses bens e serviços não potencializem as fragilidades dos ambientes de montanha é fundamental que a base tecnológica adotada pelos agricultores seja sustentável e, nesse caso, a ciência agroecológica é mais adequada. Assim, o último tópico abordado na revisão de literatura é um diálogo entre a agricultura de montanha e a Agroecologia.

2.4 QUESTÕES HISTÓRICAS E CONCEITUAIS DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

De acordo com Esteva (2000, p. 65) o termo desenvolvimento sempre esteve vinculado ao sentido de mudança de um estágio mais simples para outro mais complexo, indicando melhoria, superioridade e progresso. Para o autor, a palavra carrega até hoje o significado que lhe foi dado pelo ecólogo Haeckel: “A partir de deste momento, o desenvolvimento é a palavra mágica que irá solucionar todos os mistérios que nos rodeiam ou, pelo menos, que nos irá guiar até essas soluções.” Segundo a mesma autora entre 1759 e 1859 o conceito de desenvolvimento adquiriu a conotação de movimento, passando-se a entender este como caminho percorrido rumo à perfeição, passando-se a associar, de acordo com vários cientistas, desenvolvimento a noção de evolução.

A ideia de progresso nasceu com o Iluminismo como uma forma de classificar e diferenciar as nações em “atrasadas” e “avançadas” (MALUF, 2000). Essa ideia é diferente em cada cultura e serve como instrumento de dominação dos mais “fortes” em relação aos “fracos”. Em suma, as noções de desenvolvimento e progresso são usadas como instrumentos de coerção/dominação.

É importante destacar que os indicadores referentes ao desenvolvimento tiveram momentos distintos no processo de discussão e validação deste conceito. Em primeiro lugar, somente na década de 1950 é que a noção de desenvolvimento passou a ser um conceito instituído, e nas duas décadas seguintes é que emergiu o conceito de desenvolvimento social.

As iniciativas desenvolvimentistas nos anos de 1950, na América Latina foram influenciadas pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que especificamente, no caso brasileiro, implantou uma forte industrialização baseada numa estratégia de nacional-desenvolvimentismo (SICSÚ et al, 2007, p. 514). O pensamento dentro da CEPAL criticava a racionalidade do livre comércio e “defendia que a industrialização era o único meio para que os países latino-americanos dispunham para captar frutos do progresso técnico e elevar progressivamente a qualidade de vida da população” (SICSÚ et al, 2007, p. 514). Por outro lado, Maluf (2000, p. 66) adverte que projetos de desenvolvimento voltados para uma lógica modernizante de mudança social podem estar associados a uniformização cultural

De acordo com Navarro (2001) as questões ligadas ao desenvolvimento figuraram mais visivelmente no cenário mundial em dois momentos: (1) de 1950 a 1970 quando diversas sociedades estimularam projetos sobre essa temática a fim de melhorar os aspectos econômicos.

Para Esteva (2000, p.71) na segunda metade da década de 1970 a Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas (UNESCO), difundiu o conceito de desenvolvimento endógeno cuja proposta era que se considerassem as particularidades de cada localidade no processo de desenvolvimento. No entanto, o autor supracitado faz uma crítica a essa proposta, no sentido de que:

“Se o impulso é verdadeiramente endógeno, isto é, se as iniciativas realmente se originassem nas várias culturas e em seus vários sistemas valorativos, nada nos levaria a crer que dessas fontes necessariamente brotaria o desenvolvimento – seja

qual fosse sua definição – ou até mesmo qualquer impulso em sua direção. Se seguida à risca, essa concepção conduziria a dissolução da própria noção de desenvolvimento, no momento em que ficasse evidente a impossibilidade de impor um modelo cultural único no mundo inteiro.” (ESTEVA, 2000, p. 71)

Na década de 1970 o debate sobre desenvolvimento foi aquecido, principalmente, no cenário internacional com a realização em 1972 em Estocolmo, da primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. A ideia era integrar aspectos sociais e econômicos na formulação de políticas e programas voltados para o desenvolvimento. Neste período, propunha-se um desenvolvimento participativo que envolvesse as esferas setorial, espacial e regional. Esses argumentos deram novo vigor ao debate sobre desenvolvimento nas décadas subsequentes

A partir dos anos 1980 as questões referentes ao desenvolvimento tiveram um aspecto mais voltado para políticas neoliberais, com o papel do Estado minimizado, retirando de cena os debates sobre desenvolvimento (principalmente sobre desenvolvimento rural) (NAVARRO, 2001, p. 85).

As discussões sobre esse tema foram muito expressivas, principalmente, em 1987 com a divulgação de um relatório das Nações Unidas, intitulado “Nosso Futuro Comum”, também conhecido como Relatório de Brundtland. Este documento foi pioneiro na defesa do conceito de desenvolvimento sustentável, definindo-o como: “desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades” (RELATÓRIO DE BRUNDTLAND).

O segundo momento em que as discussões sobre desenvolvimento voltaram a emergir foi, a partir da década de 1990, quando as discussões figuravam em torno da dificuldade de materialização do desenvolvimento (NAVARRO, 2001, p. 85). As questões desenvolvimentistas ganharam novas configurações. Ainda nessa década, influenciado pelas ideias de diversidade humana nas dimensões da igualdade, proposto por Amartya Sen, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), incluiu a dimensão humana como fundamental ao desenvolvimento.

Em 1992, foi realizada no Rio de Janeiro, a segunda Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), que marcou o ambientalismo no cenário mundial. “As convenções internacionais assinadas durante a Rio-92 foram a base para a formulação de políticas públicas sociais e ambientais em todo mundo” (MACHADO et al, 2008, p. 16).

Na América Latina Raúl Prebisch e Celso Furtado implantaram a ideia de centro e periferia para descrever as relações existentes entre os países desenvolvidos e os atrasados (MALUF, 2000). O imaginário social dos “países atrasados”, neste caso, baliza suas ações para alcançarem o “avanço” dos países “desenvolvidos”. À medida que se alimenta esse imaginário as relações de poder ficam cada vez mais engessadas. Isto é tão presente nas sociedades contemporâneas que as culturas foram classificadas de acordo com seu progresso. Entretanto, cabe questionar o que de fato é progresso.

A legitimidade do desenvolvimento ocorre quando não houver tutela e instrumentos de coerção. Desta forma, a melhoria das relações sociais, econômicas e políticas é condição *sine qua non* para que haja desenvolvimento. Sendo assim, não se pode pensar em melhoria sem que haja equidade social. Destaca-se que “o objetivo da equidade social não se resume à promoção do crescimento econômico” (MALUF, 2000, p. 36).

Muito se discute sobre a noção de desenvolvimento e crescimento econômico, entretanto é importante salientar que estas ideias não são sinônimas. O debate é tão complexo que é possível haver crescimento econômico sem que haja desenvolvimento. De acordo com

Sen (1989) um país pode ser economicamente muito rico, mas não oferecer qualidade de vida para a população.

O desafio das sociedades atuais é promover crescimento das economias e ao mesmo tempo desenvolver social e culturalmente a sua população, de tal forma que a equidade social e o exercício pleno da democracia sejam efetivos. De forma complementar, destaca-se que o desenvolvimento é fundamental, mas não pode ser considerado como um fim em si mesmo.

A necessidade de repensar o desenvolvimento justifica-se, no mínimo, como contraposição à convencional prescrição de “mais crescimento econômico” acompanhado de instrumentos compensatórios de evidentes mazelas sociais e ambientais geradas pelos padrões de crescimento que vigoram até os dias atuais.” (MALUF, 2000)

O conceito de desenvolvimento econômico proposto Sen (1989) está diretamente ligado à mudança social, no que confere ao enriquecimento da qualidade de vida das pessoas. No entanto, quando se fala em qualidade de vida não se trata apenas de mercadorias e aquisição de capital. É uma visão mais ampla, que inclui capacidades e habilidades como meios para a conquista da “qualidade” e da liberdade.

De acordo com Sachs (2000) o conceito de desenvolvimento econômico foi empobrecido, pelos seus próprios defensores, quando foi proposto como sinônimo de crescimento econômico. Neste caso, “o desenvolvimento passou a constituir um simples crescimento da renda *per capita* nas áreas economicamente subdesenvolvidas” (SACHS, 2000).

Em virtude desta crise conceitual, Walter Rostow (BORBA et al, 2003, p. 45), avaliou a necessidade de incluir neste conceito outras variáveis econômicas e sociais diferentes do valor *per capita*, proposta inicialmente por Paul Baran na definição de desenvolvimento ou crescimento econômico. A ciência econômica utilizava indicadores quantitativos para caracterizar desenvolvimento, desconsiderando o “capital social”.

O modelo de desenvolvimento como está articulado atualmente precisa ser revisto, pois é excludente, gerando pobreza e grandes disparidades entre “ricos” e “pobres”. É preciso que a pobreza seja reduzida com a distribuição da riqueza de forma mais equitativa.

Sen (2010, p. 17) vincula a liberdade ao desenvolvimento por dois motivos: a razão avaliatória e a razão da eficácia. A primeira deve avaliar se houve efetivamente o aumento das liberdades individuais, ao passo que a segunda, está atrelada “inteiramente a livre condição de agente das pessoas.”

2.5 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

O conceito de território pode ser utilizado como uma ferramenta de análise de atuação do Estado para controlar as externalidades da atividade econômica; como unidade de construção de recursos tangíveis e intangíveis para o desenvolvimento; como produto da ação coletiva dos atores que estão presentes no território, ou ainda, a partir do enfoque da antropologia pode ser o componente fundamental para as sociedades tradicionais (CAZELLA et al, 2009, p. 25).

Neste texto será utilizada a perspectiva da geografia para conceituar território. De acordo com esta ciência, o território é visto como um “conceito-mala”, pois abarca diversos sentidos: “relação entre o mundo material e o mundo simbólico; a produção dos espaços urbano e rural; o efeito econômico da localização da produção e a territorialização do poder e das políticas públicas” (CAZELLA et al, 2009, p. 41).

De acordo com Haesbaert (2004, p. 2) o conceito de território está diretamente ligado à relação de dominação/apropriação referente ao espaço, à cultura, à economia, à política e às relações sociais (relações de poder). O autor extrapola a discussão das diferenças entre território e territorialidade para a noção de mutiterritorialidades, que são as diferentes formas dos territórios se organizarem no espaço.

Haesbaert (2012, p. 40) atrela o conceito de território a três vertentes:

“**Política** (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-político (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado. **Cultural** (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como um produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido. **Econômica** (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial do trabalho, por exemplo.”

O autor conclui que:

“(…) todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar ‘funções’ quanto para produzir ‘significados’. O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s)” (HAESBAERT, 2004, p.18).

Para Saquet (2011) o conceito de território varia de acordo com os objetivos, as metas, as abordagens político-sociais e as problemáticas, entretanto, sendo tudo considerado ao mesmo tempo, pois são parâmetros indissociáveis, mas não podem ser vistos como sinônimos. Para o autor a forma como o território é administrado determinará seu desenvolvimento.

Numa abordagem relacional e integradora do conceito de território, os processos históricos, as manifestações culturais, a construção do sentimento de pertencimento e da identidade vão além da simples delimitação do espaço geográfico como sinônimo de território, muito embora, alguns geógrafos defendam essa perspectiva.

Sobre a atual conjuntura em que está apoiado o conceito de território Haesbaert (2012, p. 55) comenta:

“(...) devemos reconhecer que vivenciamos hoje um entrecruzamento de proposições teóricas, e são muitos, por exemplo, os que contestam a leitura materialista como aquela que responde pelos fundamentos primeiros da organização social. Somos levados, mais uma vez, a buscar superar a dicotomia material/ideal, o território envolvendo, ao mesmo tempo, a dimensão espacial material das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço ou o ‘imaginário geográfico’ que não apenas move como integra ou é parte indissociável destas relações.”

No conceito de território estão imbricadas as relações e as manifestações de poder, seja ele institucional ou não. No interior das relações territoriais estão inseridas a soberania, a disciplina e a segurança, que se manifestam na multiplicidade dos sujeitos e dos povos, enfim da população. Sobre o poder soberano, Foucault (1978) comenta:

“Um bom soberano, seja ele um soberano coletivo ou individual, é alguém que está bem situado no interior de um território, e um território que é civilizado no que concerne à sua obediência ao soberano é um território que tem uma boa disposição espacial. Pois bem, tudo isso, essa ideia de eficácia política da soberania está ligada aqui a ideia de uma intensidade das circulações: circulação das ideias, circulação das vontades e das ordens, circulação comercial também.”

Para Wanderley (2000, p. 116) “o território é um espaço delimitado, cujos contornos são recortados por certo grau de homogeneidade e de integração no que se refere tanto aos aspectos físicos e as atividades econômicas, quanto a dimensão sociocultural da população local”.

Convencionou-se adotar o termo abordagem territorial às discussões inerentes ao território e à territorialidade. É uma nova perspectiva de compreensão da relação espaço-sociedade-natureza, onde as redes de comunicação e circulação, “as características e a importância da natureza exterior ao homem, as relações de poder e as identidades historicamente construídas” (SAQUET & SPOSITO, 2008, p. 19), são fundamentais na formulação de políticas públicas, na gestão (e governança) do território, bem como na compreensão de suas manifestações sociais, econômicas, políticas e culturais e na promoção do desenvolvimento territorial sustentável.

De acordo com Abramovay (2007, p. 1; 2) a abordagem territorial contribui para os estudos referentes às regiões rurais em quatro aspectos. Primeiro, é um convite ao abandono do setorialismo, que concebe a agricultura como único setor e o agricultor como único ator social no meio rural. Segundo, “impede a confusão entre crescimento econômico e processo de desenvolvimento”. Terceiro, as manifestações culturais, as formas de organização, enfim o capital social dos atores torna-se fundamental para a compreensão das situações localizadas, inclusive dos mecanismos de governança pública. E por fim, “o território coloca ênfase na maneira como uma sociedade utiliza os recursos de que dispõe em sua organização produtiva e, portanto, na relação entre sistemas sociais e ecológicos” (FOLKE & BERKES, 1998, citado por ABRAMOVAY, 2007, p. 2).

Utilizando o recorte da política pública para avaliar a formação do território, temos: o “território dado” e o “território construído” (CAZELLA, et al, 2009). O primeiro é uma delimitação político-administrativa institucionalizada em um espaço geográfico (e que por muitas vezes não leva em consideração as particularidades inerentes de cada local), ao passo que o segundo se estabelece através das relações, dos vínculos e laços, das práticas, saberes e territorialidades entre os indivíduos que vivem num determinado espaço-território.

De acordo com Cazella et al (2009, p. 37) os “territórios construídos” apresentam três características: “a) eles são múltiplos, podendo se sobrepor; b) na maioria das vezes, seus limites não são nítidos e; c) eles buscam valorizar o potencial de recursos latentes, virtuais ou ‘escondidos’”. Em outras palavras, o “território construído” é o produto da ação coletiva dos sujeitos, que visa valorizar os aspectos socioculturais e promover o desenvolvimento econômico e ambiental de um espaço-território específico. “O território é, ao mesmo tempo, uma criação coletiva e um recurso institucional” (CAZELLA et al, 2009, p. 38). Assim, os “territórios construídos” se aproximam da face da emancipação do Homem proposta pelo Iluminismo (TENÓRIO, 2012).

O “indivíduo que deseja emancipar-se é aquele que se opõe à racionalidade instrumental, racionalidade que estimula a divisão social do trabalho” (TENÓRIO, 2009, p. 5). A racionalidade instrumental quer colonizar o mundo da vida, utilizando o poder e o dinheiro como meios para isto. A racionalidade comunicativa, proposta por Habermas, onde todos têm direito a fala, tendo o bem comum como princípio norteador vai de encontro à racionalidade instrumental.

Tal racionalidade é definida por Tenório (2012, p. 10) como:

“a subordinação dos interesses individuais ao empreendimento da sociedade. Tal subordinação não ocorre perceptivamente ou de modo imediato, ela ocorre por meio da articulação ou negociação entre os atores, ou seja, é uma ação plural, na medida em que a reflexão intersubjetiva é o resultado de variadas interpretações.”

“A criação coletiva e institucional do território está associada à ideia de que as transformações das propriedades do território-dado podem gerar e maximizar o processo de valorização de diversos recursos desse espaço” (CAZELLA et al, 2009, p. 38).

A Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário define território como:

“um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial” (Brasil, MDA/SDT, 2005).

No entanto, este conceito não contempla o potencial do endógeno de um processo de construção territorial administrado pelos atores locais.

O território não se define por seus limites físicos, mas sim, pela interação/cooperação social entre os atores em seu interior. A natureza da cooperação está na habilidade dos atores de constituir coalizões políticas, que reflitam a força de cada campo social (Abramovay, 2007). É importante destacar que sem interação não é possível à promoção do desenvolvimento territorial. Em outras palavras, quando a interação social no campo é fraca não se consegue gerir o território, podendo haver um processo de desterritorialização. “É

fundamental então não só compreender a maneira como os atores se inserem em certas realidades e mesmo em certos papéis sociais, mas também como adquirem o poder de alterar as relações de forças dos campos em que esses papéis são desempenhados” (ABRAMOVAY, 2007).

Particularmente, no que se refere ao espaço rural, o conceito de território foi historicamente construído separadamente da noção de multifuncionalidade da agricultura. No entanto, a reunião desses dois conceitos “acarreta a presença simultânea das dimensões mercantil e não-mercantil, combinação que, por sua vez, corresponde a diferentes problemáticas e situações de ação pública” (BONNAL & MALUF, 2007).

Para Dallabrida e Fernández (2008) o território refere-se:

“a uma fração do espaço historicamente construída através das inter-relações dos atores sociais, econômicos e institucionais que atuam neste âmbito espacial, apropriada a partir de relações de poder sustentadas em motivações políticas, sociais, ambientais, econômicas, culturais ou religiosas, emanadas do Estado, de grupos sociais ou corporativos, instituições ou indivíduos.”

Saquet & Briskiewicz (2009) se apoiam nos estudos de Paul Allié para caracterizar território numa perspectiva jurídico política: (1) território-objeto que é um “direito especial de soberania, assimilável a um direito real do Estado sobre o solo nacional, distinto do poder deste sobre as pessoas”; (2) território-sujeito caracterizado pelo modo de existência do Estado no espaço e; (3) território-função que é utilizado como meio de ação do Estado.

Os territórios são formados a partir de processos culturais, sociais, identitários, entre outros, conforme ilustra Raffestin (2003): (1) o território do cotidiano: é o território que supre as necessidades; é o território de todos os dias; (2) o território das trocas: onde circulam as mercadorias nos níveis regional, nacional e internacional; (3) o território de referência: é composto de aspectos tangíveis e intangíveis, histórico e ao mesmo tempo imaginário e subjetivo e; (4) o território sagrado: referencia-se aos aspectos religiosos e políticos.

Por fim, o território é um espaço geográfico, que apresenta fronteiras fluídas, é social e historicamente construída, onde os atores sociais (re)produzem e (re)significam sua cultura. É o espaço de disputa entre as arenas de poder, que possui aspectos tangíveis e intangíveis. De acordo com Ferreira e Pessoa (2012, p. 23) “nem sempre e nem todo espaço é um território. Os territórios se movimentam e se fixam sobre o espaço geográfico”.

Já no que se refere ao conceito de territorialidade, Leopoldo e Moraes (2012) o descrevem-na como as manifestações sociais dentro do território. Para Saquet (2011) a territorialidade são relações sociais multidimensionais que se estabelecem a partir da economia, da política e da cultura.

De acordo com Saquet e Sposito (2008) a territorialidade é definida como o controle “sobre uma área ou espaço; é uma estratégia para influenciar ou controlar recursos, fenômenos, relações e pessoas e está intimamente relacionada ao modo como as pessoas usam a terra, organizam o espaço e dão significados ao lugar.”

Para Raffestin (1993) a territorialidade é “(...) um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema (...)”.

“A territorialidade corresponde às relações sociais e às atividades diárias que os homens têm com sua natureza exterior. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida cotidiana. Isso significa dizer que entendemos a identidade de maneira híbrida, isto é, como processo relacional e histórico, efetivado tanto cultural como econômica e

politicamente. A identidade é construída pelas múltiplas relações-territorialidades que estabelecemos todos os dias e isso envolvem, necessariamente, as obras materiais e imateriais que produzimos, como os templos, as canções, as crenças, os rituais, os valores, as casas, as ruas etc.” (SAQUET E BRISKIEVICZ, 2009, p. 8)

Enfim, a territorialidade é a expressão do poder da sociedade na conformação do espaço geográfico (territorial). Numa perspectiva relacional e multidimensional a territorialidade é a expressão valorativa dos atores sociais dos recursos inclusivos e exclusivos, que estão inseridos no território (SAQUET & SPOSITO, 2008). São as manifestações culturais, os aspectos materiais e imateriais que regem a vida e a (re)produção sociocultural dos atores e sujeitos de um território.

2.6 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ENDÓGENO

O desenvolvimento territorial endógeno está diretamente relacionado ao saber fazer, aos conhecimentos, as identidades, as relações, aos vínculos, aos estoques, enfim aos ativos dos atores e sujeitos do local. Implicando o desenvolvimento do capital territorial - que se constitui no somatório dos capitais produtivo, natural, humano e intelectual, institucional, social e cultural (ANJOS et al, 2013, p. 164).

De acordo com Remmers (1998, p. 269) o elemento potencial para o desenvolvimento endógeno está na ação coletiva, nas vivências, na organização social e nos conhecimentos distintos dos atores sociais, que vivem e se (re)produzem em uma localidade, ou seja, o processo de desenvolvimento é controlado a partir das demandas endógenas desses atores.

Segundo Zapata (2007, p. 24) o desenvolvimento territorial endógeno é ao mesmo tempo uma estratégia e um processo intencional dos atores e sujeitos sociais de um dado território que, a partir de “seus ativos, suas potencialidades e vocações, busca construir um projeto de desenvolvimento com mais participação social, mais equidade e sustentabilidade.”

Para Borba et al (2003, p. 93) o potencial endógeno de qualquer localidade para a definição de estratégias de autodesenvolvimento está centrado no fortalecimento da identidade local e na capacidade de resistência local frente as influências dos fluxos globais de homogeneização cultural.

O desenvolvimento endógeno dos territórios parte do protagonismo dos atores locais, bem como através da valorização do capital territorial. Ainda de acordo com Borba et al (2003, p. 102) o desenvolvimento endógeno fomenta a:

“(...) valorização de aspectos que até então ficaram fora do observável pela ciência; apoiado em um processo que recupera o protagonismo dos atores sociais implicados, que assim deixam de ser meros recipientes ignorantes e passivos do conhecimento superior ou simplesmente objetos do conhecimento científico.”

Segundo Dallabrida (2013, p. 209) o capital territorial é um conjunto de outros capitais, a saber: capital produtivo (recursos financeiros, maquinários e implementos, insumos etc.); capital natural (patrimônio natural); capital humano e intelectual (saberes popular e acadêmico, saber-fazer etc.); capital institucional, capital social (valores compartilhados) e capital cultural (patrimônio cultural). Segundo Zapata (2007, p. 26):

“(...) o desenvolvimento territorial endógeno busca construir um modelo de desenvolvimento com mais participação, protagonismo dos cidadãos e cidadãs, equidade social e sustentabilidade ambiental, a partir das vocações produtivas locais (...). Envolve os valores e os comportamentos dos participantes. Suscita práticas imaginativas, atitudes inovadoras e espírito empreendedor.”

O fortalecimento do capital social, a governança local e o desenvolvimento produtivo do território são constituintes de uma estratégia de desenvolvimento territorial endógeno (ZAPATA, 2007, p. 28), que traz a cena uma nova institucionalidade para a gestão pública, incorporando o gestor social em contraponto com os gestores tradicionais e clientelistas. Essa configuração promove a ampliação dos espaços de participação social, e as novas institucionalidades remodelam as relações de poder que estão imbricadas no território.

O principal desafio a ser enfrentado nas estratégias e políticas de desenvolvimento territorial endógeno é “a valorização das diferenças e especificidades locais frente a um cenário mundial onde dominavam as técnicas e processos produtivos estandarizados” (ALVES e GUIVANT, 2010, p. 93), que ao longo do tempo, foram o carro-chefe do desenvolvimento exógeno, cujo modelo adotado para o campo foi o da Revolução Verde, confluindo “para uma proposta de articulação subordinada das atividades desenvolvidas no espaço rural pelas desenvolvidas nas economias urbanas” (ALVES e GUIVANT, 2010, p. 90).

Na contracorrente da difusão de pacotes tecnológicos oriundos da Revolução Verde, que desqualificam o capital social dos atores e sujeitos do campo, e do modelo produtivista de crescimento econômico a qualquer custo, propõe-se a Agroecologia como base sociológica, epistemológica, e metodológica para a promoção do desenvolvimento dos territórios rurais e da construção de sistemas de produção mais sustentáveis.

“No enfoque agroecológico o potencial endógeno constitui um elemento fundamental e ponto de partida de qualquer projeto de transição agroecológica, na medida em que auxilia na aprendizagem sobre os fatores socioculturais e agroecossistêmicos que constituem a base estratégica de qualquer iniciativa de desenvolvimento rural ou de desenho de agroecossistemas que visem alcançar patamares crescentes de sustentabilidade.” (CAPORAL et al, 2011, p. 46)

É importante destacar que a ciência agroecológica e seu arcabouço epistemológico determinam “que a busca do desenvolvimento deve partir de uma estratégia centrada no “desenvolvimento endógeno”, mas não isolado da sociedade maior” (Iturra citado por Sevilla Guzman, 1995, p.14).

“Do ponto de vista agroecológico, os principais elementos do potencial endógeno para o desenvolvimento das zonas de agricultura camponesa são aqueles relativos à diversidade produtiva, ao baixo uso de insumos agrícolas externos, ao estado e manejo dos recursos naturais, ao uso predominante de energias renováveis, ao elevado grau de equilíbrio produtivo, a produção combinada de valores de uso e mercadorias sem orientação ao lucro e sim a reprodução da unidade doméstica, a grande diversidade de produtos alimentares, a segurança alimentar etc”. (BORBA et al, 2003, p. 107)

Assim, é imprescindível que as estratégias de desenvolvimento rural estejam baseadas no potencial endógeno dos atores e sujeitos do território em questão, tanto nos aspectos socioambientais como político, econômicos e institucionais.

2.7 AMBIENTES DE MONTANHA

De acordo com a revisão de Lopez Netto (2011) a partir de Kapos et al (2000), considera-se na definição de montanha, a altitude e altura. Já a declividade é usada no caso das montanhas que estão acima de 1.500 m de altitude.

As montanhas são ecossistemas complexos, de rica diversidade biológica, representando ainda, uma importante fonte de água, energia, minérios, produtos madeireiros e agrícolas.

As pesquisas agropecuárias baseadas no melhoramento fitogenético e no manejo dos recursos naturais têm contribuído para alavancar a produção de gêneros alimentícios no Brasil. No entanto, quando se refere às pesquisas voltadas para os ecossistemas montanhosos os investimentos ainda são muito incipientes (LÓPEZ NETTO et al., 2011). Em virtude da carência de conhecimentos sobre os ecossistemas de montanha é imprescindível a criação de uma base de dados mundial sobre os manejos adotados por agricultores e pecuaristas montanhese, a fim de fomentar e implantar programas e projetos que contribuam para o desenvolvimento sustentável desses locais. Os ecossistemas montanhosos são vulneráveis a processos erosivos, deslizamentos de terra e pedras e acelerada perda de biodiversidade (NAÇÕES UNIDAS, 2005). Essa vulnerabilidade é agravada em virtude do manejo inadequado realizado pela grande maioria dos agricultores que, nesses ambientes, mantém sistemas produtivos utilizando práticas como: aração de morro abaixo, uso excessivo de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos solúveis e queimadas (GRISEL e ASSIS, 2015; ASSIS et al, 2012; GUERRA, 2007).

Os ambientes de montanha também apresentam vulnerabilidades a variações edafoclimáticas e desequilíbrios ecológicos (LÓPEZ NETTO et al, 2011, p. 23). Estudos realizados por Ambrosini et al (2015, p. 5) revelam externalidades relativas as atividades econômicas nos ambientes de montanha. Dentre as positivas destacam-se: “biodiversidade; proteção do solo contra inundações; provisão de água de qualidade; sequestro de carbono; proteção contra avalanches e incêndios; paisagens culturais; lazer ao ar livre; e comunidades rurais e patrimônio cultural.” Os autores relatam também as externalidades negativas, dentre as quais se destacam: “inundações e erosão/sedimentação; poluição (particularmente da água); incêndios e migração em direção a pobreza urbana.”

Segundo a Declaración del Grupo de Adelboden sobre Agricultura y Desarrollo Rural Sostenibles en Regiones de Montaña (2007) as montanhas e seus povos são social, física e politicamente marginalizados, apresentando cerca de 270 milhões de pessoas vivendo em condição de insegurança alimentar e 135 milhões sofrendo de fome crônica. Essa situação reflete o descaso das políticas nacionais, regionais e globais com a população montanhese e, que, conseqüentemente, retarda o desenvolvimento dessas regiões.

O desenvolvimento territorial das comunidades tradicionais localizadas em ecossistemas montanhosos depende de políticas públicas adaptadas às particularidades dos moradores e as condições ambientais dessas áreas. As ações voltadas para o manejo sustentável nas montanhas ainda são muito incipientes no Brasil (López Netto et al, 2011). É importante destacar que o desenvolvimento não se dá apenas através da produção de gêneros alimentícios produzidos nas montanhas. A identificação geográfica dos diferentes produtos, o desenvolvimento do turismo (rural, aventura, etc.), do mercado interno, o pagamento pelos serviços ambientais e o uso sustentável da biodiversidade, são alternativas de geração de renda e de valorização da cultura local (HENRIQUES et al, 2007).

Do ponto de vista das relações homem-montanhas, Brito (2008, p. 34) apontou cinco elementos: (1) o sagrado, (2) o lazer e a estética, (3) o montanhismo, (4) as montanhas como abrigo, e (5) redutos da natureza hostil. A montanha como manifestação do sagrado está presente em várias religiões e seus livros sagrados. “Já no Antigo Testamento, a narrativa sobre Moisés, que ao sair com seu povo do Egito acampara aos pés do monte Sinai, é rica em simbolismos com relação à montanha. Ali, Deus lhe entregaria as Tábuas da Lei, que continham os dez mandamentos sagrados” (BRITO, 2008, p. 36), conforme descrito no livro do Êxodo.

Na bíblia as montanhas são vistas como local de sacrifícios e de oração, onde o ser humano fica mais próximo do divino, e onde Deus tomará providências em relação as angústias de seu povo, conforme ilustra o salmo “elevo meus olhos para os montes de onde me virá o meu socorro?” (SALMO 121:1). Nessa perspectiva as montanhas estão associadas a noção do inatingível.

Outra representação social que aparece nos estudos de Brito (2008, p. 50) é o lazer e a estética. Neste caso as montanhas servem como refúgio do excesso de atividades inerentes a vida moderna, ao corre-corre do dia a dia e da poluição dos centros urbanos. O desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer nas regiões montanhosas é um nicho para a geração de emprego e renda nessas localidades. Contudo, a exploração dessas atividades deve considerar as peculiaridades e fragilidades dos ambientes de montanha. A utilização das montanhas como área de lazer e romantismo remonta o mito do bom selvagem de Rousseau, que no simbolismo do arcadismo:

“(...)recomendava a vida campestre como um corretivo moral contra os males da corte e da cidade. Nas grandes aglomerações urbanas, marcadas por inóspitas condições ambientais, se encontravam os principais consumidores do meio rural idealizado, motivador de um mercado turístico nascente.” (BRITO, 2008, p. 52)

Para Brito (2008, p. 57), a representação social relacionada à montanha como reduto da natureza hostil tem relação com medos de uma natureza selvagem. Como essa representação expressa a relação homem-natureza, o medo de acidentes relacionados à exploração inadequada dos ambientes montanhosos constitui-se numa realidade atual. Nesse caso, o sentimento gerado nas pessoas em decorrência da maior tragédia climática da história do país ocorrida na região serrana fluminense em 2011 é um exemplo dessa representação

As pesquisas realizadas por López Netto (2013) na tese intitulada “Políticas Públicas para o desenvolvimento rural sustentável em ambientes de montanha no Brasil e na Argentina” contribuíram para trazer à tona esse debate. A autora relata que no país as políticas públicas não diferenciam os ambientes de montanha e dos demais (LÓPEZ NETTO, 2013, p. 128). Aspecto que é fundamental, considerando-se a importância da sustentabilidade desses ambientes.

Assim, para promover as discussões a nível nacional sobre a importância dos ambientes de montanha, os autores propõem a criação de linhas de pesquisa e cursos de pós-graduação que investiguem as bases tecnológicas e metodológicas apropriados a esses ambientes; a construção de um marco legal da agricultura de montanha, bem como a definição de um conceito que caracterize esses ambientes no Brasil.

2.7.1 Agricultura de montanha e agroecologia

A utilização mais antiga do termo agroecologia se refere ao zoneamento agroecológico, “que é a demarcação territorial da área de exploração possível de uma determinada cultura, em função das características edafoclimáticas” (FEIDEN, 2005, p. 53).

“Inicialmente, o movimento pela Agroecologia teve como precursores William Albrecht, Stuart Hill e Fritz Schummacher. No entanto, foi com Miguel Altieri e Stephen Gliessman da Universidade da Califórnia, que a Agroecologia foi disseminada na comunidade acadêmica. Altieri e Gliessman incorporaram no enfoque da agroecologia a troca da ênfase de uma pesquisa agropecuária direcionada a disciplinas e atividades específicas, para a ênfase numa ação multidisciplinar que articule interações complexas entre pessoas, culturas, solos e animais” (LIMA e SILVA, 2014).

A agroecologia é uma ciência multidisciplinar que abarca conhecimentos das ciências biológicas e das ciências sociais e de outras ciências para promover a sustentabilidade ambiental, social e econômica. Miguel Altieri define agroecologia como um movimento que incorpora ideias ambientais e sociais na agricultura, enfocando-se não somente a produção, mas também as relações entre os seres e o ambiente no sistema de produção (ALTIERI, 2012).

Os princípios agroecológicos envolvem a equidade na distribuição de renda; adaptação das práticas agrícolas ao ambiente local, respeitando as condições socioeconômicas e as fragilidades ambientais; a redução de insumos e energia oriundos de fora da propriedade agrícola; a promoção da diversificação genética (animais e vegetais) e do multiuso da terra; a redução dos custos de produção e o aumento e viabilidade econômica dos agricultores, promovendo a sustentabilidade (SOUZA e RESENDE, 2006, p. 83).

Para Feiden (2005, p. 54) a Agroecologia deve ser analisada como uma ciência em construção, “com características transdisciplinares integrando conhecimentos de diversas outras ciências e incorporando, inclusive, o conhecimento tradicional, (...) validado por meio de metodologias científicas”.

Assim, avaliando a extensão teórico-metodológica, a Agroecologia é mais que um conjunto de manejos alternativos, visando a promoção de agroecossistemas independentes de agroquímicos e de energia externa. Enquanto ciência, a Agroecologia utiliza a Ecologia como ferramenta para o estudo, o (re)desenho e o manejo de agroecossistemas sustentáveis, induzindo a uma maior diversidade agrícola (ALTIERI, 2012, p. 16).

Na Agroecologia, os princípios e as práticas voltadas para a construção e manutenção de agroecossistemas são:

“A reciclagem de nutrientes e de energia; a substituição de insumos externos; a melhoria da qualidade da matéria orgânica e da atividade biológica do solo; a diversificação de espécies de plantas e de recursos genéticos dos agroecossistemas no tempo e no espaço; integração de culturas com a pecuária; e a otimização das interações e dos sistemas agrícolas como um todo, ao invés de rendimentos isolados obtidos com uma única espécie. A sustentabilidade e a resiliência são alcançadas em função da diversidade e da complexidade dos sistemas agrícolas, por meio de consórcios, rotações, Sistemas Agroflorestais, uso de sementes nativas e raças locais de animais, controle natural de pragas, uso de compostagem e adubação verde e aumento da matéria orgânica no solo, o que melhora a atividade biológica e a capacidade de retenção de água.” (ALTIERI, 2012, P. 16).

É importante destacar que a sustentabilidade do agroecossistema está diretamente ligada ao grau de interação entre os fatores bióticos e abióticos do ambiente. Em comum essas práticas apresentam: a manutenção da cobertura vegetal, objetivando a conservação de água e a promoção de temperaturas mais amenas no solo; o fornecimento de matéria orgânica; o aumento da ciclagem de nutrientes; e a regulação de insetos causadores de danos econômicos, a partir da diversificação das espécies no agroecossistema.

As etapas da Conversão Agroecológica, segundo Altieri (2012, p. 139-140) são:

“(1) aumento da eficiência de insumos por meio do manejo integrado de pragas ou do manejo integrado da fertilidade do solo; (2) substituição de insumos ou substituição por insumos ambientalmente benéficos; (3) redesenho dos sistemas: diversificação por meio de uma combinação de lavouras e criação de animais, o que incentiva o sinergismo de modo que o próprio agroecossistema possa viabilizar sua fertilidade do solo, a regulação natural de pragas e produtividade das culturas.”

De acordo com Feiden (2005, p. 67) a construção de sistemas de produção agroecológicos pode envolver algumas etapas, a saber: (1) reduzir a dependência de insumos comerciais; (2) incorporar ao manejo recursos renováveis e disponíveis localmente; (3) promover a ciclagem de nutrientes, respeitando a dinâmica ecossistêmica, no sentido de evitar a erosão e manter a qualidade estrutural do solo; (4) introduzir espécies que criem diversidade funcional no sistema, ou seja, que criem serviços ecológicos, dispensando o uso de insumos; (5) “desenhar sistemas que sejam adaptados às condições locais e aproveitem, ao máximo, os microambientes”; (6) Manter a biodiversidade espacial e temporalmente na produção; (7) Manejar o agroecossistema sem ultrapassar a capacidade produtiva do ecossistema original (do contrário há risco de colapso do mesmo); (8) Resgatar, conservar e valorizar a diversidade genética local e; (9) resgatar e conservar os conhecimentos e a cultura locais.

Enquanto base tecnológica, a Agroecologia está fundamentada nos conhecimentos e nas técnicas dos agricultores, suscitando a valorização dos saberes populares e da relação dos agricultores com o meio ambiente numa outra lógica de desenvolvimento. Não por acaso no final da década de 1990 os movimentos sociais camponeses usaram (e continuam usando) a Agroecologia como bandeira de luta na promoção de uma agricultura sustentável, norteadas pelo desenvolvimento e pela soberania alimentar.

“Os movimentos sociais do campo adotam o conceito de soberania alimentar como uma alternativa a abordagem neoliberal que aposta num comércio internacional injusto como forma de resolver o problema da fome mundial. Em vez disso, o conceito de soberania alimentar enfatiza o acesso dos agricultores à terra, sementes e água, focando na autonomia, nos mercados locais e circuitos locais de produção-consumo, na soberania energética e tecnológica e nas redes de agricultor a agricultor.” (ALTIERI, 2012, p. 366).

A base tecnológica dos agroecossistemas modernos está ancorada no grande aporte de agroquímicos e sementes selecionadas e transgênicas, na monocultura e na mecanização agrícola. Essas tecnologias aumentaram a produtividade em curto prazo, mas trouxeram como consequências insustentabilidade socioambiental, baixa equidade, instabilidade e degradação ambiental. “A estratégia agrícola moderna pode ser considerada como o oposto do que ocorre em sistemas naturais” (ALTIERI, 2012, p. 203).

Segundo Altieri (2012, p. 18) a Agroecologia se aproxima das demandas dos movimentos sociais do campo à medida que: (1) está alicerçada na participação dos agricultores; (2) está atrelada aos saberes tradicionais e utiliza o diálogo como ferramenta na (re)construção de saberes; (3) promove técnicas economicamente viáveis, com ênfase no uso do conhecimento indígena, da biodiversidade agrícola e dos recursos locais; e (4) otimiza o agroecossistema utilizando suas próprias potencialidades.

De acordo com Borba et al (2003), a abordagem agroecológica com enfoque territorial deve elencar como diretrizes: a ampliação da escala de atuação, de tal forma que todo o

território seja contemplado; a avaliação dos contextos específicos a cada território; o crescimento econômico aliado ao desenvolvimento social e a conservação ambiental; a promoção de capacitações e a organização dos agentes rurais fundamentais para a inovação; e as mudanças de atitudes. Assim, na busca da promoção do desenvolvimento local dos territórios camponeses o enfoque agroecológico deve assentar-se sobre uma posição sócio-política construída a partir de valores, capacidades, conhecimentos e elementos culturais dos grupos sociais organizados e implicados nos processos de desenvolvimento (AZEVEDO, 2011, p. 182).

Em ambientes de montanha a agroecologia deve ser priorizada como estratégia para a promoção da estabilidade e da resiliência dos agroecossistemas, a fim de mitigar a vulnerabilidade desses ambientes. De acordo com Altieri e Nicholls (2009, p. 34) em decorrência das mudanças climáticas, os pequenos agricultores que vivem em ambientes frágeis estão mais sujeitos a sofrerem impactos desastrosos em seus meios de sobrevivência.

Os sistemas de produção manejados inadequadamente aumentam as fragilidades e vulnerabilidades dos ecossistemas montanhosos.

Ainda de acordo com Altieri e Nicholls (2009, p. 36) o uso de diversidade genética local, a coleta de plantas silvestres, os sistemas agroflorestais e a cobertura morta são algumas técnicas capazes de promover a sustentabilidade socioambiental e econômica em ambientes frágeis. A agricultura de montanha andina, por exemplo, adaptou seus sistemas agrícolas as instabilidades ambientais, adotando o zoneamento agroclimático, principalmente em relação a altitude, para definir a rotação de culturas e os sistemas de irrigação. “Outra característica importante desse manejo adaptativo é a manutenção de uma ampla base genética, que reduz a ameaça da perda de cultivos devido a variações climáticas, pragas ou patógenos específicos que atacam determinadas variedades de plantas” (ALTIERI e NICHOLLS, 2009, p. 37).

É importante salientar que a Agroecologia não deve ser vista apenas como ciência, ela é também um movimento de resistência a racionalidade capitalista, que vai de encontro ao modelo de desenvolvimento proposto pela Revolução Verde e; uma prática social pautada na solidariedade e coletividade.

O movimento de resistência agroecológico é norteado pelas lutas pela reforma agrária; pela segurança e soberania alimentar e nutricional; pela valorização do trabalho feminino no campo; pela Economia Solidária, por uma Educação do Campo que valorize os saberes dos camponeses e camponesas, assegurando-lhes o direito a (re)produção sociocultural em seus territórios, enfim, enquanto movimento contestatório a Agroecologia propõe um modelo de desenvolvimento incluyente, que dê voz e vez aos povos marginalizados pelas práticas capitalistas.

De acordo com Almeida (2003, p. 501) as ações e os adeptos da Agroecologia “visam colocar em prática um novo tipo de movimento coletivo, que tenta fugir das formas mais ou menos reclusas que assume a maioria das manifestações de contestação da dominação social como um todo.” Ainda para o autor, a Agroecologia tem ampliado as reflexões sobre o agrícola, o agrário, a sociedade e o modelo de desenvolvimento.

Enquanto prática social, a Agroecologia, está territorializada na construção coletiva de uma sociedade mais igualitária e assentada nos pressupostos da autonomia como estratégia para assegurar a sustentabilidade sociocultural, política e ambiental. As marcas distintivas do território, as feiras agroecológicas e a Economia Solidária são alguns exemplos de práticas sociais agroecológicas, que estão na contra corrente da monopolização do território pelo capital.

“Ao assumirem coletivamente a necessidade da conquista dessa autonomia, que resulta na afirmação de uma condição específica de classe, os camponeses inscrevem-se em um campo de poder que tem como importante objeto de disputa o valor incorporado ao

produto do trabalho familiar camponês e o próprio domínio sobre o processo de produção e circulação dos produtos.” (SANTOS, 2010, p. 52).

Uma reflexão que deve ser feita a fim de garantir a sustentabilidade da agricultura em áreas montanhosas é a diferenciação conceitual implícita entre agricultura de montanha e agricultura na montanha. Considera-se agricultura de montanha aquela que utiliza técnicas sustentáveis na manejo desses ambientes, tais como: plantio em curvas de nível, utilização de base genética local e uso de sistemas de irrigação que reduzam processos erosivos. Por outro lado, a agricultura na montanha “utiliza técnicas não sustentáveis e inadequadas aos ambientes de montanha, como por exemplo, o cultivo “morro abaixo”; corte inadequado de encostas; monoculturas; entre outras” (LÓPEZ NETTO, 2013, p. 29). Ou seja, a agricultura na montanha não considera as peculiaridades desses ambientes, reproduzindo neles as mesmas técnicas utilizadas em áreas planas.

A adoção do manejo agroecológico deve ser estimulado em ambientes de montanha, pois potencializam o uso dos recursos locais (LÓPEZ NETTO, 2013, p. 29), considerando o agroecossistema de forma holística e sistêmica, e ao mesmo tempo buscando a produtividade convergente com estabilidade e resiliência. É importante destacar que qualquer “alteração nos diferentes componentes da natureza (relevo, solo, vegetação, clima e recursos hídricos) acarreta o comprometimento da funcionalidade do sistema, quebrando o seu estado de equilíbrio dinâmico” (VASHCHENKO et al, 2007, p 201).

Nesse sentido, para a produção alimentícia e a comercialização montanhosa algumas peculiaridades devem ser consideradas como a dificuldade de acesso, dada as condições topográficas; a susceptibilidade às mudanças climáticas; a profundidade dos solos, pois sendo rasos os riscos de deslizamentos de terra e erosão são maiores; a variação da temperatura (principalmente do solo e do ar) nos períodos diurno e noturno.

2.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão e o respeito aos arranjos e relações sociais presentes no território são fundamentais na construção de políticas públicas que visem promover o desenvolvimento territorial endógeno. Em se tratando de ambientes de montanha esses aspectos são ainda mais importantes, dada às particularidades ambientais e as atividades socioeconômicas presentes.

O desenvolvimento territorial endógeno tem como condição *sine qua non* o protagonismo dos atores e sujeitos do local, de forma que o capital social dos mesmos seja o norteador das estratégias de dinamização do território.

Notadamente em ambientes de montanha, é importante destacar essa interface entre os ativos locais na promoção do desenvolvimento territorial, uma vez que as fragilidades locais nesses espaços se expressam de forma mais contundente quando manejado inadequadamente.

Enquanto conceito e estratégia, o desenvolvimento territorial endógeno sustenta e viabiliza soluções para os problemas inerentes aos ambientes de montanha, uma vez que: (1) considera os limites e as possibilidades destes ambientes e, fomenta o manejo sustentável dos agroecossistemas; (2) adota metodologias participativas assentadas na construção coletiva de conhecimentos e práticas e; (3) estimula a organização reticular entre os atores e sujeitos e a gestão coletiva dos recursos.

No entanto, o limite do DTE enquanto estratégia está “no querer” dos atores locais. Quando se propõe a transição agroecológica, em que é importante a valorização da cultura e dos saberes locais para os agricultores, é preciso analisar o cenário a luz das relações de poder envolvidas nesse processo. É preciso questionar se os agricultores estão preparados para tais mudanças e, acima de tudo, se eles querem mudar seu modo de produção para um manejo mais sustentável.

É sabido que na contracorrente da lógica capitalista, da máxima exploração dos agroecossistemas e da homogeneização cultural, estão a Agroecologia e a valorização da endogenia. Estratégias que, para avançarem, devem estar atreladas a valorização do local, dos recursos, do modo diferenciado de produção, as relações sociais do território, o respeito a liberdade, limites e capacidades, bem como aos laços e relações de poder que estão imbricadas no território.

3 CAPÍTULO II

A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA COMO ESTRATÉGIA PARA O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO DA COMUNIDADE FAZENDA RIO GRANDE EM NOVA FRIBURGO (RJ)

3.1 RESUMO

O desenvolvimento da agricultura em ambientes montanhosos deve considerar as características oriundas desses ecossistemas, uma vez que, estes quando mal manejados potencializam suas fragilidades, tais como: dificuldade de acesso, susceptibilidade a oscilações climáticas; oscilações de temperatura entre os períodos diurno e noturno, dentre outras. Assim, no sentido de mitigar os efeitos deletérios da agricultura propõe-se a ciência agroecológica como base metodológica, epistemológica e tecnológica no manejo dos agroecossistemas da comunidade Fazenda Rio Grande, localizada no município de Nova Friburgo, região serrana do estado do Rio de Janeiro. A fim de verificar a adoção ou não da Agroecologia pelos agricultores foi adotado como metodologia de pesquisa o estudo de caso, utilizando-se inicialmente a análise de dados secundários oriundos de pesquisa documental e bibliográfica; a participação em atividade de Transferência de Tecnologia, realizadas pelo Núcleo de Pesquisa e Treinamento para Agricultores (NPTA) da Embrapa Agrobiologia; a aplicação da FOFA; a realização de entrevistas com agricultores e extensionistas – que desenvolvem atividades na comunidade em questão – e; diário de campo. A sistematização das informações revelou que a assistência técnica é precária na região, oportunizando a dependência dos agricultores em relação aos técnicos agrícolas, que trabalham nas lojas de produtos agropecuários e; conseqüentemente, aumentando a utilização indiscriminada de agrotóxicos. No entanto, segundo os entrevistados, metodologias sustentáveis para tratamento do solo e dos cultivos foram apreendidas com os técnicos do NPTA. Embora uma característica comum a todos os agricultores seja o vínculo com a terra, à comunidade tem passado por um processo de perda da identidade cultural, como ocorre, por exemplo, com a broa de fubá de milho branco, que não é produzida com frequência pelas famílias.

Palavras-chaves: Agricultura de Montanha. Identidade. Agroecologia.

3.2 ABSTRACT

The development of agriculture in mountainous environments should consider the characteristics resulting from these ecosystems, since these when mishandled potentiate its weaknesses, such as poor access, susceptibility to climatic fluctuations; temperature fluctuations between day and night periods, among others. Therefore, in order to mitigate the harmful effects of agriculture is proposed to agro-ecological science as a methodological basis, epistemological and technology in the management of community agroecosystems Fazenda Rio Grande, in the municipality of Nova Friburgo, mountainous region of the state of Rio de Janeiro. In order to verify the adoption or not of Agroecology by farmers was adopted as research methodology case study, using initially the analysis of secondary data from document and literature; participation in technology transfer activity, conducted by the Center for Research and Training for Farmers (PTA) of Embrapa Agrobiology; the application of SWOT; conducting interviews with farmers and extension workers - with initiatives in the community in question - and; field journal. The systematization of the information showed that the service is poor in the region, providing opportunities for the dependence of farmers on agricultural technicians, who work in agricultural products and stores; thereby increasing the indiscriminate use of pesticides. However, according to respondents, sustainable methodologies for tillage and crops were seized with the technicians of the PTA. Although a common feature to all farmers is the link to the land, the community has experienced a loss of cultural identity process, as, for example, with the bread of white corn meal, which is not produced often by families.

Keywords: Agriculture mountain. Identity. Agroecology.

3.3 INTRODUÇÃO

A atividade agropecuária desenvolvida em ambientes de montanha apresenta particularidades inerentes à fragilidade desses agroecossistemas. A dificuldade de acesso, proporcionada pela topografia; a susceptibilidade a variações climáticas; a pouca profundidade do solo, provocando deslizamentos de terras e processos erosivos; as oscilações de temperatura entre os períodos diurno e noturno são algumas limitações da produção nesses ambientes. Por outro lado, o manejo adequado nesses locais proporciona produção de gêneros alimentícios diferenciados, bem como favorece o desenvolvimento local. Isto com base na multifuncionalidade do espaço rural, articulando essa produção com estratégias diferenciadas de comercialização e outras atividades econômicas, como turismo rural e ecoturismo.

Para o manejo adequado dos agroecossistemas, entende-se que as práticas agroecológicas devem ter a base tecnológica apropriada, aliado a necessidade de propostas de promoção do desenvolvimento rural que se articulem a partir de métodos participativos, de modo a buscar desde sempre que os agricultores envolvidos se apropriem da noção de território, e dos conhecimentos e processos agroecológicos, de forma a que estes tenham autonomia na busca de caminhos que viabilizem melhores condições de permanência e prática da agricultura nas montanhas.

A partir disso, ocorrem movimentos e organizações de trabalhadores na busca de estratégias para enfrentar as limitações ambientais da produção na montanha. Torna-se perceptível a necessidade de (re)significar a experiência justamente como ‘possibilidade’ não somente pra fortalecer sua resistência, mas para vislumbrar a (re)existência; que é ao mesmo tempo harmoniosa com seu ambiente físico e cultural, e que intensifica o sentimento de pertencimento ao seu território.

A manutenção da sustentabilidade ambiental dos agroecossistemas está diretamente ligada a quatro fatores: potencial fitogenético; características agroedafoclimáticas; convergência entre a exigência de nutrientes da planta e oferta/disponibilidade no sistema e equilíbrio ecológico entre os fatores bióticos e abióticos (COUTINHO et al, 2003).

A não observância desses fatores interfere na biodiversidade do agroecossistema, comprometendo diretamente a produtividade, a economia local e regional e a qualidade de vida das pessoas. Nesse sentido, é preciso que os agricultores se apropriem efetivamente do território, a fim de serem os protagonistas do processo de desenvolvimento local, conservando as relações ecológicas regionais e os traços culturais, bem como revitalizando as relações político-econômicas. É importante destacar que a manutenção do território implica em ambientes mais equilibrados, tanto do ponto de vista agroecológico, quanto da conservação do tecido social.

Nesse sentido esse capítulo tem por objetivo discorrer sobre as dinâmicas territoriais e as estratégias adotadas para um manejo mais sustentável dos agroecossistemas na comunidade Fazenda Rio Grande, localizada em Nova Friburgo, na região serrana do estado do Rio de Janeiro, a fim de contribuir para o desenvolvimento local da comunidade.

Além da parte introdutória, o capítulo está dividido em três sessões. Na primeira a seguir são descritos os procedimentos metodológicos adotados na coleta de dados. A segunda sessão se atém aos resultados e discussões, que está dividido nos seguintes tópicos: (i) contextualização da região de estudos; (ii) caracterização histórica da comunidade Fazenda Rio Grande; (iii) aspectos produtivos do território da comunidade Fazenda Rio Grande e; (iv) as redes, os vínculos e o capital territorial da comunidade Fazenda Rio Grande. A última sessão se refere às considerações finais da pesquisa.

3.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A base metodológica utilizada foi à abordagem qualitativa em que o aspecto qualitativo da pesquisa oportunizou uma relação mais intimista e sistêmica com o território e os sujeitos estudados. Em consonância com essa abordagem adotou-se o estudo de caso, que consiste, segundo Yin (2005, p. 32) “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real”. Inicialmente foi realizada análise de dados secundários oriundos de pesquisa documental e bibliográfica.

A pesquisa documental foi realizada a partir de: jornais do século XIX e início do século XX; projeto encaminhado ao Banco da Terra² para implantação dos assentamentos de Serra Velha e Serra Nova, situados na Fazenda Rio Grande; e documentos das associações de agricultores da Fazenda Rio Grande. Posteriormente realizou-se coleta de dados primários a partir de visitas a unidades de produção agrícola locais e entrevistas com agricultores e agricultoras, membros da equipe gestora das associações, técnicos da Emater-Rio e membros da família Mendes, em virtude do pioneirismo da mesma na região. A participação em atividades de transferência de tecnologias (reuniões técnicas e dias de campo), também compôs a metodologia.

A matriz FOFA, que consiste em instrumento de análise de informações, que objetiva identificar as Forças, as Oportunidades, as Fraquezas e as Ameaças, foi utilizada, a fim de elencar pontos positivos e negativos na região estudada. A coleta dos dados a partir deste instrumento ocorreu em junho de 2014, em uma reunião organizada pelos pesquisadores da Embrapa do Núcleo de Pesquisa de Treinamento para Agricultores (NPTA), localizado em Nova Friburgo, com agricultores e agricultoras envolvidos em ações de pesquisa participativa. A reunião ocorreu na localidade de Rio Grande, contando, ainda, com a presença de estudantes de pós-graduação e graduação envolvidos com as atividades do NPTA.

O Diário de Campo foi utilizado como ferramenta auxiliar, permitindo a sistematização das experiências observadas. Foram entrevistados os presidentes das Associações de Pequenos Produtores das localidades de Serra Velha, Serra Nova e Rio Grande, dois técnicos da Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro (Emater-Rio) que estiveram envolvidos no acompanhamento técnico dessa região, e o dono do casarão-sede da antiga Fazenda Rio Grande, a fim de melhor compreender a história agroambiental da região. Destaca-se que o imóvel citado, datado de 1790, é a construção mais antiga do município de Nova Friburgo. No que se refere aos agricultores e agricultoras, foram realizadas 20 entrevistas distribuídas nas três localidades conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1: Número de agricultores e agricultoras entrevistados nas três localidades que compõem a comunidade da Fazenda Rio Grande.

Localidade	Homens	Mulheres
Rio Grande	4	4
Serra Nova	2	3
Serra Velha	4	3

² O Banco da Terra é um instrumento da política fundiária brasileira, que visa financiar imóveis rurais para agricultores.

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da pesquisa de campo.

Um aspecto relevante das entrevistas é que as mesmas foram divididas em duas etapas: a primeira foi realizada com os agricultores na presença de suas esposas. Posteriormente, na medida que observou-se que as mesmas não expressaram plenamente suas ideias, na presença de seus maridos, realizou-se uma segunda fase de entrevistas, desta vez, somente com mulheres (entrevistadora e entrevistada), a fim de compreender as necessidades, angústias e impressões do território e de suas relações, por parte das agricultoras. Destaca-se que os presidentes das associações não foram categorizados como agricultores, a fim de compreender melhor as dinâmicas e relações de poder do território.

Os agricultores foram selecionados de acordo com a participação nas atividades desenvolvidas de experimentação participativa promovidas pela Embrapa, através do Núcleo de Pesquisa e Treinamento de Agricultores (NPTA), localizado em Nova Friburgo.

A abordagem qualitativa foi a base do estudo de caso, no qual (...) “os métodos qualitativos se assemelham a procedimentos de interpretação dos fenômenos que empregamos no nosso dia a dia, que tem a mesma natureza dos dados que o pesquisador qualitativo emprega em sua pesquisa” (NEVES, 1996).

3.5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.5.1 Contextualizando a região de estudo

Em 1808 a família real portuguesa mudou para o Brasil, instalando-se na cidade do Rio de Janeiro, que então passou a ser a capital do Reino de Portugal. Ao chegar no Novo Continente D. João VI “resolveu estabelecer no Brasil colônias de estrangeiros, pagando-lhes a passagem e dando-lhes um ‘trato de terra’” (CÔRREA, 2012, p. 39). Assim, em 16 de maio de 1818, D. João VI baixou um decreto concedendo permissão para o estabelecimento, no Brasil, de uma Colônia Suíça na Fazenda do Morro Queimado, em Cantagalo. No dia 03 de Janeiro de 1820, a localidade da referida Fazenda foi elevada à categoria de Vila e separada de Cantagalo, recebendo o nome de Nova Friburgo (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO D. JOÃO VI)³

A origem do nome Nova Friburgo deve-se ao fato de que a grande maioria dos colonos suíços terem sido cooptados, pelo também suíço, Sébastian Nicolas Gachet, no Cantão de Fribourg (CÔRREA, 2010, p. 35).

Posteriormente a chegada dos suíços, Nova Friburgo foi procurada por colonos italianos, libaneses, espanhóis, japoneses e austríacos. Os portugueses e os negros já estavam presentes no território friburguense antes da chegada de colonos de outras nacionalidades. Em 8 de Janeiro de 1890, pelo Decreto nº 34, Nova Friburgo foi elevada à categoria de cidade. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO D. JOÃO VI)

No que tange aos aspectos geomorfológicos, Nova Friburgo está localizada na Serra do Mar, cujas montanhas podem atingir até 2366 metros de altitude. O clima é tropical de altitude, caracterizado por verões quentes e chuvosos e invernos secos e frios, com temperatura média anual de 18°C. O clima é adequado para o desenvolvimento da olericultura. A pluviosidade varia de 1500 a 2000 mm anuais. “Os solos são pouco espessos e intemperizados” (LÓPEZ NETTO, 2013, p. 111). A vegetação nativa está inserida no bioma da Mata Atlântica “e desempenha papel muito importante na captação e distribuição de água das chuvas nas bacias hidrográficas. As atividades agrícolas ocupam as restritas planícies fluviais e as baixas vertentes menos declivosas do domínio montanhoso” (LÓPEZ NETTO, 2013, p. 111).

Em virtude do relevo montanhoso a agricultura deve ser desenvolvida adotando manejos adequados, a fim de manter a estabilidade dos agroecossistemas, tais como: (1) manutenção da cobertura do solo, de forma a reduzir o escoamento superficial e perda de solo das áreas produtivas; (2) utilização de curvas de nível dada a grande declividade dessas áreas; (3) utilização de adubação verde com plantas de cobertura que favoreçam o aumento do nível de matéria orgânica e a melhor cobertura do solo; (4) adoção de sistemas de irrigação adaptados ao relevo e; (5) diversificação e rotação de culturas, a fim de reduzir a incidência de doenças e insetos causadores de danos econômicos.

Diferente disso, as unidades de produção agrícola de Nova Friburgo se caracterizam predominantemente por uma intensa utilização de agrotóxicos e intensa mobilização do solo. “Estudos realizados na região mostram que o uso generalizado dos agrotóxicos tem levado à

³ Muitos arquivos do Centro de Documentação D. João VI – Pró-Memória de Nova Friburgo não foram datados e nem nomeados, são relatos de moradores da cidade, por isso as citações referentes ao Centro não estão com data e nome.

contaminação do lençol freático comprometendo à saúde (...) dos agricultores (...)” (LÓPEZ NETTO, 2013, p. 111). Tal situação é responsável por um quadro de vulnerabilidade socioambiental.

O município de Nova Friburgo possui diversificada produção de olerícolas (Tabela 2), flores e frutas. O acompanhamento da produção agrícola de 2013, realizado pela Emater-Rio, nos municípios fluminenses, revelou que o município de Nova Friburgo possui 2.675 produtores rurais; com uma produção colhida de 67.653,25 toneladas de hortaliças; apresentando uma estimativa de faturamento de R\$ 129.152.257,50 (Emater-Rio, 2014). “Existem 1607 propriedades rurais, ocupando uma área aproximada de 21.000 hectares. A área média das propriedades é de 13 hectares” (LÓPEZ NETTO, 2013, p. 104). A Tabela 2 ilustra os produtos avaliados pela Emater-Rio na safra de 2013.

Tabela 2: Principais hortaliças, número de produtores, produção colhida e faturamento com a produção olerícolas do município de Nova Friburgo, em 2013.

Produtos	Nº de produtores	Produção colhida (t)	Faturamento (R\$)
Abobrinha	52	104,00	133.120,00
Aipim	109	1.370,00	1.849.500,00
Alface	50	1.100,00	561.000,00
Banana	195	1.500,00	1.860.000,00
Batata	26	130,00	219.700,00
Batata doce	17	340,00	435.200,00
Beterraba	113	1.762,80	2.379.780,00
Caqui	32	1.506,00	1.204.800,00
Cenoura	28	550,00	1.210.000,00
Couve flor*	760	20.420,00	23.687.200,00
Ervilha	90	52,20	215.586,00
Feijão	35	9,45	9.922,50
Goiaba	26	403,10	1.499.532,00
Inhame	183	1.830,00	4.556.700,00
Jiló	46	1.310,00	2.082.900,00
Milho	57	40,00	22.800,00
Morango	72	1.227,80	8.631.434,00
Nabo	72	1.337,50	2.715.125,00
Pimentão	46	966,00	1.796.760,00
Repolho	38	1.999,00	1.379.310,00
Salsa	77	3.507,00	5.541.060,00
Tomate	446	24.528,00	61.565.280,00
Vagem	105	1.660,40	5.595.548,00
Total	2.675	67.653,25	129.152.257,50

Fonte: adaptado de Emater-Rio (2013)

De acordo como López Netto (2013, p. 104) metade da produção agrícola não é informada pelos agricultores aos órgãos ligados a agricultura no município. Isto promove a distorção do PIB municipal, da renda *per capita* e da real contribuição da agricultura para a economia. “Este dado poderia influenciar, além da arrecadação de impostos, entre outros aspectos, políticas públicas direcionadas ao setor.” (LÓPEZ NETTO, 2013, p. 104)

No processo de colonização de Nova Friburgo, o distrito de Campo do Coelho, onde está situada a comunidade da Fazenda Rio Grande, objeto do presente estudo, fez parte do circuito denominado Caminho do Imperador, uma via que levava viajantes do Morro Queimado, onde está a sede do município, até Porto das Caixas, em Itaboraí, antes da construção da linha férrea.

“Nesse caminho encontra-se casarões coloniais, de pau a pique, construídos sobre lajes de rocha ou taipa de pilão que resistem até hoje ao tempo. Encontra-se inclusive uma casarão que pertenceu ao primeiro Barão de Nova Friburgo, e que era utilizado como casa de descanso nas suas viagens de Cantagalo até o Rio de Janeiro.” (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO D. JOÃO VI)⁴

A sede do distrito de Campo do Coelho está localizada as margens da rodovia RJ 130, que liga Nova Friburgo a Teresópolis, distando 12 quilômetros da sede do município, e a 145 quilômetros da capital fluminense. Com sua sede situada a 22°16'8" S e 42°36'49" W, a 1.119 metros de altitude, segundo López Netto (2013, p. 107) o distrito tem uma área de, aproximadamente, 232 Km², apresentando as seguintes comunidades rurais: Baixada de Salinas, Barracão dos Mendes, Centenário, Fazenda Campestre, Conquista, Fazenda Rio Grande, Florândia da Serra, Granja Salinas, Jaborandi, Patrocínio, Pilões, Prainha, Salinas, Santa Cruz, São Lourenço e Três Picos.

No ano de 1924, Campo do Coelho foi instituído como terceiro distrito de Nova Friburgo, entretanto o nome só foi oficializado em 1938. Segundo os moradores do local, o nome é uma homenagem a tradicional família Coelho, proprietária de terras, que abrigavam viajantes.

“O isolamento da região, provocado pela dificuldade de acesso, decorrente das características intrínsecas aos ambientes de montanha, dificultava o escoamento da produção. Até a primeira metade do século XX, tropas de burros eram utilizadas para levar mercadoria de Campo do Coelho até outras localidades, principalmente até o centro de Nova Friburgo. O principal trajeto utilizado era a antiga estrada do alto de Salinas, passando pela localidade de Floresta Mendes e daí então pela estrada da Granja Spinelli. Outro trajeto, conhecido como Caminho do Barão, também era utilizado, ia de São Lourenço até o alto do bairro Cascatinha, descendo pelo bairro do Cônego, até o centro da cidade. Todos esses caminhos continuam existindo, apesar de alguns estarem mal conservados, como é o caso do Caminho do Barão.” (LOPÉZ NETTO, 2013, p. 106)

Segundo a Agenda 21 Municipal, o distrito registra grandes áreas desmatadas, principalmente no vale do Rio Grande, dada a sua vocação para o cultivo de hortaliças, conforme ilustra a Figura 2, e a expansão de pastagens. Campo do Coelho é o distrito de Nova Friburgo que mais produz hortaliças com destaque para a produção de tomate e couve-flor.

Muito visitado por montanhistas e ecoturistas, em Campo do Coelho, o turismo é outra atividade geradora de renda para a população local. Além dos Três Picos, cujo pico maior, com 2366 m, representa o ponto culminante da Serra do Mar, a região conta com vários outros pontos turísticos, tais como: Apiário Amigos da Terra e o Museu do Mel; Jardim do Nego, um ateliê a céu aberto com esculturas moldadas em rochas e barrancos; Queijaria Suíça e o Museu do Colonizador, onde há exposição de objetos e registros históricos referentes a colonização suíça em Nova Friburgo.

⁴ Muitos arquivos do Centro de Documentação D. João VI – Pró-Memória de Nova Friburgo não foram datados e nem nomeados, são relatos de moradores da cidade, por isso as citações referentes ao Centro não estão com data ou nome.



Figura 2: Ilustra os sistemas produtivos na comunidade Rio Grande.

Fonte: arquivo pessoal

O clima é classificado como tropical de altitude com verões frescos e chuvosos e invernos secos e frios. A umidade relativa do ar média fica em torno de 83%. “Verifica-se precipitação média anual entre 1.500-2.400 milímetros, distribuída ao longo de todo o ano, mas concentrada entre os meses de outubro e abril. A temperatura varia de 9° a 27°C, com média anual de 17.8°C” (LÓPEZ NETTO, 2013, p. 107).

O Parque Estadual dos Três Picos (PETP), criado em 2002, conta com uma área de aproximadamente 46.350 hectares, é o maior do estado do Rio de Janeiro e abrange fração importante do distrito de Campo do Coelho (AGENDA 21 MUNICIPAL, 2014).

O Centro de Educação Familiar de Formação por Alternância (CEFFA) Rei Alberto I está localizado na localidade de Baixada de Salinas, e atende filhos de agricultores, residentes em sua maioria no distrito de Campo do Coelho, oportunizando a troca de saberes entre agricultores familiares e professores.

3.5.2 Caracterização histórica do território da comunidade da Fazenda Rio Grande

A comunidade Fazenda Rio Grande é caracterizada por um vale cujos limites de seu espaço plano são definidos por encostas onduladas a fortemente onduladas. A água utilizada para a irrigação e consumo das famílias é oriunda de corpos d’água que nascem nas localidades de Serra Velha e Serra Nova. Em virtude do desmatamento a disponibilidade de água tem diminuído, refletindo nas unidades de produção da localidade de Rio Grande. Outra situação que agrava a oferta de água são os reservatórios construídos sem o aval do Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (INEA-RJ). Segundo, técnico da Emater-Rio, os agricultores não temem as multas dos órgãos de fiscalização ambiental, e por isso têm aberto áreas de produção em locais de vegetação nativa. A paisagem é composta por unidades de produção familiares destinadas ao cultivo de hortaliças, apresentando grande beleza cênica,

que alberga paisagens diversas, dependendo da localização do observador do alto das montanhas presentes na comunidade.

O grande volume de produção da comunidade é caracterizado pelo grupo das hortaliças folhosas, provenientes de sistemas de produção predominantemente familiares, havendo contratação de diaristas quando necessário. O manejo adotado nos agroecossistemas é convencional, utilizando-se um grande aporte de fertilizantes sintéticos, agrotóxicos e sementes selecionadas. No entanto, os agricultores relataram que nem sempre o manejo adotado foi esse. Antes da adoção das atuais estratégias de manejo, os agricultores utilizavam arado de boi para preparar o solo; a utilização de insumos externos à unidade de produção era menor e havia sementes crioulas. O sistema foi mudando com a facilidade do pagamento nas lojas de produtos agropecuários e com a introdução de insumos e maquinários agrícolas, que reduziram a demanda por mão de obra e aumentaram a produtividade.

No que tange a história agroambiental a Fazenda Rio Grande pertencia a família Mendes – de origem portuguesa, tendo sido a sede da fazenda construída por volta de 1790 (Figura 3), quando ocorreram as primeiras experiências agrícolas na região. Em decorrência das dificuldades da época, principalmente, em relação a localização das áreas produtivas, os imigrantes, adotaram uma agricultura parecida com os sistemas de cultivo indígena, baseados na derruba e queima. “As culturas econômicas como a cana de açúcar dominaram as planícies úmidas. Nas encostas dos morros, encontravam-se as lavouras de milho, batata doce e pasto” (GRISEL e ASSIS, 2015).



Figura 3: Casarão localizado na localidade de Rio Grande, que foi sede da antiga Fazenda Rio Grande, e é a construção mais antiga do município de Nova Friburgo.

Fonte: arquivo pessoal

A partir da segunda metade do século XIX, inicialmente com a promulgação da Lei de Terras em 1850, e depois com a abolição da escravatura em 1888, as fazendas da região

passaram a remunerar a mão de obra, estabelecendo-se na Fazenda Rio Grande o regime de terça: onde as famílias ficavam com a terça parte do lucro líquido do lote que trabalhavam. Ao longo dos anos, a família Mendes casava seus filhos e repartia a fazenda para presentear-los. A esse parcelamento por doação aos filhos ou por herança, seguiu-se processo de venda de terras, determinando que atualmente a área das unidades de produção na comunidade estejam entre 2,0 e 30,0 ha, mantendo os agricultores na categoria de familiares, já que no município de Nova Friburgo um Módulo Fiscal corresponde a 10 ha, e o limite estabelecido pelo Pronaf para que um estabelecimento agrícola seja definido como familiar é de 4 Módulos Fiscais.

Por volta dos anos de 1900 os colonos da Fazenda Rio Grande produziam leite, hortaliças, milho e frutas tanto para comercialização quanto para sua subsistência. Os descendentes desses colonos relataram em entrevista que o manejo das lavouras era feito utilizando juntas de boi, sementes crioulas e mudas de chão. Desta forma, apesar das dificuldades, as famílias que se destinaram a essa região, encontraram condições propícias para a implantação de um dinâmico processo de produção agrícola (FROSSARD, 2014, p. 59).

Com o advento da Revolução Verde, e as facilidades decorrentes do uso de sementes selecionadas de alto rendimento, de tratores e implementos agrícolas e de adubos e agrotóxicos que aumentaram a produção e a produtividade, e reduziram a demanda por mão de obra, o manejo conservacionista do solo e a agrobiodiversidade foram gradativamente sendo substituídos. Dentre as razões que explicam o abandono do arado com tração animal destacam-se: (1) o trator com o arado de disco multiplicou a produtividade do trabalho por 10 na hora de lavrar a terra; (2) o arado de disco permitiu trabalhar em áreas com bastante pedras; (3) o desenvolvimento da prestação de serviço fez com que fosse possível terceirizar a atividade de preparo do terreno (GRISEL e ASSIS, 2015, p. 43). Assim, com as novas tecnologias os conhecimentos tradicionais e, até mesmo a culinária, sofreram modificações, escondendo a cultura local. Como é o caso da “broa de planta”, com fubá de milho branco e raízes e tubérculos produzidos localmente, que tem sido esquecida na região da Fazenda Rio Grande. Isso em decorrência da mudança na dinâmica dos sistemas de produção, que passaram a se concentrar em sistemas de cultivos mais especializados com foco no mercado, em detrimento de sistemas de cultivo que priorizavam a segurança e soberania alimentar das famílias agricultoras.

Na década de 1970, a Fazenda Rio Grande foi dividida para venda: a parte referente às cotas mais baixas, com relevo plano a ondulado, onde está situado o casarão-sede da antiga Fazenda Rio Grande, e abrange a localidade de Rio Grande, foi vendida para um médico, morador da cidade do Rio de Janeiro, que fundou a Rio Grande Agropastoril, a qual funcionou no local até 2000, quando sua área de produção foi parcelada em lotes que foram vendidos a funcionários e outros interessados; enquanto que a outra parte, com cotas mais altas e relevo ondulado a fortemente ondulado, continuou a ser administrada por herdeiros da família Mendes, onde estão as localidades de Serra Velha (Figura 4), e Serra Nova, que foi parcelada através de dois assentamentos do Banco da Terra em 2003.

Atualmente, a comunidade da Fazenda Rio Grande conta com três associações. Uma que engloba as três localidades e ficou desativada de 2007 a 2013, porque não havia interesse dos agricultores de Rio Grande em participar das reuniões, pois eram discutidos assuntos de interesse apenas das localidades de Serra Nova e Serra Velha. Isto em razão de que na ocasião estava em ebulição as discussões sobre a compra e administração da área pelo Banco da Terra⁵, para implantação de assentamento rural com os colonos remanescentes da Fazenda. A implantação desse assentamento determinou a necessidade de formalização de duas novas

⁵ O Banco da Terra é um instrumento da política fundiária brasileira, que visa financiar imóveis rurais para agricultores.

associações, congregando cada uma as famílias de cada uma das localidades envolvidas (Serra Nova e Serra Velha).



Figura 4: Paisagem com relevo ondulado característico da localidade de Serra Velha.
Fonte: arquivo pessoal

De acordo com a Presidente da Associação da Fazenda Rio Grande a reativação foi um marco importante para a mobilização dos agricultores em relação a adoção de um manejo conservacionista do solo, de informações sobre o acesso a políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e de outras temáticas de interesse dos associados. Porém verificou-se nesta nova fase, que essa associação tem congregado basicamente as famílias de agricultores da localidade de Rio Grande, posto que os agricultores das outras duas localidades, Serra Nova e Serra Velha, atualmente estão congregados nas associações criadas em decorrência da demanda do Banco da Terra. É importante destacar que nas três associações a participação dos jovens é pequena, já as mulheres participam ativamente, principalmente interessadas em saber mais sobre a aposentadoria rural e o auxílio maternidade.

Na década de 1990 o governo do estado do Rio de Janeiro, com recurso do Banco Mundial, promoveu políticas com a finalidade de fomentar: (1) mercantilização do acesso à terra; (2) promoção do maior aporte de capital privado no campo; (3) aumento da produtividade e; (4) redução da pobreza rural (PEREIRA, 2012, p. 164). Essas medidas buscavam promover uma reforma agrária que conjuminasse com os interesses do capital financeiro.

Naquela época, o Banco Mundial recomendava ao governo brasileiro ações que viabilizasse a compra de terras por agricultores pobres e trabalhadores rurais sem-terra, o que

ficou conhecido como Reforma Agrária de Mercado (RAM)⁶. “A rapidez e a escala com que a RAM foi implantada no Brasil não tem paralelo no cenário internacional” (PEREIRA, 2012, p. 166).

Foi nesse contexto que, em 2003, o então proprietário, Sr. Hélio Cunha, ofereceu ao Banco da Terra a área onde estão localizados atualmente os assentamentos Serra Nova e Serra Velha. As terras foram vendidas por oitocentos e cinquenta mil reais, com um prazo de pagamento de 20 anos. No caso dessas duas localidades o crédito fundiário foi coletivo, ou seja, as associações de Serra Nova e Serra Velha é que são mutuárias e responsáveis pelo pagamento do financiamento.

Atualmente as associações de agricultores dos dois assentamentos possuem a escritura dos lotes, mas o título definitivo individual de propriedade da terra será emitido em 2022, quando terminar o pagamento do financiamento. De acordo com a chefia do escritório local da Emater-Rio, em Nova Friburgo, o único Crédito Fundiário adimplente do estado do Rio de Janeiro é o da Fazenda Rio Grande.

No processo inicial de negociações entre os agricultores e o Banco da Terra a Emater-Rio elaborou os projetos de financiamento e investimento; prestou assistência técnica; providenciou a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), pois somente com esse documento é que os agricultores poderiam acessar o crédito para investimento; promoveu a mobilização e articulação das famílias e a negociação coletiva; e abriu licitação para contratação de um agrimensor para fazer a planta de cada lote. De acordo com os agricultores as reuniões da associação, entre 2003 e 2005, eram bastante frequentes, pois havia muitos informes sobre o andamento do processo de legalização da terra. Atualmente, as reuniões são esporádicas, ocorrendo quando há necessidade de discussão sobre algum interesse em comum.

Os assentados eram colonos da Fazenda Rio Grande desde os tempos do Sr. João Cunha, pai do Sr. Hélio Cunha, que loteou e vendeu a fazenda.

“Hélio Cunha não queria assentar pessoas que não fossem antigas na fazenda, assim excluiu as pessoas de fora que começaram a participar das reuniões em busca de um pedaço de terra. No início do processo eram 48 famílias. Inicialmente as comunidades eram chamadas Serra de lá e Serra de cá, mas com a necessidade de criar as associações é que os nomes foram mudados para Serra Nova e Serra Velha.” (DEPOIMENTO DO PRIMEIRO PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DA SERRA VELHA, 2013).

3.5.3 Aspectos produtivos do território da comunidade Fazenda Rio Grande

Segundo relato dos agricultores entrevistados há produção de hortaliças na região da Fazenda Rio Grande desde o início do século XX, mas não com o caráter intensivo atual. Colocaram, que desde que se iniciou a implantação do sistema de colonato em substituição a escravidão, a relação com o proprietário era a terça, ou seja, o colono ficava com a terça parte do dinheiro das vendas dos produtos agrícolas, sendo as despesas de produção a cargo do proprietário e a mão de obra de responsabilidade dos colonos.

No ano 2000, com o encerramento das atividades da empresa Rio Grande Agropastoril, e com o parcelamento de sua área de produção na localidade de Rio Grande, e a partir de 2003, após a divisão dos lotes e venda pelo Banco da Terra das áreas que constituíram as unidades de produção existentes hoje nas localidades de Serra Nova e Serra Velha, é que a produção de hortaliças, principalmente couve-flor, avolumou-se bastante na região.

⁶ O Programa Nacional de Crédito Fundiário, é realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, através da Secretaria de Reordenamento Agrário, que oferece a oportunidade para que trabalhadores rurais com pouca ou nenhuma terra possam adquirir um imóvel rural (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2014).

Em janeiro de 2011 a Região Serrana Fluminense protagonizou a maior catástrofe climática de sua história, sendo o município de Nova Friburgo o mais atingido pelos deslizamentos de solo e de rochas. Na ocasião “ocorreram modificações na geografia do município, tendo-se como exemplo, o córrego Dantas, que sofreu alargamento de sua calha; passando de 3,50 metros para 8,00 metros” (LÓPEZ NETTO, 2013, p. 103). A Figura 5, ilustra as cicatrizes deixadas por tal catástrofe nos morros da comunidade Fazenda Rio Grande.



Figura 5: Marcas de deslizamento de solo ocorrido em janeiro de 2011, na localidade de Rio Grande.

Fonte: Arquivo pessoal

Após esse evento, os agricultores iniciaram trabalhos de recuperação de solo, utilizando a adubação verde e o plantio direto como estratégias de manejo sustentável dos agroecossistemas. A adoção dessas técnicas se deu em virtude da articulação dos mesmos com o Núcleo de Pesquisa e Treinamento para Agricultores (NPTA) da Embrapa em Nova Friburgo. A partir dessa articulação a comunidade da Fazenda Rio Grande tem ampliado a extensão das relações com outras instituições como: Emater-Rio, Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária do Rio de Janeiro (Pesagro-Rio e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

No sentido de apresentar outras técnicas de conservação do solo e de melhoria da sanidade dos cultivos, o NPTA, promoveu capacitações sobre o manejo sustentável do solo, utilizando técnicas como plantio direto, resgate e valorização de variedades crioulas e insumos locais. Nesse contexto, por dois anos um grupo de técnicos e agricultores avaliou de forma participativa, o manejo dos agroecossistemas a partir de indicadores de sustentabilidade. A metodologia utilizada foi baseada no Sistema de Avaliação Rápida da Qualidade do Solo e Sanidade dos Cultivos, proposta por Altieri e Nicholls (2002). Esse método permite que os agricultores acompanhem ao longo do tempo as mudanças ocorridas nos agroecossistemas a partir da comparação dos indicadores, oportunizando que “os

agricultores avaliem os sistemas mais saudáveis e as propriedades que se destacam, possibilitando que, conjuntamente, identifiquem processos e interações biológicas que expliquem seu desempenho superior.” (MACHADO et al, 2011, p.173).

As ações de promoção da sustentabilidade do uso do solo e dos cultivos, a introdução de novas tecnologias no manejo dos agroecossistemas, o incentivo a organização dos agricultores, o estímulo ao protagonismo das mulheres e a participação dos jovens nos processos decisórios e o fomento a manutenção da cultura local, são questões que merecem um profundo e contínuo debate com os agricultores, a fim de que os mesmos avancem na adoção da Agroecologia como norteadora do *modus vivendi* e do *modus operandi* das famílias agricultoras.

No Quadro 1 é apresentado a dinâmica das inovações agroecológicas em curso na comunidade Fazenda Rio Grande, relacionando-a com estratégias técnicas para a transição agroecológica, conforme apresentado por Feiden (2005), sendo possível verificar os principais avanços e dificuldades para o avanço da transição agroecológica na FRG.

Quadro 1: Dinâmica das inovações agroecológicas em curso na comunidade Fazenda Rio Grande, relacionando-a com estratégias técnicas para a transição agroecológica.

Estratégias técnicas para a transição agroecológica.	Dinâmica dos agroecossistemas na FRG
Redução da dependência de insumos externos a unidade de produção	Uso intensivo de fertilizantes sintéticos e agrotóxicos
Incorporação de insumos renováveis e disponíveis localmente	Baixo uso de insumos renováveis
Reciclagem de nutrientes	Baixo uso de práticas agrícolas que contribuam para a reciclagem de nutrientes
Uso de espécies “amigas” dos serviços ecológicos	Utilização de adubos verdes, notadamente aveia preta no período de outono-inverno e milho no período de primavera-verão
Agrobiodiversidade temporal e espacial da produção	Uso de rotação de cultivos temporalmente respeitando os ciclos produtivos de cada cultura, porém a agrobiodiversidade na distribuição espacial é precária.
Manejo do agroecossistema sem ultrapassar a capacidade produtiva do ecossistema original	Uso intensivo dos recursos locais
Resgate, conservação e valorização da diversidade genética local	Produção de hortaliças para o mercado fortemente dependente de materiais genéticos do agronegócio, porém, nas unidades de produção onde há produção para autoconsumo, a base genética é predominantemente interna
Resgate e valorização dos conhecimentos e cultura local	Conhecimentos e cultura local pouco presente no dia a dia das pessoas, mas ainda há produtos e práticas tradicionais importantes como a “broa de planta” que utiliza fubá de milho branco, elaborado em moinho de pedra, e raízes, rizomas e frutos, como batata-doce, inhame, cará e chuchu

Fonte: Feiden (2005) e pesquisa de campo.

3.5.4 As redes, os vínculos e o capital territorial da comunidade Fazenda Rio Grande

Em relação às redes de comunicação dos agricultores ainda é preciso ações que as fortaleçam, no sentido de dinamizar o diálogo e o compartilhamento de experiências tanto entre eles, quanto com outras instituições. De acordo com Souza e Quandt (2008) redes são “estruturas dinâmicas e complexas formadas por pessoas com valores e/ou objetivos em comum, interligadas de forma horizontal e predominantemente descentralizada”.

Uma rede é constituída por um conjunto de nós, sendo que a configuração desses nós dependerá dos vínculos estabelecidos entre os atores sociais e dos interesses/objetivos comuns do grupo. Desta maneira a rede se constituirá de acordo com o compartilhamento de interesses e objetivos comuns previamente estabelecidos no coletivo.

Para Granovetter (2005) as redes possuem quatro princípios básicos: (1) normas e densidade; (2) a força dos laços; (3) os “buracos estruturais”; e (4) a interpenetração da ação econômica e não-econômica. A densidade diz respeito às conexões entre os nós que estão presentes na rede. Esse princípio está diretamente relacionado à qualidade das informações, da troca de ideias e das influências, pois quanto mais densa for à rede mais facilmente as informações transitarão na rede.

Avaliando o princípio da densidade pode-se afirmar que a rede construída entre os agricultores da FRG e seus parceiros tem uma densidade mediana. A proximidade das unidades de produção agrícola, e o bom relacionamento estabelecido entre os moradores, facilita a veiculação de informações. No entanto, é importante destacar que os presidentes das associações, são responsáveis por divulgação de informações de interesse coletivo. As trocas de experiência entre os agricultores ocorrem no dia a dia, mas muitas ideias são aprimoradas nas reuniões das associações e em encontros realizados pela Embrapa através do NPTA.

Salienta-se o papel dos presidentes das associações, pois os mesmos exercem muita influência em relação aos associados e mantém uma relação de proximidade com outros nós da rede como os técnicos da Embrapa, Emater-Rio e representantes da prefeitura municipal. Esse papel desempenhado pelos presidentes das associações é o que Wasserman e Faust (2007), citado por Lopes e Baldi (2009, p. 1015) denominam potencial de centralidade que seria a “definição de quantos laços o ator possui na rede”. Quanto maior o potencial da centralidade maior a conectividade com vários elementos.

No que compete à força dos laços fracos, Granovetter (2005) descreve que é a capacidade de “difusão da informação em estruturas sociais de grande escala”. Dito isto, observou-se que a força desses laços foi imprescindível na construção e fortalecimento da rede sociotécnica da comunidade em questão. As orientações técnicas da Emater-Rio, a construção coletiva de manejos diferenciados para o solo e os cultivos e práticas fomentados pela Embrapa, as informações dos técnicos da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural, as pesquisas desenvolvidas por estudantes universitários; as capacitações ofertadas por instituições de ensino e pesquisa, dentre outras ações foram importantíssimas para que os agricultores tivessem contato com outros atores-redes oriundos de outras realidades e de outras relações sociais. Esses outros atores trouxeram novos conhecimentos, novas experiências, oportunizando “oxigenar” a rede pautada nos laços fortes presentes na comunidade. Esse processo de “oxigenação” da rede expressa claramente a “força dos laços fracos” descrita pelo autor.

De acordo com a constatação de Granovetter (1973) os indivíduos com poucos “Laços Fracos” serão privados de informações de partes mais distantes de seu próprio sistema social, consequentemente, estarão limitados ao conhecimento ou às informações originadas pelos seus amigos íntimos. No caso da Fazenda Rio Grande muitos agricultores são parentes, reafirmando a presença dos Laços Fortes na comunidade.

Os vínculos entre indivíduos, organizações e entidades protagonizam situações plurais, influenciando o fluxo de bens tangíveis e intangíveis, incluindo as relações de poder e a capacidade de resiliência dos vínculos e das redes. De acordo com a presidente da associação da Fazenda Rio Grande, ela delega poderes para outros associados a fim de descentralizar o poder e fazer com que todos participem dos assuntos inerentes a associação. “Eu não tenho intenção de centralizar tudo em mim. E sim descentralizar, e dividir. Mas ainda tem assuntos referentes a parte técnica que eu faço o meio de campo” (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES DA RIO GRANDE, 2014). No que diz respeito a rede de comunicação na Serra Velha, é predominantemente composta por laços fortes, pois quase todas as famílias apresentam algum grau de parentesco. Os atravessadores, os técnicos da Emater-Rio, os estudantes da UFRRJ e os pesquisadores do NPTA da Embrapa constituem os laços fracos desta rede. A presença institucional da Embrapa na comunidade oportunizou a troca de experiências e a experimentação da adubação verde como manejo sustentável do agroecossistema, ampliando a extensão da rede de comunicação. As Figuras 6 e 7 ilustram atividades de capacitação com pesquisadores da Embrapa (Agrobiologia, Hortaliças e Cerrados), sobre indicadores participativos de qualidade dos solos e sanidade dos cultivos e dia de campo sobre o cultivo sustentável de tomate (TOMATEC[®]), com pesquisadores da Embrapa Solos.

O outro princípio descrito por Granovetter (2005) são os “buracos estruturais”, que se refere às diferentes partes das redes podem gerar vantagens estratégicas para o grupo a partir da circulação de indivíduos em redes com outros vínculos. No que concerne ao caso da FRG esse princípio está expresso na participação de alguns agricultores em outras redes, adquirindo conhecimentos diferenciados que incrementam a rede da FRG. Lopes e Baldi (2009) descrevem esse tipo de contato (dos agricultores com outros atores diferentes de sua rede) como contatos não redundantes, ou seja, são contatos com pessoas diferentes, que geram informações e benefícios igualmente diferentes, promovendo um enriquecimento de informações circulantes na rede.

E por fim o princípio da interpenetração da ação econômica e não econômica, que trata do cumprimento de objetivos econômicos através de instituições não econômicas. Em sociologia são discutidos os conteúdos, as metas ou os processos da ação econômica em relação às redes, cultura, política e religião (Granovetter, 2005). Desta forma, esse princípio pode ser aplicado aos aspectos tangíveis e intangíveis ligados à rede sociotécnica da FRG no que compete aos fatores econômicos. As externalidades positivas ocorrem de maneira involuntária, com motivações não econômicas, mas que podem gerar vantagens nos custos de produção de bens e serviços. Por exemplo, a transferência da tecnologia adubação verde (ação não econômica) gera como externalidade positiva a redução dos custos com adubos sintéticos (ação econômica).



Figura 6: Capacitação sobre indicadores participativos de qualidade dos solos e sanidade dos cultivos na localidade de Rio Grande.

Fonte: Arquivo pessoal



Figura 7: Capacitação sobre o cultivo sustentável de tomate (TOMATEC[®]).

Fonte: Arquivo pessoal

Outro nó importante da rede de comunicação na comunidade são os mercados institucionais, que permitiram a ampliação da comercialização através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), os agricultores relataram que introduziram outras hortaliças na área de produção para atender aos programas, o que indiretamente diversificou a alimentação. O PAA “promove o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e promove a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2015). Já o PNAE, de acordo com a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 determina que:

“(…) no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas.” (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, 2014).

O Programa Bolsa Família é outro benefício institucional acessado por várias famílias. E segundo elas, é uma fonte de renda que ajuda nos períodos em que a produção não é suficiente para atender as necessidades da família.

Segundo os agricultores o processo decisório na comunidade se dá nas reuniões da associação. Destaca-se, porém, que as duas lideranças locais que capitanearam o processo de implantação do assentamento nas localidades de Serra Velha e Serra Nova, ainda mantém uma relação de poder sobre os demais associados. É um poder velado, mas que é exercido desde o início da associação mesmo, como no caso da Serra Velha, onde ocorreu mudança na presidência da associação.

Os indivíduos estão ligados entre si por diferentes formas, sendo que todas elas são mediadas por relações de poder, mesmo que em maior ou menor grau. Assim, as formas como os indivíduos se organizam e se relacionam é fundamental nos estudos sociológicos, a partir do enfoque relacional. O conceito de poder, por exemplo, está sujeito a uma extensa reformulação a partir deste enfoque. Sendo, normalmente “visto em termos substancialistas como uma entidade ou uma posse, como algo a ser “tomado” ou “realizado””. Na abordagem transacional, “o conceito de poder [é] transformado de um conceito de substância para o conceito de relacionamento” (EMIRBAYER, 1997, p. 291). A figura 8 ilustra os atores que compõe a rede sociotécnica da FRG.

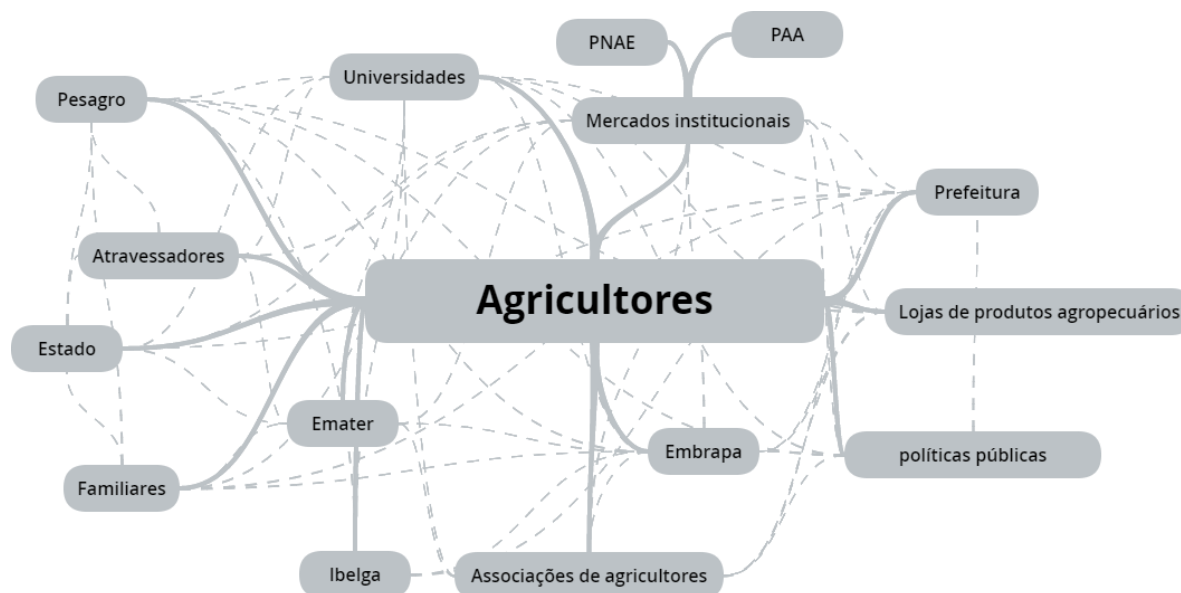


Figura 8: Rede sociotécnica da Fazenda Rio Grande.

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da pesquisa de campo.

No que confere a compreensão do rural, ao longo do tempo, profundas mudanças ocorreram nos modos de vida, nas relações de poder, nas expectativas de futuro e nos quadros de referências dos atores sociais e suas vinculações. A incorporação da noção de rede como ferramenta no estudo das ciências sociais, “é capaz de interligar os atores, os objetos, os significados e as práticas, no estudo do desenvolvimento rural” sustentável (SCHMITT, 2011, p. 82). Desta forma, é fundamental a compreensão e a valorização do capital social dos atores do campo para que a promoção de políticas públicas voltadas para os agricultores sejam verdadeiramente emancipatórias e capazes de contribuir para o desenvolvimento das comunidades rurais.

A subjugação das mulheres ainda está presente em algumas relações matrimoniais. Pois, mesmo que a esposa trabalhe na lavoura ela não opina no que diz respeito a administração e ao manejo da unidade produtiva. No entanto, a presença de uma mulher na presidência da associação é motivo de satisfação para as agricultoras. Um aspecto positivo em outras relações conjugais é a autonomia financeira da mulher, que a partir do cultivo de uma roça individual, colabora com as finanças da família e para satisfazer suas necessidades pessoais.

Em relação ao cultivo da roça individual as mulheres revelaram que podem ter uma relação de meeira com o marido ou podem cultivar uma área dentro da unidade produtiva, onde elas manejam sozinhas e ficam com os rendimentos. Há ainda uma agricultora que maneja a área produtiva sozinha e o cônjuge apresenta outra atividade geradora de renda. As entrevistas também revelaram que há mulheres que trabalham em atividades não ligadas a agricultura e mulheres que ajudam os maridos na lavoura e são remuneradas por isso.

Nas primeiras entrevistas realizadas com os agricultores, os mesmos relataram que as esposas não participavam das reuniões por falta de interesse, no entanto, as entrevistas realizadas com elas revelaram que as tarefas domésticas, os cuidados com os filhos ou ocupação em atividades não ligadas a produção agrícola são fatores que contribuem para a baixa frequência nas reuniões da associação.

Uma característica comum a todos os entrevistados é o vínculo com o meio rural. Mesmo antes de comprarem suas unidades produtivas na Fazenda Rio Grande, os agricultores

trabalhavam em lavouras ou na criação de animais. A estratégia de reprodução do manejo das atividades agrícolas é passada de geração em geração.

A assistência técnica é uma questão que merece atenção na comunidade. Quando as lavouras apresentam alguma deficiência nutricional ou são atacadas por insetos ou acometidas de doenças, os agricultores recorrem aos técnicos das lojas de produtos agropecuários. No entanto, é preciso salientar que somente engenheiros agrônomos podem receitar agrotóxicos, mediante visita na propriedade, o que não acontece na comunidade. Determinando ponto preocupante, que é a utilização de agrotóxicos em doses elevadas, que não condizem com a necessidade das culturas, sendo prejudicial tanto para a saúde do agricultor e do meio ambiente quanto para o consumidor.

Verificou-se porém, que a utilização de fertilizantes sintéticos e agrotóxicos foi reduzida após a adoção do uso da adubação verde. A aveia preta (*Avena serigosa*) foi o adubo verde mais utilizado no período de inverno (Figura 9). “Essa gramínea foi escolhida por ser a única disponível nos mercados locais, bem como pela dificuldade em encontrar sementes de outros adubos verdes na região” (FERREIRA et al, 2014). Os agricultores que utilizaram a aveia preta nas áreas de pousio se mostram bastante satisfeitos com os resultados, dentre os quais destacam-se: reestruturação das partículas do solo; aumento da matéria orgânica e aumento de produtividade.



Figura 9: Plantio de aveia preta no sítio Hikari na localidade de Rio Grande.

Fonte: Arquivo pessoal

“Dentre os benefícios da aveia preta destacam-se: a alta capacidade de perfilhamento, contribuindo para a aeração e agregação do solo; apresenta rápido desenvolvimento e baixa infestação de pragas e doenças; abafa as plantas espontâneas, reduzindo a quantidade de capinas; mobilização e ciclagem de nutrientes; apresenta baixo custo de implantação e; em relação aos outros tipos de aveia ela produz mais massa vegetal.” (FERREIRA et al, 2014)

É fundamental que o manejo adotado nos agroecossistemas na comunidade seja conservacionista, respeitando os limites e as potencialidades característicos dos ambientes de montanha, do contrário o manejo incorreto pode causar fragilidades no sistema. Verificou-se que os agricultores adotaram o manejo produtivo com o uso da adubação verde “na recuperação edáfica, por este promover menos efeitos deletérios no meio ambiente, atendendo aos preceitos da sustentabilidade socioambiental preconizados pela agroecologia” (FERREIRA et al, 2014).

No que se refere às estratégias de desenvolvimento endógeno da comunidade Fazenda Rio Grande muito ainda há de ser feito. De qualquer forma, é importante salientar que adoção de manejos conservacionistas do solo e a inserção das práticas agroecológicas no diálogo com os agricultores é um passo importante no processo de desenvolvimento.

“Entende-se que o curso a ser seguido em estratégias de desenvolvimento endógeno deve estar alicerçado em uma espiral que gire em torno dos seguintes fatores: valorização do local, conservação dos recursos, conhecimento dos atores e sujeitos envolvidos, a articulação das redes, a marca coletiva do território (selo) e o mercado. Porém, o desenvolvimento endógeno não finda na conquista dos mercados, na verdade o processo de reinicia voltando ao processo de valorização do local e assim sucessivamente.” (CHAMPREDONDE e BORBA, 2015)

É fato que a Fazenda Rio Grande dispõe de grande beleza cênica, apresentando potencial para o turismo rural e outras atividades socioambientais, o que aliado a grande produção de hortaliças, são argumentos que devem ser utilizados para valorização do local. Verificou-se que todos os entrevistados têm vínculo direto ou indireto com o campo, o que é um aspecto positivo para a valorização do local, mas ainda é preciso avançar em aspectos referentes à participação dos agricultores, de forma que estes assumam “as rédeas” do processo de desenvolvimento local.

A conservação dos recursos é outro ponto da espiral que necessita ser sedimentado entre os atores e sujeitos locais. As atividades realizadas pela Embrapa através do NTPA convergem com esse ponto, à medida que constroem coletivamente conhecimentos que pressupõem a importância da conservação do solo, do manejo sustentável da água e das florestas como recursos fundamentais a perpetuação da atividade agrícola na comunidade.

As facilidades de acesso a agrotóxicos, sementes de alto rendimento e fertilizantes sintéticos, associado a uma assistência técnica ineficiente e mercadológica tem afastado os agricultores da agricultura camponesa, aproximando-os da agricultura industrial, cuja lógica está pautada na simplificação de fatores e o aumento do lucro a qualquer custo.

Entende-se por agricultura camponesa aquela onde o modo de vida da família e o manejo de práticas agrícolas apresentam interação, possuindo as seguintes características:

“Os saberes e as experiências de produção vivenciados pelas famílias camponesas são referenciais importantes para a reprodução de novos ciclos produtivos; as práticas tradicionais, o intercâmbio de informações entre vizinhos, parentes e compadres, o senso comum, assim como a incorporação gradativa e crítica de informações sobre as inovações tecnológicas que se apresentam nos mercados, constituem um amalgama que contribui para as decisões familiares sobre o que fazer; há diversificação dos cultivos e criações, alternatividade de utilização dos produtos obtidos; a solidariedade comunitária, as crenças e os valores religiosos por vezes impregnam as práticas de produção; existem relações afetivas e simbólicas com as plantas, os animais, as águas, os sítios da infância, com a paisagem e com os tempos” (CARVALHO e COSTA, 2012, p. 27)

São essas características que colocam a agricultura camponesa como elemento central de um projeto de desenvolvimento endógeno, onde são valorizadas formas de produção

menos impactantes, oportunizando o acesso a mercados diferenciados, de tal forma a eleger o capital territorial como estratégia de organização social e construção de conhecimento. De forma complementar, destaca-se que os agricultores da comunidade Fazenda Rio Grande são essencialmente familiares, mas suas bases de produção e reprodução socioculturais se aproximam mais de uma agricultura de base agroindustrial.

A análise dos dados da Matriz FOFA revelou que os pontos fracos presentes na Fazenda Rio Grande são: (1) o manejo cultural, em virtude da intensa utilização de agroquímicos; (2) o custo de implantação do sistema de irrigação; (3) a não reprodução de aspectos culturais, tais como o preparo da “broa de planta” e a Folia de Reis; (4) a falta de lazer para os jovens, motivando-os a sair da comunidade; (5) os conflitos (de que tipo??); (6) o processo de industrialização da agricultura; (7) a utilização excessiva de retroescavadeira e demais implementos agrícolas; (8) a má conservação das nascentes e; (9) o manejo inadequado adotado nas partes montanhosas, provocando fragilidades nos agroecossistemas.

No que compete ao manejo cultural os agricultores mantêm uma relação de dependência com os técnicos das lojas de produtos agropecuários, como mencionado anteriormente, mantendo uma prática de compra casada, pois ao mesmo tempo em que há a compra de fertilizantes sintéticos e agrotóxicos, também ocorre a “assistência técnica” – que na grande maioria das vezes não é realizada na lavoura para caracterização dos problemas. Essa dinâmica assegura o lucro das lojas e ao mesmo tempo a intensa utilização de agroquímicos nos agroecossistemas.

Quando os agricultores relatam o elevado custo de implantação do sistema de irrigação, a referência é a substituição do sistema de aspersão pelo de gotejamento. Na reunião foi explicado que o gotejamento é mais adequado a região por racionalizar o uso da água, no entanto os agricultores alegam que o mesmo tem um custo de implantação elevado, requerendo investimento inicial alto e que a maioria não dispõe de capital financeiro para tal.

A não reprodução dos aspectos culturais descrita pelos agricultores ocorre pelas facilidades presentes na região, conforme foi explicitado nas entrevistas. A “broa de planta” era muito produzida na Fazenda, pela falta de acesso a outros produtos como biscoitos e pães, que hoje são encontrados facilmente nos mercados locais. A facilidade de comprar sementes híbridas, “prontas” para o plantio, descartando a necessidade de guardar sementes para as próximas safras, foi pouco a pouco reduzindo o plantio de milho branco, bem como de hortaliças (batata doce, inhame, cará, chuchu, principalmente) – utilizados para produção da broa. Assim, o cenário atual revela que poucos agricultores cultivam o milho branco e somente uma agricultora produz a “broa de planta” na FRG. Em relação a Folia de Reis é uma tradição católica que foi se perdendo com o tempo e nos últimos anos se enfraqueceu ainda mais com o avanço da religião evangélica na região.

Outro ponto fraco relatado pelos agricultores foi a falta de lazer para os jovens na comunidade. O único estabelecimento da comunidade que oferece uma alternativa de diversão para os jovens é uma pizzaria localizada na comunidade Serra Nova. De acordo com os agricultores esse é um fator que contribui para o êxodo rural.

A FOFA ainda revelou que os conflitos são identificados como ponto fraco. No entanto, as divergências e os conflitos são importantes para a definição de novos rumos por parte dos agricultores. São nas situações conflituosas que as relações de poder estabelecidas na rede são despolarizadas.

No que concerne ao processo de industrialização, os agricultores descrevem como ponto fraco, pois eles a definem com um marco para a mudança do manejo empregado nos agroecossistemas na região. Como citado, anteriormente, antes das “facilidades” advinda com as lojas de produtos agropecuários e da mecanização agrícola, a aração com tração animal, o cultivo de sementes crioulas, o trato mais conservacionista do solo e o maior respeito com os

serviços ecológicos faziam parte do manejo. Ainda reflexo desse cenário está a utilização excessiva de implementos agrícolas, que compactam o solo e prejudicam a biota edáfica.

Embora um agricultor tenha relatado que está recuperando a nascente que tem em sua unidade de produção agrícola através do plantio de “árvores produtoras de água”, de maneira geral essa não é a realidade da maioria das unidades produtivas. Pelo contrário, o que se vê é o aumento do desmatamento para ampliar a área de produção agrícola.

O desmatamento de áreas declivosas, o cultivo e aração morro a baixo, a má conservação das nascentes e o uso irracional da água são alguns dos manejos adotados pelos agricultores que potencializam as fragilidades do agroecossistema montanhoso. A fim de mitigar esses efeitos deletérios as ações das instituições de pesquisa e extensão tem sido no sentido de estimular o uso de práticas agroecológicas.

Ao passo que os pontos fortes descritos foram: o início da organização dos agricultores para aumentar a possibilidade de realização de compras coletivas e fortalecimento das associações; o bom relacionamento entre os moradores; a riqueza e o patrimônio cultural, tanto da Fazenda Rio Grande como da região; o (re)conhecimento dos produtos locais; o clima bom para o cultivo das hortaliças e potencial para o desenvolvimento do turismo.

Na localidade Rio Grande, como mencionado anteriormente, está localizado o casarão mais antigo do município de Nova Friburgo e; ainda no distrito de Campo do Coelho estão localizados, pontos turísticos de grande valor sociocultural, como a Queijaria Suíça e a maior parte da área do Parque Estadual dos Três Picos no município de Nova Friburgo.

A comunidade FRG apresenta grande potencial para o turismo solidário, dada à beleza cênica local e o valor histórico-cultural que a região apresenta em relação ao processo de colonização de Nova Friburgo. De acordo com Fortunato e Neffa (2014) o turismo solidário é uma abordagem contra-hegemônica de prática do turismo apoiado nos saberes locais, que vai ao encontro da solidariedade, do empoderamento dos atores locais e da resolução de problemas socioambientais, que ao mesmo tempo está apoiado nos 6V's: visitação, vivências, vendas, vínculos, veicula o e valida o.

No sentido de valorizar o local e gerar renda para os agricultores, uma estratégia para o turismo solidário poderia ser a abertura do casarão da Rio Grande para visita o, onde haveria espaço para comercializa o e degusta o de produtos locais, como o “broa de planta”; na área externa o visitante poderia aprender mais sobre o manejo dos agroecossistemas, dialogando com os agricultores e colhendo suas próprias verduras. Concomitante a isso as associa es poderiam organizar oficinas e minicursos para os turistas. No entanto, além de uma rede bem articulada   preciso que os agricultores queiram assumir essa proposta, eles precisam se afinar com esse projeto de desenvolvimento, porque são eles os atores e os sujeitos territoriais. O projeto de desenvolvimento endógeno proposto não pode ser com ou para os agricultores,   fundamental ser dos agricultores. Um projeto de desenvolvimento atrelado aos seus saberes, as suas perspectivas e ao seu capital territorial.

Outro aspecto referendado pelos agricultores   o clima bom para o plantio de hortaliças. No sentido de ilustrar essa afirmativa, verifica-se que o distrito em questão destaca-se pela produ o de brássicas e tomate, bem como apresenta expressiva produ o de outras hortaliças durante todo ano.

No que concerne aos aspectos externos, os agricultores elencaram algumas oportunidades: reverter o estereótipo e o estigma que a média veicula sobre os habitantes do meio rural, valorizando a importância do agricultor familiar para a oferta de alimentos   popula o em geral; as políticas públicas que estimulam o manejo sustentável dos sistemas de produ o e; beleza c nica da localidade.

Em rela o ao capital natural a FRG dispõe de vegeta o característica da Mata Atlântica, mas que dia a após dia   desmatada para abertura de novas áreas agrícolas; os recursos hídricos são gastos de forma irracional, principalmente devido ao uso de sistemas de

irrigação desregulados, desperdiçando água; a utilização desordenada de agroquímicos, que são potenciais poluidores do solo, do ar e da água. A pouca diversificação espacial e temporal das culturas aumenta a incidência de agentes causadores de dano econômico.

O capital humano e intelectual dos atores e sujeitos da FRG é abundante. Muitos conhecimentos foram construídos e partilhados em virtude da rede sociotécnica formada entre agricultores, instituições de ensino, pesquisa e extensão, poder público e outras entidades que contribuem na dinamização da articulação em rede. No sentido de enriquecer mais o capital em questão é importante que os agricultores resgatem conhecimentos tradicionais da comunidade como a preparação da “broa de planta”; as técnicas para amansar bois de tração; as festas tradicionais.

Nesse sentido, o capital institucional da FRG é frágil, em virtude do pouco reconhecimento da legalidade das instituições estatais e não estatais, de caráter sociocultural e político-administrativo presentes no território.

No que se refere ao capital social as entrevistas revelaram que o capital social da comunidade é forte, pois os agricultores valorizam o lugar onde vivem e se (re)produzem sócio-historicamente. Como descrito anteriormente, todos os entrevistados, mesmo os que não nasceram na região, apresentam forte vínculo com a terra e com o *modus vivendi* inerente à agricultura familiar.

Por fim, o último capital descrito por Dallabrida (2013) é o cultural, que no caso da FRG, tem sofrido um processo erosivo. Os agricultores incorporam outros saberes ao dia a dia, mas as tradições locais, em sua maior parte, não têm passado de geração para geração.

No que compete ao ambiente externo, o mesmo também oferece ameaças, tais como: o mau planejamento das estradas, que dificultam o escoamento da produção, principalmente nos períodos chuvosos; o elevado custo dos insumos e a dependência das lojas de produtos agropecuários; a dependência de atravessadores, que reduz a margem de lucro do agricultor; as orientações inadequadas dos técnicos quanto à utilização de agrotóxicos; a assistência técnica vinculada às lojas, mantendo uma “clientela” permanente; a indisponibilidade de algumas sementes na região e; os efeitos deletérios provocados por mudanças climáticas.

No que concerne à figura do atravessador as entrevistas revelaram que ela só existe pelos seguintes motivos: (1) falta de recursos financeiros para a compra de caminhão para fazer o transporte da carga e; (2) o pouco tempo disponível dos agricultores para realizarem as entregas, em virtude da dedicação do trabalho na lavoura.

A beleza cênica; a recuperação das nascentes; a comercialização de produtos com valor agregado e o resgate da “broa de planta” como produto diferenciado são aspectos que poderiam ser valorizados na construção de estratégia de desenvolvimento endógeno.

A análise do processo de desenvolvimento territorial endógeno da FRG avaliado a luz da espiral do desenvolvimento proposta por Champredonde e Borba (2015), revela que ainda há muito a ser feito na comunidade FRG. Segundo os autores a primeira questão que merece destaque é a valorização do local, que diz respeito aos aspectos referentes aos recursos, aos conhecimentos, a paisagem, a história e a cultura. Ainda é preciso que os agricultores compreendam a importância da apropriação da história e da cultura local para perpetuação dos conhecimentos e do saber-fazer inerente ao local.

A conservação dos recursos é o segundo passo da espiral. Os agricultores adotaram a adubação verde como estratégia de conservação do solo e compreenderam os benefícios dessa prática. Essa, porém, é uma ação ainda isolada, e é preciso avançar no sentido de que eles compreendam a importância da sustentabilidade na condução dos agroecossistemas para manutenção dos recursos locais.

O terceiro passo rumo ao DTE proposto pelos autores é a construção do conhecimento. Os resultados da presente pesquisa indicam que os agricultores pensam estratégias de redução dos custos de produção e de organização para acesso a mercados e a políticas públicas, e que

para tanto construíram uma rede sociotécnica. Mas as questões que merecem ser refletidas são: se os agricultores desejam apenas estratégias que melhorem a produtividade agrícola de suas unidades de produção e sua qualidade de vida, ou querem cumprir todos os passos até chegarem à valorização da multifuncionalidade da agricultura familiar, culminando com o acesso a novas e diferenciadas estratégias de mercados; se o projeto de DTE proposto para a Fazenda Rio Grande foi pensado e articulado pelos agricultores ou para os agricultores.

No que compete à organização social reticular (quarto passo) os agricultores avançaram, construindo uma rede com diversos laços fracos que permitem a “oxigenação” dos processos organizativos e o acesso a novas oportunidades. A rede é relativamente densa facilitando a circulação das informações e as trocas de experiências.

Na FRG, para que ocorra uma volta completa na espiral proposta por Champredonde e Borba (2015), ainda se faz necessário a presença de outros dois princípios: o sinal distintivo do território (selo) e o acesso a mercados diferenciados. Embora os agricultores tenham avançado na organização para o acesso a mercados institucionais, esses dois últimos princípios ainda são inexistentes na realidade local.

3.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento endógeno parte do capital social e humano dos atores e sujeitos locais, desta forma não é possível pensar em desenvolvimento sem a adoção de metodologias participativas, que agreguem os saberes locais nos processos de produção científica.

Utilizando a epistemologia como teoria do conhecimento, que engloba o conhecimento científico e os saberes tradicionais dos agricultores, observou-se que o manejo empregado nos agroecossistemas foi passado de geração a geração, mas que também foram apreendidos novos métodos e técnicas a partir das capacitações promovidas pela Embrapa. No entanto, é importante salientar que conhecimentos referentes ao estoque cultural tem se perdido, como por exemplo, as festividades, o trato com sementes crioulas, o manejo mais sustentável do solo e a culinária típica regional. O conhecimento em algumas situações é partilhado entre os agricultores, mas a dependência desses pela assistência técnica dos técnicos das lojas de produtos agropecuários poderia ser mitigada se houvesse um estreitamento dos vínculos entre eles, ou seja, com o fortalecimento dos capitais humano e social da comunidade em questão.

Além desse aspecto, a paisagem pode ser utilizada como atrativo turístico. No sentido, de propor um turismo que promova ao mesmo tempo o desenvolvimento local a partir dos saberes dos atores e sujeitos da FRG, propõe-se um turismo solidário. Assim, pensando sobre uma estratégia de turismo solidário que contribua para o desenvolvimento endógeno da FRG é possível pensar nos seguintes elementos: produção e comercialização da “broa de planta” com fubá de milho branco e raízes e tubérculos disponíveis na unidade de produção; revitalização do casarão, revitalizando a história agroambiental de Nova Friburgo e da FRG; venda de hortaliças selecionadas pelos próprios turistas, e produção e comercialização do milho e do fubá de milho branco.

A fim de que os rumos da agricultura industrial praticada em Nova Friburgo seja (rumo não tem ação de caminhar...) na direção Agroecologia e de um projeto de desenvolvimento territorial assentado na sustentabilidade é fundamental: (1) a promoção do fortalecimento da identidade territorial e da valorização dos ativos locais, aliado ao fomento à adoção de práticas conservacionistas no manejo dos agroecossistemas e da manutenção da cultural local; e (2) fomento a ações coletivas e solidárias, culminando com a melhoria das condições de vida e permanência nos ambientes de montanha.

4 CAPÍTULO III

AS ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO: ESTUDO DE CASO EM ALTO CAMAQUÃ (RS)

4.1 RESUMO

A região do Alto Camaquã está localizada na parte superior da bacia do rio Camaquã, no estado do Rio Grande do Sul. O território de Alto Camaquã, tem se destacado pelo fortalecimento da pecuária familiar a partir de processo associativo como base da construção de marca territorial coletiva. Na construção da pesquisa adotou-se como abordagem metodológica qualitativa e o procedimento técnico foi o estudo de caso, utilizando-se a análise de dados secundários oriundos de pesquisa documental e bibliográfica. A pesquisa documental foi realizada na Embrapa Pecuária Sul junto a relatórios de projetos de pesquisa, bem como produzidos pelo Laboratório de Estudos em Agroecologia e Recursos Naturais (LABECO). Posteriormente foi realizada coleta de dados primários a partir de visitas as unidades de produção agropecuárias locais e entrevistas com nove pecuaristas, membros da equipe gestora das associações e técnicos envolvidos no projeto de desenvolvimento do Alto Camaquã. As ações de valorização do local, de conservação dos recursos naturais; da construção coletiva do conhecimento; e organização social a partir das redes, identificou-se a necessidade de criar uma marca coletiva, que representasse as especificidades territoriais e a qualidade dos produtos associadas ao território. Nesse momento, buscou-se a construção social dos mercados, criando circuitos curtos de comercialização, fidelizando clientes e estreitando laços entre os atores da rede. Atualmente, o Projeto Alto Camaquã é administrado institucionalmente de forma colegiada pela Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC), por presidentes de sindicatos rurais e pela Embrapa Pecuária Sul. No entanto, outras instituições têm firmado parcerias para atuação no território. As famílias que permanecem na região reconhecem como importantes às ações que tem sido promovidas pela Rede Alto Camaquã, no sentido da qualificação profissional e de valorização do *modus vivendi* dos atores locais, o que favorece os projetos coletivos do Alto Camaquã, notadamente de acesso a novos mercados. A tabulação dos dados revelou que os camponeses que vivem e se reproduzem no território do Alto Camaquã buscam estratégias de diferenciação de seus produtos através da valorização de seu capital territorial. Essas estratégias promoveram a organização dos pecuaristas em associações e valorização dos saberes e dos recursos locais, culminaram com a criação de uma marca coletiva.

Palavras-chave: Marca coletiva. Território. Agricultura familiar.

4.2 ABSTRACT

The region of Alto Camaqua is located at the top of the Camaquã River Basin, in the state of Rio Grande do Sul. The territory of Alto Camaqua, has been highlighted by the strengthening of family livestock from associative process as the basis of the territorial brand building collective. In the construction of the research it was adopted a qualitative methodological approach and the technical procedure was the case study, using the analysis of secondary data from document and literature. The documentary research was carried out at Embrapa South Livestock next to reports of research projects and studies produced by the Laboratory of Agroecology and Natural Resources (LABECO). Later it was held collection of primary data from visits to local agricultural production units and interviews with nine farmers, members of the management team of the associations and technicians involved in the High Camaqua development project. Local stock valuation, conservation of natural resources; the collective construction of knowledge; and social organization from the networks, we identified the need to create a collective brand that represent the territorial specificities and the quality of products associated with the territory. At this point, it sought to the social construction of markets, creating short distribution channels, creating loyal customers and strengthening ties between the actors of the network. Currently, the High Camaqua Project is institutionally administered in a collegiate manner by the Association for Sustainable Development of the High Camaquã (ADAC), by presidents of rural trade unions and the South Embrapa Livestock. However, other institutions have signed partnerships to operate in the territory. Families staying in the region recognize how important the actions that have been promoted by the Network High Camaquã, towards professional qualification and appreciation of the modus vivendi of local actors, which favors the collective projects of the High Camaquã, notably access to new markets. The tabulation of the data revealed that the peasants that live and breed in the territory of the High Camaqua seek differentiation strategies of their products through the enhancement of its territorial capital. These strategies promoted the organization of farmers into associations and enhancement of knowledge and local resources, led to the creation of a collective mark.

Keywords: Collective mark. Territory. Family farming.

4.3 INTRODUÇÃO

As estratégias de fomento ao desenvolvimento rural adotadas pelos órgãos de assistência técnica e extensão rural no Brasil devem ser significativas para os agricultores. No entanto, o que se percebe, em muitos casos, é a imposição de novidades e de tecnologias, que além de não contribuírem para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores, também não promovem o desenvolvimento local, pois não consideram a endogenia do território camponês.

Na contramão do que defendem neoliberais e neomarxistas, o campesinato através da sua capacidade de sua resiliência, moldou-se a modernização imposta pelo capitalismo, e continua figurando no cenário agrário brasileiro. Especificamente, no que se refere ao campesinato no território do Alto Camaquã, a adoção de tecnologias de ponta e o atendimento a mercados de grande escala não se consolidaram, em virtude do contexto socioeconômico, cultural e ecológico do local (NUNES et al, 2011), preservando o *modus vivendi* do campesinato.

A modernização da agricultura foi um divisor na diferenciação socioeconômica do campo⁷, onde de um lado estão os agricultores capitalizados, que podem incorporar os pacotes tecnológicos no manejo dos agroecossistemas e que se caracterizam pela mercantilização dos fatores de produção e, de outro; estão os agricultores descapitalizados, que continuaram praticando uma agricultura de base ecológica, pouco dependente de insumos externos e que ficaram a margem do processo de inovação inerente a citada modernização.

É fundamental, a reflexão sobre que tipo de desenvolvimento foi imposto ao campo brasileiro. Na verdade, o que a sociologia rural mostra é que adotou-se no país um modelo de crescimento econômico, elegendo como expressão máxima do capitalismo agrário, o agronegócio, o qual se caracteriza pelo esvaziamento do campo, por produção exploratória e insustentável dos recursos naturais e pela desterritorialização camponesa. Numa visão capitalista o ideal é modernizar as sociedades ditas “atrasadas”, de forma que essas se tornem sociedades “avançadas e modernas” através do progresso técnico baseado na inserção de práticas agrícolas que intensifiquem o uso do recurso terra, em detrimento do recurso trabalho.

Diante do exposto, este capítulo tem como objetivo descrever as estratégias adotadas junto aos camponeses do território do Alto Camaquã na promoção do desenvolvimento endógeno, bem como compreender os aspectos referentes a sua (re)produção social.

Além desta parte introdutória, esse capítulo está dividido nas seguintes sessões: procedimentos metodológicos; resultados e discussões, que apresenta os seguintes itens: (i) Contextualizando o território do Alto Camaquã, onde contamos um pouco da construção sócio histórica do território em questão; (ii) Os projetos desenvolvidos no território do Alto Camaquã, onde construiu-se uma linha do tempo com as ações e projetos desenvolvidos no território até que se consolidasse a construção da marca coletiva de identificação do território Alto Camaquã; (iii) A estratégias de desenvolvimento endógeno do território do Alto Camaquã, neste item, são descritas as ações e procedimentos técnico-metodológicos realizados com os pecuaristas familiares, para que eles valorizassem seu capital territorial; e, por fim, o item (iv) o campesinato, as dinâmicas territoriais e o Alto Camaquã, onde são descritas as semelhanças do *modus vivendi* e do *modus operandi* dos atores e sujeitos que vivem, trabalham, e se (re)produzem neste território, se aproximando de uma agropecuária

⁷ Adotou-se a expressão “campo em substituição a usual, meio rural, com o objetivo de incluir o sentido do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência desse trabalho” (CALDART, 2012).

familiar de base camponesa, bem como é apresentada discussão acerca de como essa aproximação contribui para o desenvolvimento endógeno do Alto Camaquã.

4.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem metodológica utilizada foi qualitativa e o procedimento técnico foi o estudo de caso, utilizando-se a análise de dados secundários oriundos de pesquisa documental e bibliográfica. A pesquisa documental foi realizada na Embrapa Pecuária Sul junto a relatórios de projetos de pesquisa, bem como produzidos pelo Laboratório de Estudos em Agroecologia e Recursos Naturais (LABECO).

Posteriormente foram coletados dados primários em visitas as unidades de produção agropecuária local e entrevistas com nove pequenos e médios pecuaristas (sete homens e duas mulheres), membros da equipe gestora das associações (dois homens) e técnicos envolvidos no projeto de desenvolvimento do Alto Camaquã (dois homens e uma mulher).

A última etapa que compôs a metodologia foi à participação em reunião da Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC) e reunião da Associação Brasileira de Criadores de Ovinos (ARCO). O Diário de Campo foi utilizado como ferramenta auxiliar, permitindo a sistematização das experiências observadas.

Um aspecto importante que merece destaque, diz respeito às visitas e entrevistas. As mesmas foram realizadas em conjunto com outros dois estudantes de pós-graduação, que desenvolvem estudos no território do Alto Camaquã, sendo um mestrando do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e, uma doutoranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Inicialmente foi realizada uma reunião para discutir pontos comuns das três ações de pesquisa. Assim, ficou acordado que as entrevistas com os pecuaristas seriam realizadas de forma coletiva, onde cada um perguntaria questões que atendessem as demandas individuais, mas que ao mesmo tempo deixassem os entrevistados à vontade para revelar outras informações pertinentes às dinâmicas territoriais da região. Avaliou-se que a estratégia adotada foi satisfatória, atendendo as necessidades dos três trabalhos de pesquisa.

Outro aspecto fundamental na execução das entrevistas foi a escolha do local, de forma a não atrapalhar as atividades diárias dos entrevistados. Assim, as mesmas foram realizadas em locais distintos, tais como: no galpão no momento da tosquia dos ovinos; no campo; no brete para vacinação de bovinos; na casa dos pecuaristas, no final das atividades diárias e; na sede da associação de pecuaristas do Alto Bonito, conforme ilustra a Figura 10.

As entrevistas foram realizadas buscando compreender os seguintes aspectos: o papel das mulheres e dos jovens nas dinâmicas locais; o grau de campesinidade da atividade agropecuária; ativos locais; externalidades positivas e negativas do Projeto Alto Camaquã; tamanho das propriedades; questões geracionais e sucessionais; recursos naturais; recursos que estivessem contribuindo para a multifuncionalidade da agricultura familiar e aspectos relacionados à educação das crianças e jovens do território.



Figura 10: Diferentes situações e locais onde as entrevistas com os pecuaristas foram realizadas: (a) galpão de tosquia dos ovinos - Fonte: Alessandra Matte; (b) brete para vacinação do gado - Fonte: Arquivo pessoal; (c) e (d) casa dos pecuaristas após o encerramento das atividades diárias dos pecuaristas - Fonte: Alessandra Matte (c) e Arquivo pessoal (d).

4.5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.5.1 Contextualizando o território do Alto Camaquã

Na década de 1990 o governo do estado do Rio Grande do Sul, inspirado por estudos de desenvolvimento econômico, passou a dividir o estado em zonas, a fim de definir dinâmicas territoriais que caracterizassem os avanços e os atrasos nos processos de desenvolvimento regional. “Com isso, irrompe na literatura termos como “metade sul” que se tornaram capazes de asseverar, rapidamente, uma geopolítica do desenvolvimento no Rio Grande do Sul que tem sido legitimada em alguns campos sociopolíticos e científicos” (NESKE, 2014).

A metade sul da região sul do Rio Grande do Sul é caracterizada por latifúndios, onde predomina a pecuária extensiva, monocultura de arroz e soja e; “novas áreas de florestamento de eucalipto, ocasionando imensos vazios demográficos e concentração de terra e renda” (ALVES et al, 2007). Conforme o Censo Agropecuário, realizado em 2006, de acordo com o tamanho de área as propriedades agrícolas estão divididas da seguinte forma: 27% apresentam áreas inferiores a 50 hectares; 13% possuem áreas de até 100 hectares; 17% apresentam propriedades com área maior que 150 hectares; 10% maior que 200 hectares; 13% maior que 250 hectares e 10% com áreas variando de 300 a 350 hectares. No entanto, há casos em que as propriedades são grandes, mas com áreas bastante acidentadas, com muitas pedras e pastagem natural com baixa capacidade de suporte animal.

A concentração de terras na metade sul do Rio Grande do Sul tem suas raízes históricas no processo de colonização do Brasil. A região foi ocupada no início do século XVIII, por portugueses, através da doação de sesmarias pela Coroa Portuguesa. E, “a partir da segunda metade do século XIX, a metade sul era a região de maior dinamismo da economia do estado, pois articulava-se com a economia do centro do país através do fornecimento de charque” (ALVES et al, 2007). Desde o período da colonização a atividade pecuária na região é praticada de forma extensiva nas áreas campestres características do Bioma Pampa (MATTE e WAQUIL, 2013, p.107).

Atualmente, a região é caracterizada como símbolo do atraso e da falta de dinamismo econômico, por não ter incorporado o modelo tecnológico com relações mercadológicas características da modernização da agricultura. A não dependência de insumos externos, propiciando a reprodução e manutenção da biodiversidade dos recursos naturais num processo convergente com a (re)produção sociocultural inerente ao campesinato, promove uma prática mais sustentável para as dinâmicas locais, pois se distancia da lógica modernizante advinda com a Revolução Verde.

“Nos espaços rurais, os diversos níveis de modernização se expressam como mosaicos com diferentes graus de campesinidade ou agroindustrialidade” (TOLEDO et al, 1999, p. 74). A identificação e caracterização dessas nuances possibilita a definição de tipologias Nesse sentido, em consonância com os estudos de Toledo et al (1999), os pecuaristas do Alto Camaquã estão mais próximos de uma lógica de produção camponesa.

O território do Alto Camaquã está localizado na Serra do Sudeste (figura 9), apresentando em “sua estrutura econômico produtiva uma baixa participação do setor industrial e uma alta participação do setor agropecuário” (NESKE, 2014). O desenvolvimento da região não acompanhou o progresso técnico imposto pela lógica capitalista, o que contribui para a manutenção de uma pecuária, essencialmente, camponesa e praticante da agroecologia, no que se refere aos aspectos epistemológicos, socioambientais e culturais. “Esta

impossibilidade em adotar modelos produtivos modernos, levou esta região a ser considerada como tecnologicamente atrasada e economicamente subdesenvolvida” (TRINDADE et al, 2010). A atividade econômica predominante é a pecuária de campo nativo, desenvolvida em pequenas e médias unidades de produção, características que são “potenciais como de valorização e diferenciação de produtos e serviços locais” (TÉCNICO 1).

Embora o saber-fazer dos pecuaristas seja uma potencialidade na diferenciação de produtos e processos, os estudos de Matte e Waquil (2013) apontam que esses sujeitos estão mais propícios a vulnerabilidade social, devido às transformações socioeconômicas, fundiárias e ambientais, oriundas da intensificação dos monocultivos. Os autores concluem que a vulnerabilidade dos pecuaristas “consiste em uma condição de ausência de liberdade de escolha, determinada pela carência de alguns ativos, limitando o exercício das capacitações e provocando incertezas quanto aos seus meios de vida”. O desenvolvimento, conforme coloca Sen (1989), está diretamente relacionado à expansão das liberdades. Sendo assim, quando os pecuaristas têm suas liberdades tolhidas é preciso que o projeto de desenvolvimento seja revisto, a fim de identificar o que é importante para os indivíduos considerando suas trajetórias e capacidades.

O conceito de desenvolvimento econômico proposto por Sen (1989) está diretamente ligado à mudança social, no que confere ao enriquecimento da qualidade de vida das pessoas. No entanto, quando se fala em qualidade de vida não se trata apenas de capital e aquisição de mercadorias. É uma visão mais ampla, que inclui capacidades e habilidades como meios para a conquista da “qualidade” e da liberdade.

A pecuária familiar praticada no Alto Camaquã é uma categoria social “que instituiu a sua identidade sociocultural baseada na atividade produtiva da pecuária de corte e, mesmo coexistindo com as forças dominadoras do capitalismo, ainda mantém nos dias atuais muitas características produtivas ‘pré-modernas’” (NESKE et al, 2012).

No que se refere aos aspectos ambientais, à região do Alto Camaquã está localizada na parte superior da bacia do rio Camaquã, apresentando relevo acidentado, solos rasos e vegetação campestre intercalada com vegetação arbórea e arbustiva, característica do Bioma Pampa (Embrapa Pecuária Sul, 2015). É importante destacar que o território apresenta excelente estado de conservação da flora nativa, com predominância de formações campestres, matorral⁸ e florestas naturais (TRINDADE et al, 2010). A temperatura média anual varia de 16 °C a 18 °C e a precipitação anual variam de 1.500 mm a 1.600 mm (NESKE et al, 2012).

No que diz respeito aos aspectos geopolíticos, o território inclui os seguintes municípios Bagé, Caçapava do Sul, Canguçu, Encruzilhada do Sul, Lavras do Sul, Piratini, Pinheiro Machado e Santana da Boa Vista, com uma área de 8.670 km² (Embrapa Pecuária Sul, 2015).

No que se refere o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁹ o Rio Grande do Sul, é classificado como alto com um IDH de 0,746, enquanto que para o território do Alto Camaquã, o cálculo da média dos IDHs municipais, é de 0,675, que é classificado como médio (IBGE, 2010), e bem próximo do que é verificado para o IDH do Brasil, que é de 0,699.

⁸ Campo com presença de espécies arbustivas e herbáceas

⁹ O IDHM é um índice composto por três variáveis: a longevidade, o acesso à educação e o padrão de vida, que determina o desenvolvimento humano dos municípios. E a escala varia conforme a seguinte classificação: muito alto, de 0,800 as 1,000; alto de 0,700 a 0,799; médio de 0,600 a 0,699; baixo de 0,500 a 0,599 e muito baixo de 0,00 a 0,499.

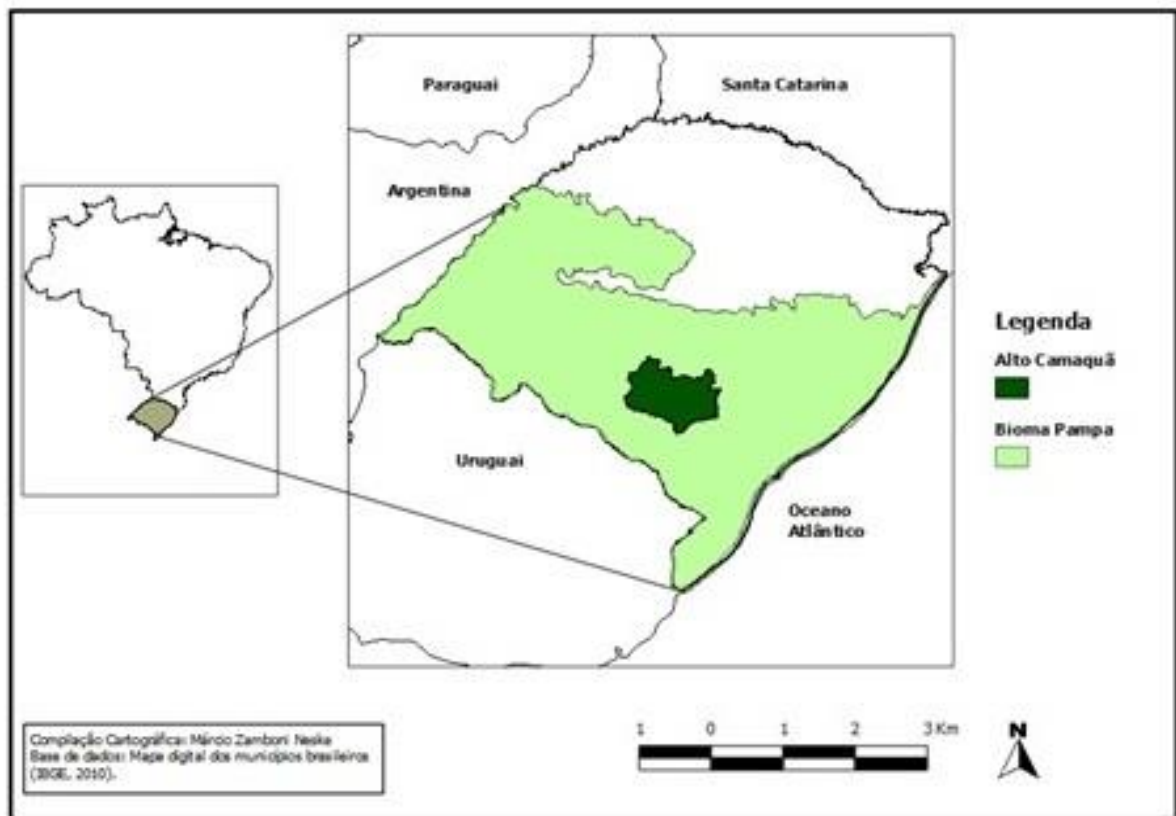


Figura 11: Localização geográfica do território do Alto Camaquã, no Rio Grande do Sul
 Fonte: Neske (2014) citado por Waquil et al (2016)

4.5.2 Os projetos desenvolvidos no território do Alto Camaquã

As atividades que culminaram com o Projeto Alto Camaquã e o reconhecimento de uma marca coletiva tiveram início com a tese *La Marginalid como potencial para la construcción de otro "Desarrollo - El caso de Santana da Boa Vista, Rio Grande do Sul, Brasil*, desenvolvida por um pesquisador da Embrapa Pecuária Sul com apoio logístico da Emater-RS, em 1998, na Universidade de Córdoba (Espanha); com o avanço das atividades outras regiões foram envolvidas, mais atores institucionais, como escritórios da Emater-RS e sindicatos, foram convidados a participar e o Projeto Alto Camaquã foi tomando forma.

A tese em questão verificou que o território do Alto Camaquã está à margem de um processo de desenvolvimento caracterizado por modelos tecnocêntricos e por uma racionalidade economicista. A mesma propõe outro tipo de desenvolvimento para regiões marginais, como explica Borba et al (2003, p. 85):

“O outro desenvolvimento que propomos - um desenvolvimento construído de forma participativa e a partir das características socioculturais e ecológicas locais – em momento algum significa o fechamento das regiões chamadas marginais sobre si mesmas; nem tampouco a exacerbação da identidade, o que poderia conduzir a posturas fundamentalistas ou nacionalistas. Ao contrário, o que propomos passa pela construção de redes entre grupos ou regiões com interesses comuns, com a finalidade de mobilizar tais características e articulá-las ao desenvolvimento local. Propomos que as relações estabelecidas a partir de estratégias de desenvolvimento endógeno para regiões marginais, sejam entendidas a partir do conceito de cosmopolitismo ou do patrimônio comum da humanidade como modos de produção da globalização.”

Nesse sentido, a tese concluiu que o “estado marginal” ou, como visto de fora: o atraso da região deveriam ser utilizados como potenciais na proposição de um outro modelo de desenvolvimento, o qual considerasse o capital social, as expertises e as territorialidades dos atores locais, ou seja, a endogenia (BORBA, 2002).

No entanto, o estudo de caso abordado na tese foi restrito aos agricultores familiares do município de Santana da Boa Vista. A partir de 2005 a abordagem do Desenvolvimento Territorial Endógeno foi expandida para outros municípios, envolvendo, especificamente, a categoria pecuária familiar, por esta ser a de maior predomínio no território.

De acordo com o técnico 2, o processo de mobilização dos pecuaristas familiares em torno da valorização dos recursos locais, foi realizado utilizando uma linguagem acessível, envolvendo atores e sujeitos locais, não havendo preferência para atuação em uma determinada região ou propriedade, a fim de que se estabelecesse uma relação de coletividade e troca de experiências, que ao mesmo tempo não criasse uma competição entre eles.

“Foi um negócio realmente coletivo e que fez as pessoas enxergarem que todos podiam fazer parte. Não tinha tecnologia. Não tinha custo. Não tinha que comprar nada, era só manejar o campo. Não sei em que medida, mas isso foi uma grande sacada e o ponta pé inicial para coisa dá certo. Todos os pecuaristas do território foram convidados a participarem das reuniões. Ninguém foi excluído. Em todas as reuniões sempre tiveram pessoas novas participando, até porque os primeiros participantes eram incentivados a convidar outras pessoas pra conhecer o projeto (TÉCNICO 2)”

Com a abertura em 2003 de um edital da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), que tinha como objetivo avaliar as condições da pecuária na região foi possível mobilizar os pecuaristas familiares para a construção da Rede Alto Camaquã a partir da elaboração e submissão do projeto: “Avaliação para as condições da ecologização da pecuária familiar como estratégia de desenvolvimento territorial. Com esse projeto os técnicos envolvidos buscaram reunir evidências que contribuíssem para trabalhar junto aos atores locais suas percepções acerca da valorização dos recursos locais. Essas evidências serviram de arcabouço para que outras ações pudessem ser desenvolvidas no território do Alto Camaquã.

O escopo do projeto revelou que os sistemas de produção do Alto Camaquã apresentam as seguintes características: (1) são complexos, dada a relação entre as interações ecossistêmicas e o manejo baseado no conhecimento tradicional; (2) utilizam recursos e insumos locais no manejo dos agroecossistemas, logo apresentam baixa dependência externa, oportunizando o estabelecimento de sistemas autônomos e gerador de produtos, processos e serviços diferenciados; (3) com a superlotação das pastagens há efeitos ambientais negativos, mas são impactos reversíveis e moderados; (4) os sistemas apresentam graves problemas de renda (SANTOS e CANTO, 2013). No entanto, de acordo com o técnico 1, outras ações deveriam ocorrer para subsidiar a construção de uma nova racionalidade econômica e de novos conhecimentos que deem conta de compreender as interações/relações agroecossistêmicas.

Em 2006, apesar do término do projeto inicial, as ações no território tiveram continuidade, fortalecendo a Rede. No período compreendido entre 2007 e 2010, as atividades convergiram para estratégias de desenvolvimento regional, tomando como referência o local e, com base na experimentação participativa de tecnologias sustentáveis, buscou-se consolidar os sujeitos coletivos, promovendo, a partir da endogenia, a diferenciação dos produtos. Assim, tomando como referência essas características e particularidades, a Embrapa Pecuária Sul passou a desenvolver, nesse período (2007-2010), o projeto intitulado “Ecologização da pecuária familiar como estratégia de desenvolvimento territorial do Alto Camaquã.

Entre 2011 e 2012 com recursos da Central Geradora Termelétrica de Energia, empresa do grupo Eletrobrás, desenvolveu-se o projeto: “O desenvolvimento territorial do Alto Camaquã” (ELETROBRÁS, 2014).

Na sequência a Embrapa Pecuária Sul em parceria com o Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA), instituição argentina de pesquisa e extensão agropecuária, desenvolveu projeto com o objetivo de promover a valorização dos recursos e dos produtos da agricultura familiar do Alto Camaquã, tomando como referência o capital social dos atores desse território¹⁰. O apoio financeiro para execução do projeto foi do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

Em entrevista, o Técnico 1 revelou que em 2015 foi apresentado um projeto, objetivando o fortalecimento da cadeia produtiva da carne. E descreve:

“Nós não abandonamos a noção de território, mas conseguimos a organização em torno da carne ovina, gerando uma percepção de outros atores, como por exemplo, o Ministério da Integração, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e outros Ministérios e a ARCO, que identificaram o Alto Camaquã como uma experiência forte em ovinocultura. Para nós é ótimo. E continuamos acreditando na organização dessa produção e da comercialização dessa cadeia curta. Continuamos acreditando que é um excelente indutor do processo de organização regional, com perspectiva territorial grande.” (TÉCNICO 1)

Com base na análise desse histórico das ações de pesquisa e de promoção do desenvolvimento endógeno no território do Alto Camaquã, que as estratégias de valorização do capital territorial do Alto Camaquã têm sido contínuas, sendo constante a necessidade de voltar na valorização dos ativos locais para que o processo de desenvolvimento endógeno prossiga. Pois a estratégia de desenvolvimento territorial endógeno “se propõe, além de dinamizar os aspectos produtivos/econômicos, potencializar as dimensões sociais, culturais, ambientais e político-institucionais que constroem o bem estar da sociedade” (ZAPATA, 2007, p. 27).

“É justamente na capacidade de fortalecimento da identidade local e na capacidade de responder as influências promovidas pelos fluxos globais (culturais, econômicos, sociais e políticos) que encontramos a essência do “potencial endógeno” de qualquer localidade para o desenho de estratégias de autodesenvolvimento.” (BORBA et al, 2003, p. 92 e 93)

Assim, no sentido de dar continuidade aos projetos e iniciativas de desenvolvimento do Alto Camaquã outros atores institucionais têm composto a rede, promovendo a consolidação de alianças, parcerias e acordos, bem como fortalecido os ativos endógenos.

4.5.3 As estratégias de desenvolvimento endógeno do território Alto Camaquã

O processo de desenvolvimento endógeno do Alto Camaquã simbolizado por uma espiral (CHAMPREDONDE e BORBA, 2015) que, conforme descrito pelo Técnico 1, segue as seguintes etapas: valorização do local; conservação dos recursos naturais específicos deste local; construção coletiva de conhecimentos; organização social a partir das redes; sinal distintivo da localidade através da marca coletiva; e construção social de mercados.

De acordo com o TÉCNICO 1 as estratégias metodológicas utilizadas para valorização local foram: a realização de um diagnóstico socioambiental e econômico; o fomento a conservação dos recursos naturais; a utilização de uma abordagem territorial na identificação

¹⁰ A parceria com o INTA ocorreu a partir das relações pessoais estabelecidas por dois pesquisadores que se afinaram no discurso sobre o desenvolvimento endógeno.

de produtos, processos e serviços realizados pelos atores locais; e o fomento ao (re)conhecimento dos pecuaristas sobre as peculiaridades do capital social do Alto Camaquã.

No que se refere à conservação dos recursos naturais as estratégias adotadas ocorreram a partir das Unidades Experimentais Participativas (UEPAS), cujo objetivo foi ampliar a compreensão dos pecuaristas em relação às interações ecossistêmicas que ocorriam na paisagem. Assim, “a partir de parcelas de cinquenta por cinquenta centímetros, os pecuaristas puderam estudar as interações que ocorrem no solo, nas raízes, nas plantas, nos animais, no rebanho, no sistema de produção” (TÉCNICO 1). E, a partir dessa compreensão, foi possível o fortalecimento das associações e a integração destas com outras redes, formando uma rede territorial com atores locais e instituições, denominada Rede Alto Camaquã (ReAC), suscitando, a partir de então, discussões e reflexões sobre a diferenciação do local e de suas territorialidades, abandonando, desta forma, o estigma de atraso imposto pela agricultura industrial.

Concomitantemente, outro ponto da espiral, proposta por Champredonde e Borba (2015) para explicar as etapas do desenvolvimento territorial endógeno, foi sendo desenvolvida: a construção coletiva do conhecimento, que só é possível num processo dialógico, onde os pecuaristas se sintam parte do processo. As entrevistas revelaram que essa construção coletiva do conhecimento ocorreu, principalmente, pelas estratégias metodológicas utilizadas pelos pesquisadores da Embrapa Pecuária Sul, tais como pesquisa-ação com base na utilização das UEPAS e capacitações, nas quais eram discutidos os processos, as interações e as relações agroecossistêmicas; a diversidade, o manejo e a conservação dos recursos naturais.

Após as ações de valorização do local, de conservação dos recursos naturais; da construção coletiva do conhecimento; e organização social a partir das redes, identificou-se a necessidade de criar uma marca coletiva, que representasse as especificidades territoriais e a qualidade dos produtos associadas ao território. Nesse momento então, para completar uma volta da espiral, buscou-se a construção social dos mercados, criando circuitos curtos de comercialização, fidelizando clientes e estreitando laços entre os atores da rede.

O Técnico 1 enfatizou que embora as estratégias metodológicas adotadas no Alto Camaquã tenham sido desenvolvidas a partir de um processo representado por uma espiral, conforme apresentam Champredonde e Borba (2015), processos como esse são dinâmicos e as ações são confluentes, ou seja, ao mesmo tempo que se constrói conhecimento, promove-se a conservação dos recursos, valoriza-se o local e suas territorialidades; criam-se novos espaços de discussão; promove-se a construção social de mercados e assim por diante. Essa metodologia é bem resumida na entrevista do Técnico 1, autor da tese citada inicialmente como geradora das ações iniciais na região do Alto Camaquã:

“O que eu digo na perspectiva da espiral é que a nossa lógica de trabalho envolve: a valorização do lugar; a conservação, o conhecimento produzido localmente, a rede, o sinal distintivo ou a marca coletiva territorial e o mercado. Assim, toda vez que chegarmos no final da espiral – no mercado- o processo deve ser reavaliado e voltar para o início – valorização do local. Depois de sete anos voltamos no mesmo ponto. Hoje nós teríamos que estar trabalhando de forma mais intensa com o reforço da valorização do local, porque aquela outra perspectiva de que os recursos são específicos do lugar, o produto também é, porque ele veio desse lugar. Agora pra isso nós precisamos reconhecer que é diferente. Ai precisamos que a sociedade saiba disso e para tal precisamos de uma estratégia, que é o selo, a marca, a organização. Porque o mercado só vai remunerar se a sociedade reconhecer que o produto é diferente, porque ele vem de um lugar diferente. E se o mercado paga por isso nós precisamos conservar os recursos, porque é ele que garante os recursos que a sociedade quer e o mercado paga.” (TÉCNICO 1).

O enfoque ecossociológico é fundamental na compreensão das estruturas agrárias da região. De acordo com Toledo et al, (1999, p. 68) este enfoque contribui para a análise dos fenômenos demográficos, principalmente, no que se refere a quantidade e qualidade de recursos e sua utilização, ou ainda conforme analisa: “a reconceitualização dos atores sociais e suas mobilizações que a luz da crise ecológica adquirem novos perfis e novas potencialidades.”

Atualmente, o Projeto Alto Camaquã é administrado institucionalmente de forma colegiada pela Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC), por presidentes de sindicatos rurais e pela Embrapa Pecuária Sul. No entanto, outras instituições tem firmado parcerias para atuação no território, tais como: o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio Grande do Sul (Emater-RS); Associação de Criadores de Ovinos (ARCO); Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FETAG-RS) e Núcleos de Criadores de Ovinos das Associações que compõem o Projeto Alto Camaquã. A figura 12 ilustra a rede sociotécnica do Projeto Alto Camaquã.

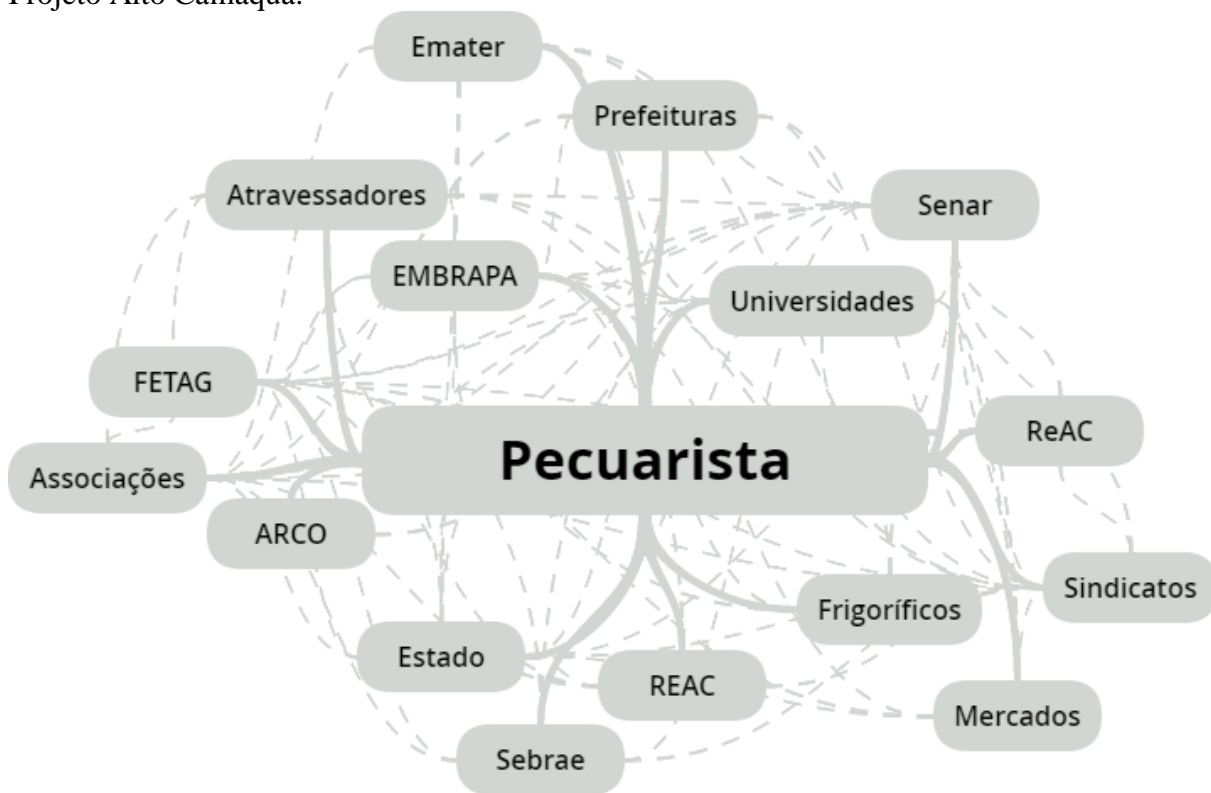


Figura 12: Rede sociotécnica do território Alto Camaquã.

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da pesquisa de campo.

Em virtude de problemas conjunturais e institucionais a Emater-RS, ao reduzir sua atuação junto aos pecuaristas do Alto Camaquã, fragilizou um importante elo da rede: a assistência técnica para os pecuaristas. Uma das consequências diretas disso, relatada pelos pecuaristas, ocorreu em 2014, ano em que foi registrado um aumento da mortalidade de animais no Alto Camaquã. De acordo com os entrevistados os animais foram a óbito devido, principalmente, a infestação por verminoses associado a um verão excessivamente chuvoso. Antigamente, o fogo era utilizado para controlar esse tipo de infestação, pois “98% dos

vermes estão no pasto e quando passamos o fogo, não fica nada. Mas isso judia o campo por dois ou três anos” (Pecuarista 6), caso o regime de chuva seja satisfatório para recuperar o campo nativo, do contrário esse período pode ser estendido. Nesse caso, “o pecuarista está se referindo ao fato de que após a queima, primeiro nascem às espécies que não são propícias à criação de animais” (TÉCNICO 2). Diferentemente, do que ocorre com a atividade pecuária “dos Campos de Cima da Serra, no RS, em que a queimada é um meio para conservar os campos. Tanto que é o único lugar em que a essa prática é permitida” (TÉCNICO 2) no Rio Grande do Sul. “Agora a gente não queima mais, porque o mato aumentou muito”, fala do Pecuarista 1, referindo-se ao fato de que o fogo também era utilizado para limpar o campo de plantas que não eram utilizadas como pastagem. Outra questão implícita na fala do Pecuarista 1 é explicada pelo Técnico 2:

“O excesso de chuva é um problema por dois principais motivos: aumentam os problemas no casco dos animais, pois eles têm uma glândula no meio das patas, é um buraco aberto, que com muita umidade no campo, essa glândula acaba gerando mau cheiro e atraindo moscas, que depositam ovos, se transformam em larvas e causam bicheiras. O outro problema é que a umidade no solo permite a reprodução do ciclo de uma verminose ovina que é ingerido pela ovelha na alimentação.”

Em virtude de estar diretamente envolvido nas atividades de extensão rural no território do Alto Camaquã, o Técnico 2, que é zootecnista, explica:

“Parece-me que a questão é que os pecuaristas possuem praticas próprias de manejo e controle de verminoses nos animais, não utilizavam medicamento e agora, com a proibição das queimadas principalmente, eles utilizam fármacos. Somado a isso, há um aprendizado da relação direta entre homem e natureza, pois ao observar que a queimada evitava verminose, mas como consequência prejudicava o campo, ele muda suas práticas.”

No sentido de mitigar os problemas causados por falta de assistência veterinária, o presidente da ADAC firmou parcerias com o SENAR para que os associados participassem do Programa Juntos para Competir, cujo objetivo é organizar e desenvolver cadeias produtivas do Rio Grande do Sul, através de cursos de capacitação para melhoria da qualidade dos produtos agropecuários, possibilitando a esse aumento de valor agregado. Outra iniciativa realizada no sentido de ampliar o conhecimento dos pecuaristas em relação à administração da cadeia produtiva ocorreu a partir de cursos oferecidos pelo SEBRAE. Segundo, a Pecuarista 2 “esse ano [2015] graças a deus, é que os cordeiros estão vindo bem. Porque nós ficamos com veterinário acompanhando”.

Reunião organizada pela ARCO em conjunto com a ADAC, com o objetivo de formar parcerias entre os ovinocultores do Alto Camaquã e alguns frigoríficos, concluiu que o maior avanço no território do Alto Camaquã foi a mobilização da base para o reconhecimento deste território como um APL de produção de carne de ovino. No entanto, houveram retrocessos devido a: (1) comercialização ter sido prejudicada pela falta de animais para atender a demanda; (2) dificuldades de acesso a mercados institucionais e circuitos curtos de comercialização, que poderiam assegurar uma maior rentabilidade (10 a 15%) na comercialização dos ovinos; (3) novas exigências de produtividade, por parte dos compradores, tais como qualidade e peso dos animais que dificultaram o desenvolvimento das atividades no território.

Segundo Zapata (2007, p. 52) o fortalecimento do capital social, o desenvolvimento produtivo do território e a governança democrática desse território só é viável se os seguintes fatores forem obedecidos: envolvimento dos atores e sujeitos locais na definição das estratégias de desenvolvimento; articulação de parcerias; a articulação e fortalecimento das

redes sociais, atentando especialmente para os laços e os vínculos estabelecidos no território; formação de equipes locais, e nesse caso a autora refere-se aos animadores¹¹; realização de diagnósticos participativos; construção da gestão social e fortalecimento das institucionalidades para a gerência do território; alinhamento entre as demandas sociais e as políticas públicas; articulação do APL, tornando-o competitivo; e monitoramento e avaliação contínua dos processos de construção coletiva.

Nesse sentido, tomando como referência os aspectos elencados por Zapata (2007, p. 52) percebe-se que os retrocessos descritos na reunião do APL do Alto Camaquã ocorreram pela falta de animador/facilitador que exercesse a função de: “ajudar os atores locais a compreenderem sua realidade, a descobrirem novos caminhos e a pensarem soluções criativas e inovadoras para os desafios do território”.

De acordo com a mesma autora, a figura do animador não pode estar concentrada em uma pessoa. É preciso uma equipe de animadores, que domine as estratégias utilizadas no desenvolvimento sustentável e ferramentas epistemológicas que promovam a construção coletiva de novos saberes, ampliando a participação social.

O encontro também elencou ações que precisavam ser implementadas para alavancar a comercialização no território, tais como: (1) criar parceria entre os ovinocultores do APL com um frigorífico; (2) fortalecer a governança local, e para isso havia a possibilidade de acessar recursos oriundos de um edital lançado pelo governo estadual, o que fortaleceria a organização local; (3) fortalecer o papel das associações e da articulação em rede; (4) realizar, com o suporte técnico do Sebrae um estudo de viabilidade econômica dos produtos Alto Camaquã; (5) promover assistência técnica contínua que assegure o aumento da produtividade, a fim de garantir a oferta; (6) melhorar as condições de deslocamento entre os municípios; (7) envolver mais escritórios da Emater-RS; e (8) “construir” uma consciência coletiva dos pecuaristas que compõem o APL, porque mesmo tendo evoluído na conquista de uma marca, os mesmos ainda pensam individualmente. O TÉCNICO 1 ilustra essa questão quando perguntado sobre a falta de animais para entrega e explica:

“Os pecuaristas ainda não assumiram que têm um papel num coletivo e que a imagem que chega é a imagem do coletivo. A marca representa o coletivo. A marca se sustenta na organização coletiva, na oferta coletiva, então não importa se tu tens 1, 5, 10 ou 50 animais com tanto que esses estejam disponíveis de forma organizada para atenderem a uma escala. Não é escala em tamanho, é uma escala de frequência. A construção de uma marca coletiva é um processo de desenvolvimento local, de valorização dos saberes locais. É até possível que se construa um mercado por escala de temporada, mas é uma outra construção.” (TÉCNICO 1).

Quando o técnico 1 afirma “que os pecuaristas ainda não assumiram um papel num coletivo” é preciso questionar se esses atores estão preparados para assumirem esse “papel” e para além disso, será que eles querem assumir novos mercados ou continuarem com seus circuitos tradicionais. Destaca-se que historicamente a produção de ovinos na região é destinada ao autoconsumo e, por isso, a mudança dos objetivos da produção e da estrutura de mercado requer tempo para a apropriação dos pecuaristas.

Diante disto, é fundamental que as estratégias territoriais de mobilização sejam norteadas pela transformação da realidade dos atores e sujeitos do local, somente assim, o processo endógeno de desenvolvimento territorial poderá avançar. A avaliação do impacto dessas estratégias depende das formas de utilização de seus recursos. De acordo com Toledo et al (1999, p. 66) “a apropriação da natureza constitui o primeiro ato do processo metabólico

¹¹ Os animadores são técnicos vinculados ao projeto Alto Camaquã, que tem como função articular as ações de mobilização com os pecuaristas, a fim de que o processo de consolidação da marca Alto Camaquã continue.

que a espécie humana estabelece com o universo natural e constitui o ato chave que permite distinguir o rural de outros universos”.

Champredonde e Borba (2015, p. 19) definem princípios e estratégias utilizados para o desenvolvimento territorial endógeno (DTE) do Alto Camaquã, conforme o quadro 2.

Quadro 2: Principais norteadores para o Desenvolvimento Endógeno do Alto Camaquã relacionado com as estratégias utilizadas

Princípios norteados para o DTE do Alto Camaquã	Estratégias utilizadas
Valorização do local	Perspectiva territorial do desenvolvimento
Diálogo de saberes com os atores locais	Pesquisa-ação participativa
Transição Agroecológica	Equipes inter/multidisciplinares
Soberania e Autonomia	Projetos multi-institucionais
Mercados como construção social	Ativos endógenos
Visão ecossociológica da realidade	Organização em Rede
Valorização da multifuncionalidade da pecuária	Animação da ação coletiva

Fonte: Adaptado de Champredonde e Borba (2015)

É preciso distinguir a valorização do local de localismo. A primeira faz alusão a (re)produção sociocultural, ao patrimônio imaterial e aos conhecimentos dos atores sociais de um local. Ao passo que o localismo é o apego, o pertencimento e a defesa do lugar onde estão as raízes históricas e culturais, as tradições, os hábitos e os costumes dos atores. Nesse sentido, a valorização do local como princípio do projeto de desenvolvimento do Alto Camaquã, é importante para que os pecuaristas (re)signifiquem, (re)valorizem, resgatem e (re)construam seus saberes tradicionais, reconhecendo a sua essencialidade na confecção de produtos diferenciados. A prática deste princípio é um norteador para o diálogo de saberes entre os atores locais.

As trocas de experiências e conhecimentos entre atores locais e não locais é uma ferramenta fundamental na construção e no resgate de saberes tradicionais, oportunizando a conservação dos recursos e a manutenção do *modus operandi* e do *modus vivendi* dos sujeitos que vivem e se (re)produzem no território do Alto Camaquã. Uma questão que merece ser tratada a luz das relações de poder, é a construção coletiva do conhecimento. O protagonismo do DTE precisa partir das demandas dos sujeitos e atores do território.

No que se refere aos princípios da Transição Agroecológica, a essencialidade está na transdisciplinaridade a que este tema requer. É preciso ter cuidado para que a ciência agroecológica, o movimento de resistência agroecológico e o modo de viver agroecológico não sejam apenas uma substituição de insumos no manejo dos sistemas agroprodutivos, a fim de gerar alimentos “saudáveis”. Faz-se necessário que as dimensões: ética, cultural, ambiental, social, econômica e política estejam presentes no diálogo com os pecuaristas e na construção de agroecossistemas agroecológicos. A materialidade dessas dimensões está assentada na construção coletiva dos conhecimentos; nas relações interpessoais e na construção, cumprimento e consolidação de acordos coletivos, enquanto aspecto ético. No respeito às manifestações culturais, as territorialidades, as identidades, ao sentimento de

pertencimento, a história agroambiental, as relações de poder e de reciprocidade no que compete aos aspectos cultural e social da ciência em questão. Na manutenção dos recursos e serviços ambientais através do respeito às dinâmicas ecossociológicas quando a referência é a dimensão ambiental. A construção de mercados de proximidade, onde as relações entre produtor e consumidor estão assentadas na identidade, na cultura, na reciprocidade, em redes de solidariedade e na contracorrente do modelo produtivista imposto pelo capitalismo de homogeneização agroalimentar. De acordo com Matte et al (2016) “perspectiva de valorização da origem dos alimentos consiste em um amplo e variado conjunto de dimensões e significados que condizem com um movimento de reconhecimento e valorização dos alimentos tradicionais.”

Por fim o posicionamento político no diálogo com os agricultores se dá a partir da consolidação da resistência frente à lógica homogeneizante, excludente e predatória do modo de vida e produção de alimentos inerente ao capitalismo. E, além disso, faz-se elementar a participação e ocupação dos agricultores, de forma soberana e autônoma, nos espaços de construção e deliberação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do meio rural.

A Soberania diz respeito ao poder de decisão dos atores, e a Autonomia determinará como, quando, porque e onde as decisões serão tomadas. No que se refere ao território do Alto Camaquã esse princípio reforça a necessidade do empoderamento e do protagonismo dos atores e sujeitos territoriais para que o projeto de DTE avance. Quando o foco da discussão é voltado para a produção de alimentos, o princípio da Soberania e Autonomia reitera a necessidade dos pecuaristas se posicionarem em relação à lógica do capitalismo. Pois para que haja soberania e protagonismo o “povo deve ter condições, recursos e apoio necessário para produzir seu próprio alimento” (STEDILE e CARVALHO, 2012, p.715) livre de agentes tóxicos, em quantidade suficiente a satisfazer suas necessidades e que respeite as culturas e as tradições alimentares de cada local. Desse modo, “valorizar a comida local também significa proteger e valorizar as especificidades daquele alimento e do seu modo de produção, reconhecendo e legitimando as contingências territoriais” (MATTE et al, 2016). Assim, a produção de cordeiro e demais alimentos artesanais no território devem ser estimulados, a fim de os pecuaristas acessem os mercados diferenciados, agregando valor aos produtos e tecendo uma rede sociotécnica mais densa e articulada, bem como tendo autonomia para tomar as decisões frente às questões mercadológicas. No entanto, é necessário respeitar o tempo e as tradições dos pecuaristas, que historicamente praticam pecuária de subsistência.

A compreensão do percurso que nasce na tradição territorial e se estende até a produção de produtos diferenciados, que carrega uma identidade, se afinando com as novas demandas de consumidores mais exigentes e assentadas nos princípios da sustentabilidade, é o cerne da construção social dos mercados e uma estratégia de mitigação das vulnerabilidades sociais presentes no território do Alto Camaquã, advindas com as dinâmicas mercantis do agronegócio. Segundo Matte et al (2016) “a emergência da realocização como protagonista na ressignificação da produção agroalimentar que associa e valoriza aspectos como o enraizamento social do lugar, relações de confiança e, sobretudo, a formação de cadeias curtas” é importante nas discussões sobre a qualidade e a procedência dos alimentos.

O princípio da visão ecossociológica se materializa na organização reticular dos atores e sujeitos do Alto Camaquã. Nesta perspectiva cada ator desempenha um papel na rede em prol da coletividade, quando um ator-rede deixa de desempenhar seu nicho ecológico há um comprometimento do agroecossistema. Quando um nicho ecológico fica vago é possível que outro ator desenvolva a função, podendo causar desequilíbrios ecossociológicos. Essa situação foi relatada em algumas entrevistas, quando os pecuaristas relataram a falta de animais para cumprir com as entregas. A consequência disso foi à perda de compradores, pois o espaço foi ocupado por outro entregador que podia honrar o compromisso. A consequência disso foi a perda de alguns mercados e a necessidade de fortalecimento da gestão social junto

aos pecuaristas. Por outro lado, o trabalho coletivo e o desenvolvimento resultaram no sinal distintivo (marca territorial) do Alto Camaquã, que dinamizou o acesso dos pecuaristas a novos mercados.

Por fim, o último princípio proposto por Champredonde e Borba (2015) é a valorização da multifuncionalidade da pecuária. “Ao se relacionar a noção de multifuncionalidade da agricultura à de território, ganha relevo a valorização das potencialidades de um território por seus habitantes na formulação de um ou mais projetos coletivos localizados” (CAZELLA et al, 2009, p. 63), de promoção do desenvolvimento que considere as capacidades e as liberdades dos atores territoriais.

De acordo com ZAPATA (2007, p. 29) a estratégias utilizadas nos processos DTE são eficazes somente se houver:

“A melhoria da qualidade de vida da população, maior participação nas estruturas de poder, autonomia e independência, compreensão do meio ambiente como ativo de desenvolvimento, igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, e a construção de novos paradigmas éticos, que apontem para modelos de desenvolvimento mais sustentáveis, que contribuam para a felicidade e a realização humana.”

Os pecuaristas familiares, entrevistados relataram um esvaziamento da região, tendo elencado como principais motivos: o envelhecimento da população rural, com constante migração dos jovens rurais para as cidades mais próximas que buscam novas oportunidades de trabalho e estudo. Reforçando essa visão, a questão da falta de sucessor para dar continuidade às atividades agropecuárias também foram relatadas nas entrevistas. Por outro lado, as famílias que permanecem na região reconhecem como importantes as ações que têm sido promovidas pela ReAC, no sentido da qualificação profissional e de valorização do *modus vivendi* dos atores locais, o que favorece os projetos coletivos do Alto Camaquã, notadamente de acesso a novos mercados.

4.5.4 O campesinato, as dinâmicas territoriais e o Alto Camaquã

Para o marxismo ortodoxo agrário o campesinato como organização socioeconômica foi eliminado da dinâmica agrícola, devido a sua incapacidade de incorporação do progresso técnico (GUZMÁN e MOLINA, 2013, p.50). No entanto, isso é uma inverdade quando avaliamos os sistemas produtivos do território do Alto Camaquã, uma vez que, os pecuaristas mantêm uma relação de pertencimento com a terra, que tanto é utilizada como meio de geração de recursos financeiros, através da exploração dos recursos naturais e da produção agropecuária, como, também, é o *locus* das suas (re)produções socioculturais.

O debate que está posto no cenário atual é que existem diferentes formas de relação com a terra e de expressões socioeconômicas e culturais, que qualificam diferentes formas camponesas, que podem ser explicadas:

“(…) por diferentes trajetórias evolutivas resultantes, por um lado, das estratégias adaptativas das unidades camponesas ao ambiente institucional e natural de cada país e, no interior deles, de cada região que lhes sirva de habitat – os territórios, de que são partes constitutivas – e, por outro lado, da configuração do ambiente institucional de uma perspectiva política, derivadas das relações estratégicas, mediadas pelo Estado, entre as demais classes e os camponeses.” (COSTA e CARVALHO, 2012, p. 114 e 115).

Para Ploeg (2013, p. 23) o processo de industrialização introduziu outras dinâmicas agrícolas nos sistemas locais e regionais. Nesse sentido, o autor utiliza o termo recampesinização para descrever os novos movimentos realizados pelo campesinato para

sobreviver às pressões e configurações impostas pelo sistema capitalista. A recampesinização promove um aumento quantitativo, ou seja, “a autonomia é aumentada ao mesmo tempo que a lógica que governa a organização e o desenvolvimento das atividades produtivas se distancia cada vez mais dos mercados”, pautados apenas numa lógica produtivista, onde a terra é apenas um meio de produção.

Segundo Toledo et al (1999, p. 72) o fator preponderante para o salto tecnológico de uma agricultura de base camponesa para uma outra de base agroindustrial se deu com a mudança na matriz energética, acarretando no aumento da exploração desordenada dos recursos naturais. Para os autores “este salto cualitativo en la manera de apropiarse las potencialidades de la naturaleza tuvo, por supuesto, consecuencias sociales, económicas, agrarias y finalmente ecológicas en los espacios rurales del planeta.”

A mudança de uma produção de base camponesa para outra de base agroindustrial está ligada ao contexto histórico de cada território, podendo ser uma mudança gradual ou imediata. Desta forma, Toledo et al (1999), tomando como base o contexto mexicano, criaram um conjunto de atributos para diferenciar “modos historicamente determinados de apropriação da natureza prevalentes no mundo contemporâneo”. No sentido de ilustrar o sentimento de pertencimento com a terra o Pecuarista 1 relata: “Eu nasci e me criei aqui na região. Daqui eu não penso em sair, só se me obrigarem. Claro que hoje em dia tem os filhos que estudam e temos que fazer um esforço por eles... Se eles quiserem ficar é bom, mas também têm que estudar”.

O sistema de ensino no território também é uma questão que merece atenção, pois verifica-se que a mesma não está alicerçada nos pressupostos da educação do campo, posto que os saberes, os costumes, as tradições, os laços e os vínculos, enfim o capital social dos pecuaristas não são valorizados nos diferentes processos pedagógicos utilizados pelas escolas locais. As crianças e jovens estudam em cidades vizinhas, onde os professores não se interessam pelas práticas culturais presentes nos territórios de origem dos estudantes, cujo deslocamento para as escolas é exaustivo, dificultando o processo de aprendizagem e estimulando a evasão escolar, conforme ilustra a fala do Pecuarista 3:

“Se vocês virem como saem as crianças da Beira do Camaquã com seis anos, dá pena. Elas pegam o ônibus as seis horas da manhã e gastam duas horas e meia para chegarem a escola. Elas começam as aulas as 8:30 ... chegam lá grampeados e só chegam atrasadas. E daí chegam, lavam as mãos, tomam café e ficam sentados até as 12:00h, onde há um intervalo de quarenta e cinco minutos. O lanche da tarde são as dezesseis e trinta e em seguida voltam para casa. Imagina essa rotina para uma criança? Quando chega ao 5º ano elas não querem mais ir à escola. A escola não tem uma quadra... Não tem onde fazer um lazer... Não tem pátio e também não dá pra sair pra rua. É giz e quadro.”

No sentido de mitigar a evasão escolar e valorizar os saberes locais, o Pecuarista 4 que também é professor, relata a importância de ter uma escola na região, uma escola dos agricultores. Descreve ainda que com o deslocamento para a cidade, os jovens assumem os seguintes comportamentos: (1) Abandonam a escola em função do desgaste causado pelo longo percurso entre suas casas e a escola, porém, por passarem a considerar o espaço urbano mais atrativo, inclusive no que se refere a oportunidades de trabalho, migram para as cidades; (2) vergonha de revelarem que são de áreas rurais, em virtude dos escárnios de colegas e professores e; (3) abandono de suas comunidades em virtude da falta de oportunidades de trabalho. Nesse caso, seria interessante que no território do Alto Camaquã tivesse uma Escola Família Agrícola (EFA).

As EFAs são escolas do campo que adotam a Pedagogia da Alternância como arcabouço teórico e metodológico, de forma a possibilitar que os estudantes alternem espaços

e tempos formativos entre a escola e o meio socioprofissional. Os pilares das EFAs são: a formação integral dos estudantes, habilitando-os para transformarem a realidade local; o associativismo, materializado na gestão participativa dos recursos entre escola e pais; a Pedagogia da Alternância, como promotora da troca de saberes entre educadores, educandos e comunidade e; o desenvolvimento endógeno, alicerçado na agroecologia, na autonomia e nas territorialidades. Um aspecto que merece destaque é que as EFAs são promotoras da Educação do Campo, ou seja, uma educação que valoriza as identidades camponesas e a resistência do trabalho camponês “e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência desse trabalho.” (CALDART, 2012, p. 258).

No entanto, não foi sempre assim, segundo o Pecuarista 6, haviam duas escolas na região, acerca de uns cinquenta anos atrás. Ele relatou que pela manhã manejava os animais da família e no período vespertino dedicava-se aos estudos. O Pecuarista 6 descreve a importância de passar seus conhecimentos para os filhos: “Eu falo com eles: tudo que vocês aprenderem não é perdido. Porque lá adiante vocês podem mudar de ideia e querer cursar uma faculdade, e terão que passar o conhecimento para alguém, podendo até dar uma aula prática.”

Um aspecto que merece destaque nas dinâmicas sociais do Alto Camaquã é a utilização do selo como marca distintiva do território. Segundo Dallabrida e Marchesan (2013, p. 211) a “Indicação de Procedência faz referência ao nome geográfico de um país, cidade, região ou território, que se tornou conhecida como centro de produção, fabricação ou extração de determinado produto ou prestação de serviço.” A experiência da utilização do selo nos produtos do Alto Camaquã revelou uma ótima estratégia de marketing para o escoamento da produção. De acordo com a Pecuarista 2, os clientes procuram os produtos a marca Alto Camaquã (Figura 13) por associarem qualidade a eles.

As entrevistas revelaram que os pecuaristas aprenderam a manejar as pastagens, a fim de garantir a rebrota e o desenvolvimento das forrageiras para continuidade da atividade. Os pecuaristas reconhecem a importância de “aliviar o campo” com a retirada dos animais. Destaca-se que este conhecimento foi incorporado pelos pecuaristas, porque participaram de capacitações, e compreenderam a importância do manejo sustentável, a partir do acompanhamento das Unidades Experimental Participativa (UEPAS), e da aplicação desses conhecimentos em suas unidades produtivas para a conservação dos campos nativos e manutenção das particularidades da pecuária local.

Ainda no que se refere à conservação dos campos nativos, há opiniões divergentes entre os pecuaristas entrevistados em relação a entrada da soja nos sistemas de produção. Uns avaliam como positiva, porque é uma fonte de renda extra, em terras que por vezes, estão sem produzir. Para outros, a inserção da soja em campos nativos é ruim devido o impacto ambiental negativo causado no ecossistema. O Pecuarista 4 revela outra preocupação: o arrendamento das terras para os sojicultores, o qual contribui para o êxodo rural e, conseqüente, o desabastecimento das áreas urbanas, como ilustrado na fala desse entrevistado: “como é que vocês vão comer lá na cidade se o homem do campo tá saindo?”.



Figura 13: Selo de identificação da marca Alto Camaquã.

Fonte: Arquivo pessoal

Essa dinâmica provoca o que Haesbaert (2012) denomina de desterritorialização. Esta pode ocorrer por dois processos distintos – embora ambos ligados a globalização. O território pode ser “engolido” pela globalização, à medida que os grupos hegemônicos impõem novas dinâmicas sociais, culturais, políticas e econômicas. Ou ainda, os grupos subordinados (os contra hegemônicos) são incorporados de forma superficial e precária ao processo de globalização, sendo, desta forma, “os excluídos” das novas dinâmicas.

Déborde (1997) explica os efeitos desterritorializadores/globalizadores do capitalismo:

“A produção capitalista unificou o espaço, que já não é limitado por sociedades externas. Essa unificação é ao mesmo tempo um processo extensivo e intensivo de banalização. A acumulação das mercadorias produzidas em série para o espaço abstrato do mercado, assim como deveria romper as barreiras regionais e legais e todas as restrições corporativas da Idade Média que mantinham a qualidade da produção artesanal, devia também dissolver a autonomia e a qualidade dos lugares.”

Enfim, o processo de desterritorialização está, necessariamente, vinculado ao conceito/noção de território. Nesse sentido, quando a referência é um território político, a desterritorialização está atrelada a ideia de dissolução das fronteiras estatais, ao passo que, na desconstrução do simbolismo cultural, a referência está ligada a desterritorialização de um território simbólico, responsável pela construção das identidades (HAESBAERT, 2012).

O que se pode concluir deste processo no território do Alto Camaquã é que os pecuaristas estão resistindo, mesmo que sutilmente, a introdução de tecnologias mais “modernas” no manejo das unidades produtivas. No entanto, deve-se refletir até quando esses atores permanecerão no território dada à carência de políticas públicas que valorizem seus saberes e que oportunizem acesso a mercados diferenciados da racionalidade capitalista, da máxima produtividade.

4.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O território do Alto Camaquã é marcado por uma beleza cênica profusa, pela manutenção da identidade sociocultural do campesinato e pela perpetuação entre gerações do manejo realizado nas unidades produtivas. No entanto, é preciso destacar que, em virtude da carência de políticas públicas que atendam as demandas de emprego, escolarização e lazer da população, tem ocorrido êxodo rural.

Para os pecuaristas familiares que resistem as condições de vida e permanência na Campanha Gaúcha, as longas distâncias a serem percorridas até as cidades mais próximas; o acesso a escolas e as condições precárias das estradas, são problemas a serem superados. E, no que se refere às dificuldades de comercialização dos produtos, dado a dificuldade de acesso, os mesmos tem encontrado na diferenciação dos produtos e na marca coletiva territorial, estratégias de superação dessas dificuldades.

Assim, no sentido, de mitigar a erosão sociocultural e o processo de desterritorialização do Alto Camaquã se faz necessária à construção de políticas públicas não para, mas com os atores e sujeitos que vivem e se reproduzem no território, considerando todo seu potencial endógeno, incluindo o estoque acumulado no processo organizativo dos mesmos.

Finalizando, entende-se que a manutenção das conquistas alcançadas pelos pecuaristas familiares ocorrerá face o fortalecimento da marca coletiva territorial, apoiada na participação dos mesmos nos espaços de discussões, como Conselhos Municipais alicerçada no fortalecimento de suas organizações, dentre as quais destacam-se a ARCO, a ReAC e a ADAC.

5 CAPÍTULO IV

POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ENDÓGENO EM AMBIENTES DE MONTANHA

5.1 RESUMO

O desenvolvimento territorial endógeno em ambientes de montanha está alicerçado nos princípios da Agroecologia, da Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional, na sustentabilidade dos agroecossistemas, na conservação dos recursos naturais e numa comercialização que vai de encontro à lógica capitalista, sendo esta intitulada Economia Solidária. Alicerçado nesses pressupostos o presente capítulo tem como objetivo discutir as diferenças e similaridades da comunidade Fazenda Rio Grande e do território do Alto Camaquã, apontando sugestões na promoção do desenvolvimento dessas duas regiões. A fim de aprofundar o debate foi realizada uma revisão de literatura sobre as principais políticas públicas destinadas a agricultura familiar. A análise dos estudos de caso revelou que as regiões precisam avançar na adoção da ciência agroecológica como base tecnológica, epistemológica e metodológica no manejo dos agroecossistemas, bem como é fundamental para nortear novos programas e projetos à construção de um grau de campesinidade voltado a realidade dos sistemas de produção brasileiros.

Palavras-chave: Agroecologia. Grau de campesinidade. Agricultura familiar

5.2 ABSTRACT

Endogenous regional development in mountain environments is founded on the principles of agroecology, Security and Food Sovereignty and Nutrition, the sustainability of agro-ecosystems, the conservation of natural resources and a trade that goes against the capitalist logic, which is entitled Solidarity Economy. Founded on these assumptions this chapter is to discuss the differences and similarities of Fazenda Rio Grande community and from Alto Camaquã the territory, pointing suggestions to promote the development of these two regions. In order to deepen the debate was carried out a literature review of the main public policies for family farming. The analysis of the case studies revealed that the regions need to advance the adoption of agro-ecological science and technology base, epistemological and methodological in the management of agro-ecosystems, and it is essential to guide new programs and projects to build a degree of campesinidade facing the reality of Brazilian production systems.

Keywords: Agroecology. Grade campesinidade. Family farming

5.3 INTRODUÇÃO

Compreende-se como desenvolvimento territorial endógeno em ambientes de montanha, o desenvolvimento capaz de: (1) valorizar o capital social dos atores e sujeitos; (2) promover redes de articulação entre esses atores, melhorando a qualidade de vida dos mesmos; (3) conservar os ecossistemas; e (4) manejar os agroecossistemas de forma sustentável, assegurando a disponibilidade dos recursos naturais para as próximas gerações, garantindo-lhes a (re)produção sociocultural, o que, ao mesmo tempo, está alicerçado nos pressupostos teóricos, metodológicos e epistemológicos da Agroecologia, da Segurança e Soberania Nutricional e Alimentar, e da Economia Solidária.

Diante disso, a fim de ampliar o debate sobre esses aspectos e aprofundar as discussões sobre as políticas públicas no âmbito da agricultura familiar, além dessa introdução, esse capítulo apresenta discussão sobre aspectos relacionados a políticas públicas para o desenvolvimento territorial endógeno em ambientes de montanha, com os tópicos: Políticas Públicas e Agroecologia; e Agricultura Familiar, Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural, isso com base na discussão acerca das realidades da comunidade Fazenda Rio Grande e do território do Alto Camaquã, apresentadas nos capítulos 2 e 3. O capítulo encerra então com as considerações finais.

5.4 POLÍTICAS PÚBLICAS

Segundo Teixeira (2002, p. 3) as políticas públicas “são diretrizes, princípios norteadores de ação do Poder Público; regras e procedimentos para as relações entre Poder Público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado.” Podem ser compreendidas de duas formas bastante distintas: (1) construídas com o povo, ou seja, os programas, os projetos e as ações que comporão a política são construídos com as bases, com a sociedade civil, com os movimentos populares, no sentido de atender suas demandas, o que se convencionou como políticas *bottom-up*; e (2) podem ser construídas para o povo, ou seja, estabelecidas de cima para baixo e denominadas como políticas *top-down*, satisfazendo as imposições dos agentes, que não necessariamente, atendem as necessidades do público a que se destina.

É sabido que a formulação e implantação de políticas públicas estão diretamente relacionadas às arenas de poder impostas pelas instituições e organizações. Nessa configuração as instituições constituem “as regras” do jogo, as normas, os valores e os códigos de conduta e comunicação. Ao passo que as organizações são as responsáveis por responder pelas transformações no âmbito institucional. “Os jogos de poderes e as negociações representam um aspecto essencial das dinâmicas organizacionais” (FLEXOR e LEITE, 2006, p. 12), no que se refere à implantação das políticas públicas. Para os autores quando as políticas são de caráter agrícola ou agrário outras características permeiam as arenas de poder:

“Um conjunto de negociações inter e intra-organizacionais. Os recursos alocados ao custeio da produção e a definição dos critérios necessários para sua distribuição são geralmente negociados entre diversos órgãos do governo, secretarias, etc. Além disso, existem diversas comissões e câmaras setoriais onde vários atores (parlamentares, associações de produtores, quadros da administração) negociam os contornos e os instrumentos das políticas agrícolas e agrárias.” (FLEXOR e LEITE, 2006, p. 13)

5.4.1 Agricultura familiar, políticas públicas e desenvolvimento rural

No Brasil a década de 1990 foi marcada por dois projetos contraditórios de desenvolvimento: o projeto neoliberal, vinculado ao agronegócio e ao Estado Mínimo e; o projeto democratizante, calcado na Reforma Agrária e em um novo modelo de desenvolvimento rural baseado na agricultura familiar. Também em 1990, a Agricultura Familiar foi reconhecida como categoria social e passou a substituir a categoria de pequenos produtores. Segundo Delgado (2009) essa substituição ocorreu pelos seguintes motivos:

“a perda da relevância política dos assalariados rurais; (2) a maior complexidade social e política dos pequenos agricultores; (3) a progressiva decepção com a modernização da agricultura e sua incapacidade de atender as demandas desses agricultores e; (4) a intensificação da reflexão intelectual e do debate sobre a permanência, o significado e a importância econômica e social da agricultura familiar para o desenvolvimento rural mais democrático e inclusivo.”

Para Wanderley (2003) é preciso avaliar as rupturas e continuidades referentes aos conceitos de agricultura familiar e campesinato. Este último pode ser avaliado por duas dimensões distintas e ao mesmo tempo complementares. De um lado é constituído como

civilização ou cultura, posto que tradicionalmente, o campesinato não é mundo a parte e isolado do restante da dinâmica social. “Pelo contrário, as sociedades camponesas se definem pelo fato de manterem com a chamada “sociedade englobante” laços de integração, dentre os quais são fundamentais os vínculos mercantis.” E de outro, é a forma de organização da produção camponesa, da qual a dinâmica é estabelecida pela família.

Refletindo sobre o conceito de campesinato questiona-se: o agricultor familiar é um “novo” ator social ou é o camponês vestido com conceituações “modernas?” A autora explica que os conhecimentos tradicionais, passados de pai para filho, foram desqualificados e desvalorizados com a modernização da agricultura. O camponês era o personagem que manejava plantas, animais e máquinas, incorporando suas experiências ao trabalho, mas essa conformação, não mais “combinava” com o novo comportamento da economia.

“O camponês tradicional propriamente não tem uma profissão; é o seu modo de vida que articula as múltiplas dimensões de suas atividades. A modernização o transforma num agricultor; uma profissão, sem dúvida, multidimensional, mas que pode ser aprendida nas escolas especializadas e com especialistas dos serviços de assistência técnica.” (WANDERLEY, 2003, p. 46).

A modernização da agricultura, nesse sentido, “transformou” o “camponês” em “agricultor”, porque “a presença do camponês correspondia a uma sociedade atrasada em contraposição ao mercado e a sociedades modernas” (WANDERLEY, 2003, p. 46). Na modernização “produtivista”, o conceito central utilizado para definir o modelo ideal de agricultor foi o do “agricultor profissional”, sendo impossível explicar a agricultura familiar de hoje a partir da reprodução do campesinato tradicional (WANDERLEY, 2000, p. 121).

Em 1996 foi criado o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que tinha por objetivo fortalecer as atividades produtivas e catalisadoras de recursos financeiros para os agricultores familiares. No início o Programa abarcava quatro linhas de crédito: financiamento da produção; financiamento da infraestrutura e serviços municipais; capacitação e profissionalização de agricultores familiares; e financiamento da pesquisa e extensão rural (DELGADO, 2009). Atualmente, o programa conta com outras linhas de crédito para atender as demandas das mulheres, dos jovens, das agroindústrias e da Agroecologia.

No ano de 1999 foi criado, pela medida provisória nº 1911-12 (e definido como decreto em 2010), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), tendo como um de seus objetivos: a promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e das regiões rurais (CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2000).

Nos anos 2000, oportunidades se abriram no âmbito de um projeto democratizante para o campo: (1) a mobilização da sociedade civil em torno da concepção e democracia participativa e da criação de espaços públicos de participação, estabelecendo outras arenas no cenário da época; (2) a política de redistribuição de renda como o ponto alto do projeto democratizante; (3) a consolidação de um aparato governamental destinado ao atendimento dos interesses dos agricultores familiares, talvez, a mais importante das conquistas, (4) e o reconhecimento de outro modelo agrícola diferente do agronegócio. Foi neste cenário de oportunidades criadas para alavancar o projeto democratizante, que foram feitas muitas tentativas para avançar na redefinição dos significados de rural e de desenvolvimento rural sustentável.

No entanto, o Governo não rompeu com o projeto neoliberal e os seguintes elementos estiveram presentes em sua gestão: (1) a manutenção do “ajustamento constrangido”; (2) o agronegócio continuou recebendo a maior parcela de recursos financeiros e definindo a agenda nas negociações internacionais de escoamento de *commodities*; (3) “o peso político do

agronegócio na economia, na política e no próprio governo, permitiu o crescimento da produção de transgênicos”; (4) o fraco apoio do Governo para a revitalização e avanço da Reforma Agrária; (5) e a continuidade do aumento da produção de *commodities* para exportação, acirrando o avanço do padrão de modernização da agricultura (DELGADO, 2009).

Após os anos 1990 as contradições entre os dois projetos de desenvolvimento rural não foi superado. De um lado, o enfoque setorial, visando o aumento da produção e da produtividade, utilizando para isso tecnologias modernas e que ao mesmo tempo são prejudiciais ao meio ambiente e degradante das relações sociais, sendo fomentada por empresários capitalizados do agronegócio. E, de outro, o enfoque territorial que “ênfatisa os aspectos sociais e ambientais do processo de desenvolvimento, de acordo com o que vem se denominando a sustentabilidade do desenvolvimento rural, que procura equilibrar a dimensão econômica, social e ambiental do desenvolvimento” (OLALDE, 2015). É importante salientar que um dos maiores obstáculos a um desenvolvimento rural mais incluyente e emancipador, é o peso político do agronegócio e do papel central que desempenha na estratégia de especialização na exportação de produtos agropecuários. Outro entrave é a utilização dos termos rural e o agrícola como sinônimos. Quando na verdade, o agrícola faz parte do rural, juntamente com as questões culturais, religiosas, étnicas, sociais, econômica e políticas.

A abordagem territorial do desenvolvimento rural elegeu a Agricultura Familiar como uma de suas bases em virtude de sua multifuncionalidade. “A noção de multifuncionalidade é tomada como um “novo olhar” sobre a agricultura familiar, que permite analisar a interação entre famílias rurais¹² e territórios, na dinâmica de reprodução social” (CAZELLA et al, 2009, p. 47). Ainda de acordo com os autores o enfoque da multifuncionalidade da agricultura familiar (MAF) pode ser analisado a partir de quatro eixos: (1) as famílias rurais, (2) o território, (3) a sociedade e, (4) as políticas públicas. A MAF apresenta as seguintes funções: (a) reprodução socioeconômica das famílias rurais; (b) “promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade; (c) manutenção do tecido social e cultural” e; (d) conservação dos recursos naturais e da paisagem rural (CAZELLA et al, 2009, p. 4).

“A política territorial pode ser uma oportunidade para tentar viabilizar a confluência dos objetivos do desenvolvimento, democratização e descentralização na implantação das políticas para o mundo rural, através da territorialização das políticas públicas, da governança e do desenvolvimento rural.” (DELGADO, 2009, p. 40)

Em face do contexto socioeconômico e político que se consolidou, em relação ao papel e importância da agricultura familiar para o Brasil, e do enfoque territorial para o desenvolvimento rural sustentável, as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural foram agrupadas em programas com ações diferenciadas e articuladas em três eixos temáticos: Agricultura familiar; Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável; e Reforma Agrária e Ordenamento Fundiário.

Os programas destinados a Agricultura Familiar são sistematizados na figura 14. Destarte, verifica-se que a agricultura familiar no país emergiu a partir da necessidade de diferenciação de um modo de produção distinto do utilizado pelo agronegócio. É nesse sentido que se consolidou como categoria sócio-política, contemplada por políticas públicas específicas, possibilitando retomar no cenário contemporâneo a ideia de camponês. No entanto, o que se observa é que a agricultura familiar pode se aproximar tanto do *modus operandi* do campesinato quanto do modelo empresarial. Sendo possível estabelecer várias

¹² Por família rural entende-se a unidade que se reproduz em regime de economia familiar e que desenvolve qualquer processo biológico sobre um pedaço de terra, “situada” num território com determinadas características socioeconômicas, culturais e ambientais (CAZELLA et al., 2009, p.48)

categorias em função do nível em que o processo modernizante se estabeleceu, ou seja, desde sistemas de produção familiares que se utilizam de grande aporte de insumos externos com objetivo de maximizar a produção até sistemas de produção familiares com forte uso de recursos locais com conservação dos aspectos socioculturais e ambientais.

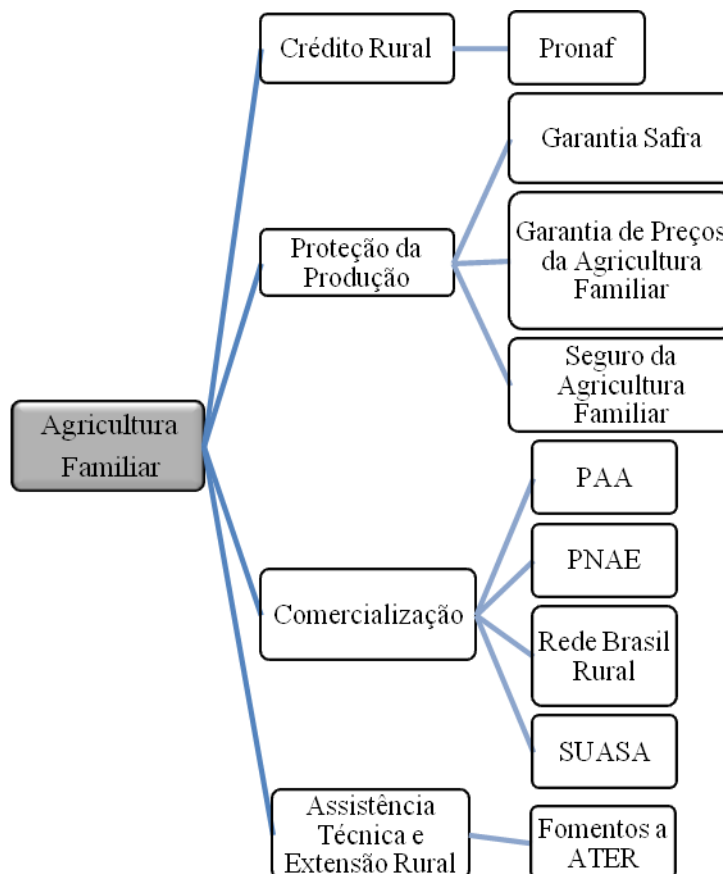


Figura 14: Temáticas abordadas nos Programas destinados a Agricultura Familiar
 Fonte: Elaborado pela autora com base Ministério do Planejamento (2016), Ministério do Desenvolvimento Agrário (2016) e Portal da Cidadania (2016)

Além dos programas supracitados, outros foram propostos, objetivando a promoção do desenvolvimento dos territórios rurais, conforme ilustra o quadro 3.

Quadro 3: Programas destinados a Agricultura Familiar e seus objetivos

Programas	Objetivos
Programa de Aceleração do Crescimento 2	Retomar e executar obras de infraestrutura, logística e geração de energia no Brasil.
Territórios da Cidadania	Garantir os direitos sociais das populações dos territórios e promover o desenvolvimento regional.
Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	Apoiar e fortalecer institucionalmente a gestão participativa dos atores locais.
Programa Nacional de documentação da trabalhadora rural	Valorizar o trabalho da mulher no meio rural.

Colegiados territoriais	Discutir e propor ações de promoção ao desenvolvimento territorial e; articular políticas públicas e definir as ações que devem compor o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável.
Agenda 21 Local	Promover o desenvolvimento dos territórios a partir da participação dos atores sociais locais.
Programa de Infraestrutura para Territórios Rurais	Viabilizar serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar, priorizando a articulação com outros programas e políticas públicas, no sentido de investir na implantação, na ampliação e na modernização da infraestrutura, ao fortalecimento da gestão social e das redes de cooperação, melhorando a qualidade de vida dos beneficiados.
Territórios digitais	Contribuir para o desenvolvimento rural sustentável, através do fortalecimento da agricultura familiar e do reconhecimento da demarcação das terras pertencentes a comunidades tradicionais.
Programa Nacional de Reforma Agrária	Retomar o crescimento econômico, a partir da distribuição de terras e promoção da Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional.
Terra Legal	Regularizar a titulação de propriedades públicas federais na região amazônica, a fim de garantir o acesso dos proprietários a políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento rural sustentável.
Programa Nacional de Crédito Fundiário	Reduzir a pobreza rural e melhorar a qualidade de vida das pessoas que residem nas áreas rurais, facilitando o acesso a terra por meio da compra.
Terra forte	Estimular e apoiar atividades socioeconômicas sustentáveis, que possam valorizar as territorialidades locais.
Arca das Letras	Incentivar a leitura nas comunidades rurais.
Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Campo	Fortalecer as capacidades produtivas e gerenciais dos agricultores e agricultoras familiares, jovens, povos e comunidades tradicionais, assalariados e assentados da reforma.
Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária	Ampliar os níveis de escolarização dos agricultores assentados da Reforma Agrária, estimulando, desenvolvendo e coordenando uma educação emancipatória, que utilize as metodologias adequadas à realidade dos assentados, no sentido de promover o desenvolvimento sustentável.
Paz no Campo	Promover assistência social, técnica e jurídica às famílias acampadas; prevenir tensão social e violência no campo; capacitar mediadores de conflitos sociais; apurar e solucionar denúncias de conflitos agrários e; mediar conflitos.
Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel	Estimular a produção e o consumo de combustíveis que não sejam à base de petróleo.
Organização Produtiva das	Viabilizar o acesso a políticas públicas para as

Mulheres Rurais	mulheres; fortalecer organizações produtivas das trabalhadoras rurais; promover autonomia econômica; estimular a organização feminina; estimular o desenvolvimento social e econômico municipal e; garantir o protagonismo feminino na economia rural.
Selo da Agricultura Familiar	Identificar os produtos da Agricultura Familiar e aumentar a produção e a qualidade dos produtos
Brasil Sem Miséria	Elevar a renda e as condições de bem estar da população e superar a pobreza extrema
Bolsa Família	Reduzir a pobreza; garantir os direitos sociais básicos e; superar a situação de vulnerabilidade econômica.
Bolsa Verde	Aumentar a renda da população rural; reduzir a pobreza extrema e; desenvolver atividades de uso sustentável dos recursos naturais.
Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais – P1MC	Ampliar o acesso à água das famílias que vivem em regiões áridas e construir uma nova relação homem-natureza
Programa Uma Terra e Duas Águas – P1+2	Fomentar de forma participativa o desenvolvimento rural no Semiárido; promover soberania e segurança alimentar e nutricional; gerar emprego e renda e; produzir alimentos.
Programa Água para Todos	Universalizar o acesso à água
Programa Luz para Todos	Universalizar o acesso à energia elétrica

Fonte: Elaborado a partir de Ministério do Planejamento (2016), Ministério do Desenvolvimento Agrário (2016) e Portal da Cidadania (2016).

De acordo com Teixeira (2002, p.3) o objetivo das políticas públicas é atender uma camada da sociedade que está à margem da sociedade, considerada em condições de vulnerabilidade. O autor analisa as políticas públicas de acordo com três modalidades: (1) no que se refere à intervenção, podendo ser estrutural, conjuntural ou emergencial; (2) quanto à abrangência dos benefícios, divididos em universais, segmentais ou fragmentados; e (3) quanto à interferência que podem causar na vida dos beneficiários ou no impacto promovido nas relações sociais, podendo ser distributivas, redistributivas e regulatórias. Flexor e Leite (2006, p. 13) incorporam mais um item na terceira modalidade proposta por Teixeira (2002), que são as políticas de caráter institucional, ligadas as arenas de poder e as negociações nas tomadas de decisão para implantação da política, definindo os grupos privilegiados e beneficiados por ela.

Os autores Flexor e Leite (2006) descrevem diferentes dimensões para a análise das políticas públicas, a saber: a dimensão histórica e institucional, que enfatiza as assimetrias das relações de poder; a dimensão processual, onde “a produção de políticas inicia-se com a identificação de um problema e a construção de uma agenda. Nesse sentido, a tomada de decisão não representa o ponto de partida das políticas públicas.” (FLEXOR e LEITE, 2006, p. 9); e a dimensão organizativa, que atribui aos gestores a formulação, implantação, controle e avaliação das políticas públicas.

É importante destacar que as políticas públicas não são exclusivamente ações fomentadas pelo Poder Público. Elas podem ser construídas, aplicadas, consolidadas e avaliadas por organizações não-governamentais, não vinculadas ao poderio do Estado e de

suas estruturas de controle social. Podendo adotar uma abordagem liberal ou social democrata, que se traduz “no estado de bem estar social” (TEIXEIRA, 2002, p. 13).

O autor supracitado descreve alguns aspectos que devem ser considerados na formulação de políticas públicas, tais como as identidades coletivas dos atores e sujeitos beneficiários, as plataformas políticas e as relações institucionais. Desse modo, as estratégias adotadas devem:

“considerar, ao mesmo tempo, as inovações tecnológicas e a reestruturação produtiva e os seus efeitos sobre o emprego e o agravamento das desigualdades sociais, buscando-se alternativas que redirecionem o emprego não apenas da forma compensatória que torna seus beneficiários meros objetos da assistência, mas que os tornem cidadãos ativos, contribuindo, através de novas formas de inserção social, para o desenvolvimento da sociedade.” (TEIXEIRA, 2002, p. 5).

Para Molina (2012, p.591) a política pública se dá pela ação do Estado, quando este assegura a população seus direitos, no entanto, a operacionalização destes ocorre de forma diferente em cada sociedade, porque “depende da compreensão que se tem do que é Estado”.

No que concerne, especificamente, aos programas, projetos e políticas públicas, destinados ao desenvolvimento rural, e em especial para o desenvolvimento territorial endógeno, é fundamental que estes estejam apoiados nos pressupostos teórico-metodológicos da Agroecologia, elegendo a agricultura de base camponesa como a beneficiária destas políticas. E desse modo, assegurar a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, em virtude da maneira como esta se relaciona com o capital ecológico e com a coletividade na gestão do território e seus outros capitais.

A forma com que os camponeses se relacionam com os recursos e serviços ambientais são diferentes, quando comparados a agricultura empresarial, cujo processo produtivo é artificializado, as pessoas são substituídas por máquinas promovendo um campo esvaziado e, por vezes, desterritorializado, comprometendo a (re)produção material e simbólica dos atores e sujeitos que vivem e trabalham no campo.

Nessa perspectiva utiliza-se o conceito de campo, como definido por Kolling (1999, p. 26), objetivando promover uma reflexão “sobre o atual sentido do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência desse trabalho.” Destaca-se que o trabalho é um diferencial entre o modo camponês e empresarial de praticar a agricultura.

“A produção agrícola representa, para os camponeses, um de seus principais campos de batalha” (PLOEG, 2008, p. 41). Assim, para o camponês o modo de praticar a agricultura está intimamente relacionado às dinâmicas ecossociológicas, entendendo essas como a confluência entre o agroecossistema e as relações sociais praticadas no território; e aos processos de (re)produção material e imaterial inerente às territorialidades e às identidades camponesas, melhorando, desta forma, a base de recursos e serviços ambientais. Para Ploeg (2008, p. 19) a agricultura camponesa se movimenta pela pluriatividade e, dessa forma, questiona-se: seria esse o segredo da resiliência do campesinato através do tempo?

Diante disso, quaisquer políticas públicas voltadas para o desenvolvimento agrário devem estar pautadas no campesinato e numa perspectiva de reciprocidade (PLOEG, 2008, p. 67) – que é uma característica do campesinato, mas que em muitos territórios se perderam, em virtude do processo de modernização da agricultura, que subjugou o capital cultural dos camponeses, desqualificando a endogenia.

“Do ponto de vista antropológico, o princípio da reciprocidade corresponde, portanto, a um ato reflexivo entre sujeitos, a uma relação intersubjetiva e não a uma simples permuta de bens ou de objetos, como pode ser no limite, o caso da troca” (SABOURIN, 2012, 55). Ou seja, o princípio da reciprocidade está ligado aos aspectos da solidariedade ou da troca mútua entre atores sociais, não sendo sinônimo de trocas mercantis.

Outro aspecto a ser considerado é a abordagem territorial como norteadora deste processo. Como destacam Delgado et al (2007, p. 6):

“As políticas territoriais foram estruturadas com o propósito de oferecerem soluções inovadoras, com respeito às políticas setoriais, frente aos novos ou antigos desafios da sociedade e da economia nacional, tais como a pobreza, a desigualdade regional ou, ainda, a emergência do desenvolvimento sustentável e a sua compatibilidade com o desenvolvimento econômico e social.”

Quando o desenvolvimento endógeno dos territórios rurais tem como referência os ambientes de montanha, as políticas públicas precisam estruturar-se em bases tecnológicas, epistêmicas e metodológicas, que considerem as particularidades desses ecossistemas, sugere-se, nesse caso, a adoção da ciência agroecológica.

Como visto anteriormente o PRONAF tem várias linhas de crédito para atender a públicos específicos, no entanto, não há uma que atenda aos agricultores montanheseiros. É sabido que há o PRONAF Agroecologia, o qual tem papel importante na viabilização de práticas agroecológicas junto aos sistemas de produção familiares, porém a criação de uma linha de crédito específica que atenda às necessidades dos povos das montanhas seria um avanço no fomento a conservação desses agroecossistemas.

Para Toledo et al (1999, p. 74) “nos espaços rurais os diversos níveis de “modernização” se expressam, como mosaicos com diferentes graus de campesinidade ou agroindustrialidade.” No sentido de classificar os sistemas produtivos dos agricultores mexicanos, de acordo, com suas características mais agroindustriais ou mais camponesas, Toledo et al (1999) criou uma metodologia, de caráter interdisciplinar e ecossociológica, que permite avaliar o grau de modernização local. Os aspectos avaliados na metodologia foram: (1) energia utilizada; (2) escala; (3) autossuficiência; (4) força de trabalho; (5) produção do trabalho; (6) produção ecológica; (7) Diversidade; (8) Conhecimento e; (9) Cosmovisão.

De acordo com Caporal e Lima (2015, p. 2) chamam a atenção que o meio rural é dinâmico e que o processo de modernização do campo (e da agricultura) não é homogêneo e “depende de cada contexto cultural local e, fundamentalmente, da forma como cada agricultor se apropria ou é apropriado do processo de modernização e da sua forma de apropriação e produção da natureza”.

5.4.2 Políticas públicas em agroecologia

A legislação brasileira reconhece como legais e legítimos diferentes mecanismos de avaliação da conformidade de sistemas de produção orgânica, a saber: Certificação por Auditoria, Sistemas Participativos de Garantia e Venda Direta com Garantia da Conformidade Orgânica via Controle Social de Organização de Agricultores. É importante destacar que as organizações sociais ligadas à agricultura familiar e agroecologia tiveram papel fundamental na promoção de uma legislação mais flexível no que concerne aos mecanismos de avaliação da conformidade da produção orgânica (SCHMITT e GRISA, 2013, p. 230).

A construção da identidade da Agricultura Familiar remonta a década de 1990 e demandou a elaboração de políticas públicas específicas e diferenciadas que atendesse essa parcela da população rural, o que levou a conquistas como “o direito previdenciário dos trabalhadores rurais e à criação de uma institucionalidade no governo federal voltada ao fortalecimento da agricultura familiar: o Ministério do Desenvolvimento Agrário” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, PNDRSS, 2014, p. 7).

No primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mais especificamente em 2003, a necessidade de construção de mercados institucionais para a Agricultura Familiar foi inserida como uma demanda das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável. “Os mercados institucionais mais recentes são orientados para a agricultura

familiar e sua relação com a construção da segurança alimentar e nutricional do país e com a temática da sustentabilidade” (SCHMITT e GRISA, 2013, p. 233).

É importante salientar que na trajetória de construção dessas políticas vários atores sociais estiveram envolvidos. De um modo geral, “esses atores partilhavam e partilham ideais mais progressistas em termos de atuação do Estado e de políticas públicas, preocupando-se com os temas da segurança alimentar, do abastecimento alimentar, do desenvolvimento rural sustentável e da agricultura camponesa e familiar, geralmente articulando-os” (SCHMITT e GRISA, 2013, p. 238).

O reconhecimento dos direitos dos agricultores familiares tem exigido ajustes em procedimentos e condições de acesso a diversas políticas públicas e programas de Governo. É nesse cenário que emergiram as discussões sobre a necessidade de mudança na matriz produtiva para atender aos princípios e conceitos da agroecologia, gerando a necessidade de reformulação das políticas em curso para o desenvolvimento rural do país. A Conferência Nacional de Ater, realizada em 2012, reiterou a necessidade da adoção da Agroecologia como base tecnológica e metodológica na promoção de uma assistência técnica de qualidade, que incorpore a sustentabilidade como eixo norteador. Assim, no sentido de atender as demandas sociais, o Governo Federal, após processo de debate com a sociedade civil e os movimentos sociais, estabeleceu o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), lançado na 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2014, p. 10).

O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) – Plano Brasil Agroecológico (2013-2015) estimulou os processos de transição agroecológica e produção de alimentos orgânicos e agroecológicos. O plano articulou, segundo o MDA (2014) “(...) dez ministérios em 125 iniciativas, distribuídas em 14 metas, organizadas a partir de quatro eixos estratégicos: Produção; Uso e Conservação de Recursos Naturais; Conhecimento; e Comercialização e Consumo.”

O Brasil Agroecológico (MDA, 2014) abarcou as seguintes diretrizes:

- ✓ Promover a soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável.
- ✓ Promover do uso sustentável dos recursos naturais.
- ✓ Promover a conservação e recomposição dos ecossistemas naturais, por meio de sistemas de produção agrícola e de extrativismo florestal baseados em recursos renováveis.
- ✓ Promover sistemas justos e sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que aperfeiçoem as funções econômica, social e ambiental da agricultura e do extrativismo florestal.
- ✓ Valorizar a agrobiodiversidade e os produtos da sociobiodiversidade e estímulo às experiências locais de uso e conservação dos recursos genéticos vegetais e animais, que envolvam o manejo de raças e variedades locais, tradicionais ou crioulas.
- ✓ Ampliar a participação da juventude rural na produção orgânica e de base agroecológica.
- ✓ Contribuir com a redução das desigualdades de gênero.

Duas instâncias foram definidas como responsáveis pela gestão e controle social da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica: Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica - no âmbito governamental, e Comissão Nacional de

Agroecologia e Produção Orgânica – composta pelo Governo e pela sociedade civil organizada, servindo com espaço de diálogo e levantamento das demandas.

A promoção de políticas públicas voltadas para a Agroecologia decorre do atual cenário mundial, configurado pela má distribuição e dificuldade de acesso a alimentos, bem como pela elevação dos custos de produção dos mesmos. Segundo o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS) (2014, p. 14), a elevação dos preços dos alimentos decorre de dois fatores: do esgotamento dos recursos naturais não renováveis, como o petróleo, fósforo e o potássio e; da degradação dos recursos naturais renováveis. Para Altieri (2012, p. 365) “o encarecimento dos alimentos se agrava ainda, pelo fato de as áreas agrícolas para a produção alimentícia está sendo destinada ao plantio para agrocombustíveis”.

A erosão genética, a extinção de sementes crioulas e a desvalorização dos conhecimentos populares são elementos que também figuram esse contexto. “Finalmente, o modelo de desenvolvimento agrícola dominante não só é um dos principais responsáveis pela emissão de gases do efeito estufa e, portanto, aceleração do aquecimento global, como também sofre as consequências desse processo” (PNDRSS, 2014, p. 15). Somado a isto, o grande capital financeiro destinado a produção de *commodities*, está diretamente ligado ao aumento dos preços e ao aumento da “demanda” por terras agricultáveis para o cultivo de cereais (destinados a produção de biocombustível). Os fertilizantes utilizados para a produção de grandes quantidades de *commodities* são à base de petróleo – um recurso não renovável, contribuindo ainda mais para a insustentabilidade desse sistema de produção.

“Todos os aspectos sinalizam a necessidade de se ampliar a produção de alimentos em quantidade, diversidade e qualidade, buscando ampliar as políticas em curso que se dirigem para a construção de um modelo de produção sustentável, saudável e menos dependente, que garanta abastecimento seguro e estável, reduzindo a volatilidade dos preços. Esse modelo vem sendo apontado por várias entidades multilaterais como sendo a agroecologia aplicada pela agricultura familiar.” (PNDRSS, 2014, p. 16).

Assim, no sentido de mitigar os efeitos deletérios da agricultura convencional no meio ambiente, facilitar o acesso a alimentos de qualidade e em quantidades que atendam as demandas nutricionais humanas, promover a distribuição de alimentos de forma equitativa, valorizar o capital territorial dos povos do campo e das florestas, reconhecer o papel da mulher no cenário agrícola e agrário do país e, garantir o desenvolvimento rural sustentável, não é possível pensar em outra forma de agricultura, que não seja a de base ecológica praticada pela agricultura familiar.

No processo de reconfiguração dos territórios rurais a agroecologia e a produção orgânica têm se destacado como nichos de mercados, na cadeia de comercialização de produtos mais saudáveis, que favorecem categorias sociais em situação de vulnerabilidade e insegurança alimentar e nutricional. No sentido de inserir os produtos da agricultura familiar no circuito de comercialização dos mercados institucionais, o Governo Federal criou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a Rede Brasil Rural e o Programa de Infraestrutura para Territórios Rurais (PROINF). A valorização dos mercados institucionais “reflete o reposicionamento do Estado em face das políticas de abastecimento e segurança alimentar e nutricional, ratificando não apenas a importância da agricultura familiar, mas a imprescindibilidade de políticas que articulem produção e consumo de alimentos” (NIERDELE e ALMEIDA, 2013, p. 48-49).

5.4.3 Discutindo as realidades da comunidade Fazenda Rio Grande e do Alto Camaquã

Na comunidade Fazenda Rio Grande os agricultores são mais capitalizados, estão mais próximos das lojas de produtos agropecuários e do mercado consumidor, as unidades de produção variam de 1 a 10 módulos fiscais e a agricultura está mais próxima de uma agricultura norteadada por um modo de produção industrial. A relação dos agricultores com a terra assume um caráter produtivista, o que tem causado um processo de erosão sociocultural. A estrutura de reciprocidade está alicerçada numa estratégia centralizada, que corresponde à definição de Polany (1957), de uma “redistribuição a partir de um centro de poder que capta e redistribui os recursos” (SABOURIN, 2012, p. 57).

Na comunidade em questão os redistribuidores dos recursos estão personificados nos presidentes das associações de Serra Nova, Serra Velha e Rio Grande. Sendo, a presidente desta última, uma importante figura na captação de recursos e na articulação de parcerias.

A partir de 2012 alguns agricultores incorporaram ao manejo dos agroecossistemas a utilização da adubação verde, com aveia preta (*Avena strigosa*), em virtude dos danos causados pelos temporais de 2011. No entanto, a utilização de agroquímicos, o desmatamento, os plantios sem a utilização de curvas de nível, e a irrigação sem base nos turnos de rega demandado pelas diferentes culturas, promovendo desperdício de água, são alguns dos fatores que potencializam as fragilidades dos ambientes de montanha locais.

Por outro lado, as entrevistas realizadas com os agropecuaristas do Alto Camaquã comungam com a reflexão de Ploeg (2008, p. 143) de que: “na agricultura camponesa, o futuro é constituído através de um desenvolvimento específico dos recursos disponíveis que foram criados no passado. Desta forma é criado um fluxo através do tempo que constitui um desenvolvimento endógeno”.

A reciprocidade generalizada definida por Sabourin (2012, p. 57) como “relações múltiplas e abertas entre todos” rege as estruturas de reciprocidade do território do Alto Camaquã. Acredita-se que, em virtude, da metodologia adotada no processo de mobilização dos atores locais, isso tenha ocorrido ao longo do processo de construção do Projeto Alto Camaquã. Isso na medida em que os técnicos envolvidos mobilizaram as pessoas utilizando uma linguagem clara e objetiva, a fim de facilitar a compreensão dos pecuaristas, e a cada reunião novos pecuaristas foram incorporados a fim de conhecer a proposta de manejo dos agroecossistemas e de conservação dos recursos locais e, ainda, as visitas foram realizadas em várias unidades de produção para que os participantes trocassem experiências de suas realidades.

Ao passo que na comunidade Fazenda Rio Grande a mobilização e formação da rede sociotécnica ocorreu, a partir da articulação de grupos de agricultores, mobilizados pelos presidentes das associações, com o apoio da Emater-Rio, através dos recursos financeiros do Rio Rural¹³, da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Nova Friburgo, que fomentou a logística, e da Embrapa Agrobiologia com as bases técnicas. Assim, iniciou-se na comunidade processo de adaptação tecnológica, a fim de restaurar os agroecossistemas danificados pela catástrofe agroclimática ocorrida em 2011. Destaca-se que o incidente ocorrido em 2011 estimulou uma articulação mais forte entre os atores locais, a fim de reverter os danos causados aos sistemas de produção.

Uma das estratégias utilizadas para revitalização do solo foi à introdução do cultivo da aveia preta ao manejo. Assim, no sentido de fomentar a utilização desse adubo verde, o escritório local da Emater-Rio, estabeleceu junto aos agricultores, que o acesso aos recursos do Programa Rio Rural Emergencial¹⁴ deveria ocorrer vinculado a inserção do uso da aveia

¹³ Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas, o mesmo tem como objetivo melhorar a qualidade de vida da população rural (2016)

¹⁴ O Programa Rio Rural Emergencial, foi estabelecido a partir de recursos suplementares do Banco Mundial para o Programa Rio Rural repor perdas materiais dos agricultores da Região Serrana Fluminense decorrentes da catástrofe climática ocorrida em janeiro de 2011.

preta em seus sistemas de produção. Destarte, na localidade de Serra Velha, principalmente devido aos laços fortes¹⁵ dos agricultores na localidade, a adubação verde com aveia preta foi incorporada por um maior número de agricultores, em face da rápida adoção da prática por uma liderança local. Para Granovetter (1973) o capital social está assentado nas relações sociais e, estas são constituídas de laços fracos e laços fortes. Os laços fortes estão presentes, por exemplo, nas relações familiares. Isto, explica a incorporação de um manejo diferenciado do solo e dos cultivos, na comunidade supracitada. No entanto, é fundamental destacar a importância dos laços fracos na construção de redes sociotécnicas, pois, são esses laços, que permitem que novas ideias e estratégias dinamizem as redes.

As particularidades entre as localidades estudadas são grandes, a começar pelo tamanho das propriedades, mas isso é justificável pelo tipo de atividade desenvolvida, pois em Nova Friburgo as unidades produtivas estão vinculadas a produção e comercialização de hortaliças, enquanto que no território do Alto Camaquã, a grande extensão das unidades de produção está atrelada a criação de ovinos e bovinos, que necessitam de áreas maiores para o pastoreio. É importante salientar que muitas unidades de produção do território do Alto Camaquã estão situadas em áreas com muitos afloramentos rochosos, dificultando ou mesmo inviabilizando o desenvolvimento das forrageiras, demandando mais áreas por unidade produtiva para assegurar o adequado suporte animal das pastagens.

Outra particularidade está no acesso a lojas de produtos agropecuários e assistência técnica. O território do Alto Camaquã apresenta área maior com baixa densidade demográfica e econômica, determinando o distanciamento físico dos agricultores dos estabelecimentos comerciais, obrigando os agricultores a criarem estratégias de manejo dos agroecossistemas com recursos disponíveis em suas unidades de produção ou nas proximidades. Por outro lado, a comunidade Fazenda Rio Grande apresenta área menor com alta densidade demográfica e econômica, além de estar junto a importante eixo rodoviário (RJ-130) que interliga as cidades de Nova Friburgo e Teresópolis, onde inclusive está localizado o entreposto da CEASA-RJ da Região Serrana Fluminense com diversas lojas de produtos agropecuários, que oferecem assistência técnica associada à venda de agroquímicos.

Se por um lado o território do Alto Camaquã se aproxima de uma agricultura de base camponesa, cuja relação de pertencimento com a terra é grande, fazendo dela, ao mesmo tempo, o meio de produção e o *locus* da reprodução social; por outro, na comunidade Fazenda Rio Grande a relação com a terra assume um caráter mais produtivista.

Uma questão, que merece ser refletida a luz da Teoria dos Laços de Granovetter (1973) é o processo de desenvolvimento endógeno da comunidade Fazenda Rio Grande e do Território do Alto Camaquã. Se por um lado na Fazenda Rio Grande a rede não avançou além dos aspectos técnicos, dado ao forte caráter agroindustrial dos sistemas de produção locais, determinando uma racionalidade intimamente relacionada à economia capitalista; e a presença de laços fortes (principalmente nas localidades de Serra Nova e Serra Velha), por outro lado no território do Alto Camaquã esse processo se deu de forma mais dinâmica. Ou seja, a rede sociotécnica se consolidou em virtude dos laços fracos, que oportunizaram o compartilhamento de experiências, o fortalecimento da coletividade e a valorização dos atributos endógenos. Salienta-se que no território supracitado as dinâmicas que imperam estão voltadas para uma economia familiar.

Os territórios do Alto Camaquã e da Fazenda Rio Grande avaliados a partir dos estudos de Ploeg (2008, p. 142) revelam que o primeiro está baseado numa “economia de escopo”, ou seja, uma racionalidade econômica ligada a multifuncionalidade da agricultura – agroturismo, gestão agrária da natureza, da paisagem e da biodiversidade, produção de energia limpa, por exemplo, e a um novo capital cultural. Ao passo que o segundo, está mais

¹⁵ Referente a Teoria dos Laços proposta por Granovetter (1973).

voltado para especialização da produção (e da mão de obra) e para a repetição da rotina, características de uma “economia de escala”.

As duas localidades, no entanto também apresentam semelhanças, dentre as quais destacam-se: (1) a beleza cênica, oportunizando o desenvolvimento de três modalidades de turismo – rural, ecológico e de aventura; (2) os atores apresentam relação de pertencimento com a terra, isso embora na Fazenda Rio Grande o vínculo seja mais produtivista e no Alto Camaquã esteja mais ligado aos aspectos da re(produção) sociocultural; (3) os agricultores são familiares, favorecendo a difusão de manejos mais conservacionistas; e (4) apresentam potencial para o exercício da Economia Solidária², onde os saberes tradicionais, a proximidade do consumidor, a valorização do território e das territorialidades, e o acesso a mercados que estão na contracorrente do paradigma capitalista são os balizadores.

Finalmente, entende-se que a incorporação da Agroecologia nos territórios estudados é fundamental para a conservação dos seus ambientes de montanha, mitigação da erosão sociocultural e manutenção da Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional, tanto das populações que vivem nesses espaços, como dos cidadãos que dependem dos produtos alimentares e não alimentares oriundos de seus sistemas de produção.

² É importante destacar que a Economia Solidária surge como uma reação aos efeitos deletérios da lógica mercantil imposta pelo Capitalismo e, visa estabelecer relações mais solidárias, justas e ecológicas, a fim de empoderar as pessoas que estão à margem dessa lógica.

5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade Fazenda Rio Grande e o território do Alto Camaquã precisam avançar na adoção da Agroecologia como base tecnológica e metodológica da condução de seus sistemas de produção. Isso para assegurar a sustentabilidade dos mesmos, e assim assegurar que os ambientes de montanha onde estão inseridos possam manter o fornecimento de seus serviços ambientais, notadamente através de seus recursos hídricos.

A conservação dos recursos naturais pode oportunizar aos agricultores situados em ambientes de montanha, a geração de renda a partir do recebimento de recursos financeiros articulados a partir de políticas públicas, como o pagamento por serviços ambientais. Outros aspectos como a valorização dos saberes populares, o reconhecimento do papel das mulheres nas dinâmicas territoriais, a Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional; e a valorização e manutenção da história agroambiental, alicerçam a importância da ciência agroecológica para estas áreas.

O ser humano tem interferido nos rumos da evolução ecológica, à medida que utiliza desordenadamente os recursos ambientais levando-os a exaustão ou extinção, influência nos processos ecossistêmicos, matando várias espécies animais e vegetais, comprometendo os serviços ecológicos. Isso que tem ocorrido tanto no Alto Camaquã com a inserção de monoculturas para a exportação, quanto na Fazenda Rio Grande com o uso intensivo de agrotóxicos e adubos sintéticos. A racionalidade capitalista tem acabado com comunidades tradicionais, conhecimentos populares e espécies animais e vegetais, pois são vistos como entraves ao crescimento econômico.

Destarte, é necessário que a Agroecologia seja norteadora de ações que visem melhorar a qualidade de vida dos agricultores, posto que não é possível o desenvolvimento sem considerar as dimensões ambiental, econômica, social, política, cultural e ética, que fazem parte das dinâmicas territoriais. Por isso, o *modus vivendi* e o *modus operandi* da agricultura camponesa representam as potencialidades do projeto de desenvolvimento que se propõe.

Por outro lado, a participação e o envolvimento dos atores locais é uma fragilidade ao longo do processo de DTE. A disponibilidade de capital humano e financeiro, por vezes, dificulta a consolidação do trabalho reticular, quando se trata das instituições públicas providas de recursos financeiros limitados, como é o caso, por exemplo da Emater-Rio, Emater-RS e da Embrapa. A escassez de mão de obra para ajudar no manejo do agroecossistema; a inexperiência em situações exitosas e o acúmulo de funções, são situações que podem dificultar a participação dos agricultores em encontros com parceiros. Ou seja, aspectos referentes ao capital humano, intelectual e financeiro são limitantes no processo de desenvolvimento territorial nas comunidades estudadas.

Outro aspecto importante, que precisa ser analisado sobre o viés das relações de poder é a pressão do agronegócio (expressão máxima do capitalismo no campo) para desterritorializar a agricultura familiar.

No território do Alto Camaquã os pecuaristas resistem à inserção de monocultivos nos campos nativos. No entanto, mesmo reconhecendo a importância da conservação do Bioma Pampa, alguns pecuaristas sucumbiram aos interesses do Capital, e migraram para cidades vizinhas ou arrendaram suas propriedades, algo que tende a ser consequência da ausência de

políticas públicas mantenedoras da qualidade de vida e promotoras da permanência dos camponeses em seus territórios.

Na comunidade Fazenda Rio Grande os agricultores abandonaram manejos tradicionais, como a utilização do arado de boi para lavrar a terra e o cultivo de milho branco para produção da “broa de planta”, e estão inseridos numa lógica globalizante de maximização da produção e homogeneização dos manejos agro culturais.

Diante disso, o fomento a políticas públicas voltadas para uma agricultura de montanha é fundamental na promoção sustentabilidade socioambiental dos territórios montanhese s. A conservação da paisagem, a “produção de água”, as particularidades inerentes aos modos de produção camponeses, e a redução da erosão genética, são fatores que devem ser considerados na formulação e implantação de estratégias de desenvolvimento territorial endógeno em ambientes de montanha.

6 CONCLUSÕES GERAIS

Os saberes tradicionais, o vínculo com a terra, o respeito às dinâmicas ambientais, a (re)produção cultural e as territorialidades são aspectos fundamentais relacionados a produção agropecuária em ambientes de montanha, que são indispensáveis ao fortalecimento dos territórios camponeses nesses locais. Destaca-se que a valorização do capital territorial é uma estratégia para potencializar a endogenia no sentido da promoção de um desenvolvimento territorial em ambientes de montanha assentado nas características socioculturais dos atores e sujeitos que vivem e se (re)produzem nesse território.

Diante disso, as dinâmicas territoriais e as relações estabelecidas com a terra, enquanto *locus* da produção material e imaterial da cultura, por parte dos agropecuaristas familiares do Alto Camaquã se aproximam de uma agricultura de base camponesa. Ou seja, de uma agricultura mais sustentável, que valoriza os recursos e os saberes das pessoas que vivem e se (re)produzem no território.

Por outro lado, as entrevistas e a convivência com os agricultores familiares da Fazenda Rio Grande, revelaram que estes têm sofrido ao longo dos anos um processo de erosão cultural. É importante salientar, que a relação desses agricultores com a terra assume um caráter mais produtivista, onde a mesma é o *locus* da geração de renda. No entanto, estratégias adotadas por extensionistas e pesquisadores, com o incentivo a formação de redes sociotécnicas, a valorização dos recursos e serviços ecossociológicos das montanhas, a adoção de um manejo mais conservacionista e o incentivo a processos organizativos, podem contribuir para fomentar o Desenvolvimento Territorial Endógeno na comunidade Fazenda Rio Grande.

As intervenções da pesquisa e da extensão agropecuária em ambientes de montanha devem embasar-se nos pressupostos teóricos e metodológicos da Agroecologia, da Economia Solidária, na dialogicidade e em processos organizativos que caminhem no sentido contrário à racionalidade capitalista, que exclui e desqualifica o capital socioterritorial dos camponeses. Somente dessa forma será possível a promoção de um Desenvolvimento Territorial Endógeno que atenda as particularidades inerentes aos agroecossistemas montanheseis.

Assim, sugere-se que as políticas públicas para a agricultura familiar sejam construídas coletivamente com a participação dos agricultores, assumindo um caráter *bottom-up*, bem como se promova o incentivo à adoção da Agroecologia como base técnica e metodológica no manejo dos agroecossistemas e no fomento ao resgate da base camponesa de produção, onde a relação homem-natureza extrapola a materialidade produtivista.

Propõe-se que as ações realizadas na promoção do desenvolvimento territorial endógeno não sejam em etapas, como um passo a passo a ser seguido, porque no dia a dia das comunidades e nas relações entre os atores as questões são transdisciplinares, envolvendo aspectos do manejo, da cultura, dos recursos locais, dos campos de poder, dentre outros. Outra proposição é que o “modelo” de desenvolvimento siga as necessidades e interesses dos territórios e de seus atores. Porque, da forma como estão se desdobrando, esses processos são verticalizados e atendem a uma demanda das entidades de pesquisa e extensão rural, que tendem a criar estratégias para desenvolver um território sem considerar os reais anseios e desejos dos atores locais. A hipótese: o estabelecimento de uma cultura territorial junto aos agricultores familiares em ambientes de montanha fortalece o desenvolvimento rural sustentável com base na Agroecologia como decorrência do protagonismo destes no processo,

se confirma para a realidade encontrada no território do Alto Camaquã e negada quando aplicada a comunidade Fazenda Rio Grande.

Em se tratando do território gaúcho os pecuaristas familiares estão num movimento contra-hegemônico de resistência à racionalidade capitalista, mantendo o sabor diferenciado da carne de cordeiro; respeitando as dinâmicas ecossociológicas do bioma Pampa e fortalecendo, ao longo do tempo, os laços de pertencimento com a terra. São praticantes de uma agricultura mais sustentável do ponto de vista ambiental, aspecto decorrente do isolamento em relação aos centros comerciais, que obrigaram os pecuaristas a utilizarem recursos locais. A externalidade positiva deste processo é a independência frente aos mercados de agroquímicos e a externalidade negativa está na vulnerabilidade social desses atores, que estão à margem de políticas públicas promotoras do bem-estar.

No caso da comunidade fluminense em virtude do processo de erosão cultural e a adoção de um manejo deletério das dinâmicas ecossistêmicas, potencializando as fragilidades dos ambientes de montanha são fatores que contribuem para a negação da hipótese. A proximidade das lojas de produtos agropecuários e a assistência técnica oferecida por estas, trouxe como externalidade negativa a utilização exacerbada de adubos sintéticos e defensivos agrícolas.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: ORTEGA, A. C. FILHO, N.A. (org.). Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária. Alínea editora. Campinas, 2007

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE JUNDIAÍ E REGIÃO. O Desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.adej.org.br/desenvolvimento.asp>> Acesso em: out/2015

AGENDA 21 DE NOVA FRIBURGO. Disponível em: <<http://agenda21comperj.com.br/sites/locallost/Nova%20Friburgo.pdf>> Acesso em: 01/2016

ALBUQUERQUE, G. C. A. de.; SOUSA, T. A dimensão intangível do desenvolvimento: o capital institucional e sua operacionalização. Disponível em: <<http://www.congressods.com.br/quarto/index.php/trabalhos-aceites/gt-06-indicadores-de/171-anais/gt-06/474-a-dimensao-intangivel-do-desenvolvimento-o-capital-institucional-e-sua-operacionalizacao>> Acesso em: 01/2017

ALMEIDA, J. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 499-520, 2003.

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3 ed. ver. ampl. – São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA 2012. 400p.

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. Mudanças climáticas e agricultura camponesa: impactos e respostas adaptativas. **Revista Agriculturas**. V.6 – n°1. Abril, 2009.

_____. Um método agroecológico rápido para la evaluación de la sostenibilidad de cafetales. **Manejo Integrado de Plagas y Agroecología**. Costa Rica, v. 64, p. 17-24, 2002.

ALVES, A. F.; GUIVANT, J. S.. O que há além do endógeno e exógeno nas pesquisas sobre desenvolvimento rural? In: **Geografia Agrária, Território e Desenvolvimento**. SAQUET, M. S e SANTOS, R. A. (organizadores). 1° ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ALVES, F. D.; SILVEIRA, V. C. P.; FERREIRA, E. R. Territorialização camponesa, identidade e reproduções sociais: os assentamentos rurais na metade sul do Rio Grande do Sul. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 2, n. 4, p. 82-97, ago. 2007.

AMBROSINI, L. B.; GIRAUD, Georges; FILIPPI, Eduardo E. Indicação de origem “Montanha” e “Ancrage” territorial – caso dos produtos alimentares de montanha na França. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/688.pdf>> Acesso em: set/2015

ANJOS, F. S. dos; CALDAS, N. V.; SILVA, F. N. da; POLLNOW, G. E. Sobre ‘efígies’ e ‘esfinges’: Indicações Geográficas, Capital Social e Desenvolvimento Territorial. In: **Território, identidade territorial e desenvolvimento regional: reflexões sobre Indicação**

Geográfica e novas possibilidades de desenvolvimento com base em ativos com especificidade territorial. São Paulo, SP: LiberArt, 2013.

ASSIS, R. L. de.; AQUINO, A. M.; GUERRA, J. G. M.; MADEIRA, N.; TEIXEIRA, O.; SILVA, M.; RISSO, I. A. M. Experiências e estratégias na inserção da adubação verde em sistemas de cultivo de hortaliças na região serrana fluminense. Circular Técnica 32: Embrapa Agrobiologia. Seropédica, 2012.

AZEVEDO, E. O. de. Desafios e Perspectivas da Agroecologia. In: Princípios e Perspectivas da Agroecologia. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, 2011. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2012/03/CAPORAL-FranciscoRobertoAZEVEDO-Edisio-Oliveira-de-Princ%C3%ADpios-e-Perspectivas-da-Agroecologia.pdf>> Acesso em: set/2015

BONNAL, P.; MALUF, R. S. (2007). Do uso das noções de multifuncionalidade e território nas políticas agrícolas e rurais no Brasil. In: Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasil rural em debate: coletânea de artigos/ coord. de Nelson Giordano Delgado. Brasília: CONDRAF/MDA, 2010. 363 p. 21 cm

BORBA, M. F. S.; GOMES, J. C. C.; TRUJILLO, R. G. Zonas de Agricultura Marginal: perspectivas para “outro” desenvolvimento rural e suas implicações. In: Localizando o desenvolvimento: o local e a tradição na busca da sustentabilidade. BORBA, M. F. S. e GOMES, J. C. C. (org) / Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2003. 148p

BRASIL. Decreto nº 7.794 de 20 de Agosto de 2012.

BRASIL. Lei 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Presidência da República. Casal Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm> Acesso em: 04/2016

BRASIL. Medida Provisória nº 1.911-12 de 25 de Novembro de 1999.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitmda/sites/sitemda/files/anexos/PNSRSS%2014.pdf>> Acesso em: 02/2016

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa de Aquisição de Alimentos. Disponível em: <<http://brasil.gov.br/centrais-de-conteudo/imagens/mds/programa-de-aquisicao-de-alimentos>> Acesso: 04/2016

BRASIL. Portal da Cidadania. Territórios Digitais. Disponível em:<http://portal.mda.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosdigitais/one-community?page_num=0> Acesso em:06/2016

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Marco referencial de apoio ao desenvolvimento de territórios rurais. Brasília: SDT/MDA, 2005

BRITO, A. G. As montanhas e suas representações através dos tempos: buscando significados. 2008. 110f. Dissertação. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Curitiba, 2008.

CALDART, R. S. Educação do Campo. In: **Dicionário de Educação do Campo**. CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: Princípios e Perspectivas da Agroecologia. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, 2011. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2012/03/CAPORAL-Francisco-Roberto->> Acesso em: 09/2015

CAPORAL, F. R.; LIMA, I. de S. Considerações sobre o campesinato no século XXI: graus de campesinidade e agroindustrialidade na comunidade de Sítio Palmeiras, Chã Grande – Pernambuco. **Revista Extensão Rural**, DEAER _CCR _UFSM, Santa Catarina, v. 22, n.2, abr/jun, 2015.

CARVALHO, H. M. de; COSTA, F. A. Agricultura Camponesa. In: **Dicionário de Educação do Campo**. CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. Olhares disciplinares sobre território e desenvolvimento territorial. In: CAZELLA, Ademir. A.; BONNAL, Philippe.; MALUF, R. S. (organizadores). **Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X. 2009.

CHAMPREDONDE, M.; BORBA, M. F. S. **Diferenciar Productos locales contribuyendo al desarrollo territorial**. 64 p. Montevideo: IICA, 2015.

COSTA, F. de A.; CARVALHO, H. M. de. Campesinato. In: **Dicionário de Educação do Campo**. CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CÔRREA, M. J. B. **O cotidiano de Nova Friburgo no final do século XIX: práticas e representação social**. Rio de Janeiro: Educam, 2010, 504p. 2º edição.

DALLABRIDA, V. R. **Território, identidade territorial e desenvolvimento regional: reflexões sobre Indicação Geográfica e novas possibilidades de desenvolvimento com base em ativos com especificidade territorial**. São Paulo, SP: LiberArt, 2013.

DALLABRIDA, V. R.; FERNÁNDEZ, V. R. **Desenvolvimento Territorial: possibilidades e desafios, considerando a realidade de âmbitos espaciais periféricos**. Passo Fundo: Editora UPF/Ijuí: Editora UNIJUI, 2008.

DALLABRIDA, V. R.; MARCHESAN, J. Desenvolvimento na região do Contestado: reflexões sobre Território; Identidade Territorial, Recursos e Ativos Territoriais. Indicação geográfica e Desenvolvimento (sustentável). In: **Território, identidade territorial e desenvolvimento regional: reflexões sobre Indicação Geográfica e novas possibilidades de desenvolvimento com base em ativos com especificidade territorial**. São Paulo, SP: LiberArt, 2013.

Declaración del Grupo de Adelboden sobre agricultura y desarrollo rural sostenibles en regiones de montaña. Disponível em: <http://www.fao.org/forestry/30609/es/> Acesso em: 06/2015

DELGADO, N. G.; BONNAL, P.; LEITE, S. P. Desenvolvimento Territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura. Rio de Janeiro, 2007.

DELGADO, N. G. Papel e lugar no desenvolvimento nacional. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009. Disponível em: <http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/DRS18livro.pdf> Acesso em: 02/2015

ELETROBRÁS. Política de Responsabilidade Social das Empresas Eletrobrás. 2014. Disponível em: <http://www.eletronuclear.gov.br/LinkClick.aspx?fileticket=S0NxGE2K1F8%3D&tabid=69> Acesso em: 05/2016

EMATER RIO. Relatório de Atividades 2013. Disponível em: <http://www.emater.rj.gov.br/pdf/RELATORIODEATIVIDADES2013.pdf> Acesso em: 01/2014.

EMBRAPA PECUÁRIA SUL. Relatório de avaliação dos impactos das tecnologias geradas pela Embrapa. 2015. Disponível em: http://bs.sede.embrapa.br/2012/relatorios/pecuariasul_2012_ecologizacao.pdf Acesso em: 04/2016

EMIRBAYER, M. Manifesto for a relational sociology. **American Journal of Sociology**, v. 103, n. 2, Sept. 1997, pp. 281-317.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Wolfgang Sachs (editor). Tradutores: JOSCELYNE, V. L. M.; GYALOKAY, S. de.; CLASEN. J. A. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento - mudança institucional ou “inovação por adição”? **Revista Estudos Avançados** 24 (68), 2010.

FEIDEN, A. Agroecologia: introdução e conceitos. In: **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. AQUINO, A. M. e ASSIS, R. L. (editores técnicos). Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. 517 p.

FERREIRA, E. S.; PESSÔA, Vera. L. S. Capital Social e Desenvolvimento Territorial: uma abordagem teórico-conceitual. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 7, n. 14, p. 1-33, ago., 2012.

FERREIRA, M. S. T.; AQUINO, A. M.; LIMA, V. C. S.; ASSIS, R. L. de.; MADEIRA, N. R. Uso de adubos verdes como estratégia para restabelecer a produção agrícola do sítio Hikari, Nova Friburgo-RJ, após evento climático. Resumos do IV Seminário de Agroecologia do Distrito Federal e Entorno. Brasília, DF. Disponível em: < <http://www.abagroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/16052>> Acesso em: 12/2014.

FLEXOR, G.; LEITE, S. P. Análise de políticas públicas: breves considerações teórico-metodológicas. Disponível em: <http://www.franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/gestao/AnalisePolitica%20Publica_flexor_leite.pdf> Acesso em: 08/2016

FORTUNATO, R. A.; NEFFA, E. O socioambientalismo e o turismo solidário no Complexo do Alemão (RJ, Brasil). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.7, n.1, fev 2014-abr 2014, pp.67-85.

FOUCAULT. M. **Segurança, Território e População**: curso dado no Collège de France, 1977-1978. São Paulo: Martins Fontes, 2008. Aula de 11 de janeiro de 1978, pp. 3-38 e Aula de 8 de fevereiro de 1978, pp. 155-180.

_____. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1984. 3a Parte (Disciplina), *Capítulo 2 – Os recursos para o Bom Adestramento*. Pp. 153-172

FROSSARD, A. C. Pedagogia da Alternância e articulação dos agentes formativos de técnicos em agropecuária: interação entre educação do campo e desenvolvimento rural sustentável em Nova Friburgo (Brasil) e Lobos (Argentina). 2014. 171f. Tese. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2013.

GOMES, J. C. C. Bases epistemológicas da Agroecologia. In: **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. AQUINO, A. M. e ASSIS, R. L. (editores técnicos). Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. 517 p.

GUERRA, J. G. M.; NDIAYE, A.; ASSIS, R. L. de; ESPINDOLA, J. A. Plantas de cobertura como instrumento para valorização de processos ecológicos em sistemas orgânicos de produção na região serrana fluminense. **Revista Agriculturas**. Rio de Janeiro, 2007, v.4, n.1, p. 24-28, 2007.

GRANOVETTER, M. S. The Strength of Weak Ties. **The American Journal of Sociology**, vol. 78. N° 6 (May, 1973) 1360-1380.

_____. The Impact of Social Structure on Economic Outcomes. **Journal of Economic Perspectives**—Volume 19, Number 1. Winter 2005. Pages 33–50

GRISEL, P. N.; ASSIS, R. L. de. Dinâmica agrária da região sudoeste do município de Nova Friburgo e os atuais desafios de sua produção hortícola familiar. Seropédica: Embrapa Agrobiologia, 2015. 83p. **Documentos 299**

HAESBAERT, R. 1994. O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”. Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia. Curitiba: AGB, pp. 206-214.

_____. Dos múltiplos territórios a multiterritorialidade, 2004. Disponível em: www.uff.br/.../sites/default/.../CONFERENCE_Rogério_HAESBAERT. Acesso em: 20/08/2012

_____. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 7ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/> Acesso em: 05/2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=43&search=rio-grande-do-sul> Acesso em: 05/2016

JESUS, E. L. Diferentes Abordagens de Agricultura Não-Convencional: História e Filosofia. In: **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. AQUINO, A. M. e ASSIS, R. L. (editores técnicos). Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. 517 p.

KOLLING, E. J.; NERY, I.; MOLINA, M. C. Por uma educação básica do campo (memória). Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 1999.

LEOPOLDO, D. F.; MORAES, V. C. Território e Territorialidade: estudo de caso na comunidade quilombola de São Pedro de Cima. Disponível em: <http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completo/Dayana%20Francisco%20Leopoldo.pdf> Acesso em: 06-2013

LIMA, V. C. S.; SILVA, V. V. As correntes de agricultura não industrial. **Cadernos de Agroecologia** – ISSN 2236-7934 – Vol 9, No. 4, Nov 2014

LOPES, F. D.; BALDI, M. Redes como perspectiva de análise e como estrutura de governança: uma análise das diferentes contribuições. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro 43(5):1007-1035, set./out. 2009.

LÓPEZ NETTO, A. Políticas públicas para o desenvolvimento rural em ambientes de montanha no Brasil e na Argentina. 2013. 183 f. Tese. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Ciência Tecnologia e Inovação em Agropecuária. Seropédica, 2013.

MACHADO, A. T.; SANTILLI, J.; MAGALHÃES, R. A agrobiodiversidade com enfoque agroecológico: implicações conceituais e jurídicas. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. **Texto para Discussão 34**

MACHADO, C. T. de T.; VIDAL, M. C.; REIS Jr., F. B. dos.; SILVA, O. G. da. Avaliação participativa do manejo de agroecossistemas utilizando indicadores de sustentabilidade: instrumento para capacitação em agroecologia e promoção da agrobiodiversidade no assentamento Cunha. In: **Manejo Sustentável da Agrobiodiversidade nos Biomas Cerrado e Caatinga: ênfase em comunidades rurais**. MACHADO, A. T.; NASS, L. L.; MACHADO, C. T. de T. (editores técnicos). Planaltina, DF: Embrapa Cerrados. 2011. 376p.

MALUF, R. S. Atribuindo sentido(s) à noção de desenvolvimento econômico. **Revista Estudo**, Sociedade e Agricultura, 15, outubro 2000: 36-68.

MATTE, A.; WAQUIL, P. D. Vulnerabilidade social e a construção de estratégias de enfrentamento e adaptação para pecuaristas de corte no Rio Grande do Sul. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 28, p. 107-125, jul./dez. 2013. Editora UFPR.

MATTE, A.; NESKE, M. Z.; BORBA, M. F. S.; WAQUIL, P. D.; SCHNEIDER, S. Mercado de cadeias curtas na pecuária familiar: um processo de realocação no território Alto Camaquã no sul do Rio Grande do Sul / Brasil. **Redes - Revista do Desenvolvimento Regional**. V. 21, n. 3. 2016

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Políticas públicas para agricultura familiar. Brasília, 2014.

MOLINA, M. C. Políticas Públicas. In: **Dicionário de Educação do Campo**. CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados** 15 (43), 2001

NESKE, M. Z.; MIGUEL, L. de A.; BORBA, M. F. S. Capital ecológico e a construção de autonomia na produção familiar: o caso da pecuária familiar do Rio Grande do Sul. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 29, n.1, p. 291-317, jan./abr., 2012.

NESKE, M. Z. Colonialidade e desenvolvimento: a ressignificação do lugar em “zonas marginalizadas” do sul do Rio Grande do Sul. 2014. 160f. Tese. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, 2014.

NEVES, J. L. Pesquisa Qualitativa – Características, Usos e Possibilidades. **Caderno de Pesquisa em Administração**. São Paulo, v. 1, n° 3, 2° sem/1996.

NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L. A nova arquitetura dos mercados para produtos orgânicos: o debate da convencionalização. In: **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013. 393p.

NUNES, G. D.; VIDART, R. D.; GOULART, C. G.; PINHEIRO, C. L.; FREITAS, R. P. de; BOA VISTA, L. da R.; BORBA, M. F. S.; TRINDADE, J. P. P. O papel da extensão na pecuária sustentável: o exemplo do território do Alto Camaquã, Serra do Sudeste, RS. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/906383/o-papel-da-extensao-na-pecuaria-sustentavel-o-exemplo-do-territorio-do-alto-camaqua-serra-do-sudeste-rs>> Acesso em: 04/2016

OLALDE, A. R. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo3.htm>> Acesso em: 01/2015

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento. Capítulo 13. 2005

PEREIRA, J. M. M. Crédito Fundiário. In: **Dicionário de Educação do Campo**. CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

PETERSEN, P. Agroecologia em construção: terceira edição em um terceiro contexto. In: **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Altieri, M. 3.ed. ver. ampl. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Tradução: Rita Pereira. – Porto Alegre: editora da UFRGS, 2008. 376p.

Pradime: Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. – Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). O que é o IDHM. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html>> Acesso em: 08/2016

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

_____. Immagini e identità territoriali. In: DEMATTEIS, G. e FERLAINO, F. *Il mondo e i luoghi: geografie delle identità e Del cambiamento*. Torino: IRES, 2003. P. 3-11.

SABOURIN, E. Reciprocidade e análise de políticas públicas rurais no Brasil. **Revista Ruris**, vol.6. n° 2. Set, 2012.

SACHS, W. **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SANTOS, J. L. S. dos.; CANTO, V. de B. Relatório de avaliação dos impactos das tecnologias geradas pela Embrapa. Bagé, 2015. Disponível em: <http://bs.sede.embrapa.br/2012/relatorios/pecuariasul_2012_ecologizacao.pdf> Acesso em: 08/2016

SANTOS, T. A. Agroecologia como prática social: feiras agroecológicas e insubordinação camponesa na Paraíba, 2010. 249 f. Dissertação. Universidade de São Paulo. Programa de Pós-graduação em Geografia Humana. São Paulo, 2010.

SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. Territorialidade e Identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, nº31, vol.1, 2009.

SAQUET, Marcos. A.; SPOSITO, Eliseu. S. Território, Territorialidade e Desenvolvimento: diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. In: **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo, 2008.

SAQUET, M. A. Território, Territorialidade e Desenvolvimento. (Palestra), 2011.

SCHNEIDER, S. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 18 nº. 51 fevereiro/2003

SCHMITT, C. J. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. **Revista Sociologias**. Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 82-112.

SCHMITT, C. J.; GRISA, C. Agroecologia, mercados e políticas públicas: uma análise a partir dos instrumentos de ação governamental. In: **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013. 393p

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas. Disponível em: <<http://www.microbacias.rj.gov.br/pt/rio-rural>> Acesso em: 10/2016

SEN, A. “Development as Capability Expansion”, **Journal of Development Planning**, nº 19, 1989 (encarte especial sobre “Desenvolvimento humano a partir dos anos oitenta) Tradução Regis Castro Andrade.

_____. **Desenvolvimento como liberdade**, S. Paulo, Cia. das Letras. 2000.

SEVILLA GUZMÁN, E. Para una sociología del desarrollo rural integrado. La Rábida: Universidad Internacional de Andalucía, 1995. p.3-76. Materiales de trabajo del Ciclo de Cursos y Seminarios sobre Agroecología y Desarrollo Sostenible en América Latina y Europa. Módulo II – Desarrollo Rural Sostenible.

SICSÚ, J.; PAULA, L. F. de.; MICHEL, R. Por que novo-desenvolvimentismo? **Revista de Economia Política**, vol. 27. Nº 4 (108), pp. 507-524. out-dez. 2007

SIQUEIRA, H. M. de. Transição Agroecológica e Sustentabilidade socioeconômica dos agricultores familiares do território do Caparaó-ES: o caso da cafeicultura. 2011. 165 f. Tese (Doutorado em Produção Vegetal). Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias. Campos dos Goytacazes, RJ, 2011.

SOUZA, J. L. de.; RESENDE, P. L. **Manual de Horticultura Orgânica**. 2ed. Atual. E ampl – Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2006

SOUZA, Q.; QUANDT, C. Metodologia de análise de redes sociais. In: **O tempo das redes**. DUARTE, F.; QUANDT, C.; SOUZA, Q. (editores técnicos). São Paulo: Perspectiva, 2008, p. 31-63.

STEDILE, L. P.; CARVALHO, H. M. de. Soberania Alimentar. In: **Dicionário de Educação do Campo**. CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. Políticas Públicas. 2002. AATR_BA. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf> Acesso em: 08/2016

TENÓRIO, Fernando. G. O olhar da Janus da Administração. Qual olhar? **Cadernos EBAPE.BR** – Volume VII – nº 3/2009.

_____. **Cidadania e desenvolvimento local: critérios e análise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

TOLEDO, V. M.; CHAIRES, P. A.; BARÓN, L. Estudar lo rural desde uma perspectiva interdisciplinaria: uma aproximación al caso de México. **Estudios Agrarios**, num. 12. Pp. 55-90. México, 1999

TRINDADE, J. P. P.; BORBA, M. F. S.; LEFEVBRE, J. Território do Alto Camaquã: apresentação da cobertura vegetal do Alto Camaquã. Junho de 2007. Bagé. Embrapa Pecuária Sul, 2010. Disponível em: <<http://cppsul.embrapa.br/unidade/publicacoes/list/241/>> Acesso em: 04/2016

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Revista Estudos, Sociedade e Agricultura**, outubro, 2000:87-145

_____. Agricultura Familiar Camponesa: rupturas e continuidade. In: Estudos, Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro. Out. 2003: 42-61. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf>> Acesso em: 01/2015

VASHCHENKO, Y.; FAVARETTO, N.; BIONDI, D. Fragilidade ambiental nos picos Camacuã, Camapuã e Tucum, Campina Grande do Sul, PR. **Revista Floresta**, Curitiba, PR, v. 37, n. 2, mai./ago. 2007.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZAPATA, T. **Desenvolvimento territorial a distância**. Florianópolis: SeaD/UFSC, 2007